

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CMG RAFAEL ZEQUE MONTEIRO

O BRASIL E O GOLFO DA GUINÉ:

Reflexões para um maior protagonismo da MB no entorno estratégico brasileiro.

Rio de Janeiro

2024

CMG RAFAEL ZEQUE MONTEIRO

O BRASIL E O GOLFO DA GUINÉ:

Reflexões para um maior protagonismo da MB no entorno estratégico brasileiro.

Tese apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Política e Estratégia Marítimas.

Orientador: CMG (RM1) PEÇANHA

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval

2024

DECLARAÇÃO DA NÃO EXISTÊNCIA DE APROPRIAÇÃO INTELECTUAL IRREGULAR

Declaro que este trabalho acadêmico: a) corresponde ao resultado de investigação por mim desenvolvida, enquanto discente da Escola de Guerra Naval (EGN); b) é um trabalho original, ou seja, que não foi por mim anteriormente utilizado para fins acadêmicos ou quaisquer outros; c) é inédito, isto é, não foi ainda objeto de publicação; e d) é de minha integral e exclusiva autoria.

Declaro também que tenho ciência de que a utilização de ideias ou palavras de autoria de outrem, sem a devida identificação da fonte, e o uso de recursos de inteligência artificial no processo de escrita constituem grave falta ética, moral, legal e disciplinar. Ademais, assumo o compromisso de que este trabalho possa, a qualquer tempo, ser analisado para verificação de sua originalidade e ineditismo, por meio de ferramentas de detecção de similaridades ou por profissionais qualificados.

Os direitos morais e patrimoniais deste trabalho acadêmico, nos termos da Lei 9.610/1998, pertencem ao seu Autor, sendo vedado o uso comercial sem prévia autorização. É permitida a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que seja feita a referência bibliográfica completa.

Os conceitos e ideias expressas neste trabalho acadêmico são de responsabilidade do Autor e não retratam qualquer orientação institucional da EGN ou da Marinha do Brasil.

AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus, primeiramente, que sempre me guiou e me permitiu ter sabedoria para superar os desafios na instigante tarefa de construção do conhecimento.

Ao Capitão de Mar e Guerra (RM1) Peçanha, meu orientador, pela paciência, apoio, preciosas orientações, ensinamentos e disponibilidade irrestrita.

Ao Encarregado do C-PEM 2024, Capitão de Mar e Guerra (RM1) Sousa, pelo incentivo aos oficiais alunos e pela exitosa condução do curso.

À Escola de Guerra Naval, pelos ensinamentos transmitidos no C-PEM 2024.

Aos amigos da Turma C-PEM 2024, pelo companheirismo e camaradagem.

A minha esposa Renata, pelo apoio e companheirismo incondicional ao longo de toda a nossa caminhada juntos.

Aos meus filhos, Bernardo e Bruna, pela compreensão pelos diversos afastamentos e por serem fonte de inspiração para minha vida.

“A boa ordem no mar não é simplesmente a ausência de conflito, mas uma condição em que o domínio marítimo é usado de uma maneira que respeite o direito internacional, apoie o comércio marítimo legal e promova a segurança regional e global”.

Geoffrey Till

RESUMO

A crescente exploração de recursos naturais na região conhecida como Golfo da Guiné, alavancou os investimentos estrangeiros e a presença de potências externas que impactaram no crescimento das atividades marítimas naquela porção do oceano. Porém, com o aumento da atividade ilícita tais como a pirataria e o roubo armado no mar, despertaram a atenção da comunidade internacional, que passou a elaborar estratégias visando resguardar seus interesses, a fim de instaurar a “Boa Ordem no Mar”, segundo o conceito empregado pelo professor Geoffrey Till. Não existe um consenso sobre o conceito de segurança marítima, permitindo várias abordagens conforme às perspectivas e interesses de cada análise. Tais abordagens são refletidas nas estratégias de segurança marítima formuladas pelos Atores internos e externos para empregarem suas capacidades em prol da defesa de seus interesses. De acordo com documentos condicionantes de mais alto nível, o Golfo da Guiné está inserido no entorno estratégico do Brasil, razão basilar que valida o interesse da Marinha do Brasil em desenvolver estratégias próprias de atuação para incrementar o seu protagonismo na região. Nesse sentido, a análise das diversas estratégias implementadas para a segurança marítima no Golfo da Guiné, em especial dos Estados Unidos da América e da União Europeia e seus Estados-Membros, possibilita a identificação de desafios e oportunidades para o aprimoramento da estratégia naval brasileira.

Palavras-Chave: Segurança Marítima, Estratégia, Marinha do Brasil, Golfo da Guiné.

Palavras-chave: Segurança Marítima. Estratégia Marítima. Golfo da Guiné.

ABSTRACT

The increasing exploitation of natural resources in the region known as the Gulf of Guinea has driven foreign investments and heightened the presence of external powers, impacting the growth of maritime activities in that part of the ocean. However, the rise in illicit activities such as piracy and armed robbery at sea has drawn the attention of the international community, which has begun developing strategies aimed at safeguarding their interests and establishing “Good Order at Sea,” according to the concept employed by Professor Geoffrey Till. There is no consensus on the concept of maritime security, allowing for various approaches depending on the perspectives and interests of each analysis. These approaches are reflected in the maritime security strategies formulated by internal and external actors to employ their capabilities in defense of their interests. According to high-level strategic documents, the Gulf of Guinea is within Brazil’s strategic surroundings, a fundamental reason that validates the Brazilian Navy’s interest in developing its own strategies to enhance its role in the region. In this context, analyzing the various maritime security strategies implemented in the Gulf of Guinea, particularly by the United States and the European Union and its Member States, enables the identification of challenges and opportunities for improving Brazil’s naval strategy.

Keywords: Maritime Security. Navy Strategy. Gulf of Guinea.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFRICOM	-	Comando dos EUA para África
AfCFTA	-	Zona de Comércio Livre Continental Africana
AJB	-	Águas Jurisdicionais Brasileiras
AS	-	Atlântico Sul
CAPN		Campos de Atuação do Poder Naval
CDM	-	Consciência do Domínio Marítimo
CGG	-	Comissão do Golfo da Guiné
CNUDM	-	Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar
CSNU	-	Conselho de Segurança das Nações Unidas
ECCAS	-	Comunidade Econômica dos Estados da África Central
ECOWAS	-	Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental
EDM	-	Estratégia de Defesa Marítima
EEB	-	Entorno Estratégico Brasileiro
EUA	-	Estados Unidos da América
EUSGG	-	Estratégia de Segurança Marítima da União Europeia para o Golfo da Guiné
FDM	-	Fundamentos Doutrinários da Marinha b
GoG	-	Golfo da Guiné
G7++FoGG	-	Grupo de Amigos do Golfo da Guiné
ICC	-	Centro Inter-regional de Coordenação
IDH	-	Índice de Desenvolvimento Humano
LCM	-	Linhas de Comunicação Marítima
MB	-	Marinha do Brasil

MT -	Mar Territorial
OBE -	Objetivos Estratégicos
OBNAV -	Objetivo Naval
OMC -	Organização Mundial do Comércio
OND -	Objetivo Nacional de Defesa
OMC -	Organização Mundial do Comércio
OPEP -	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
TBPN -	Tarefas Básicas do Poder Naval
UA -	União Africana
UE -	União Europeia
ZEE -	Zona Econômica Exclusiva
ZOPACAS -	Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	ASPECTOS TEÓRICOS DA SEGURANÇA MARÍTIMA E A BOA ORDEM NO MAR.....	15
2.1	DEFINIÇÃO DE SEGURANÇA MARÍTIMA.....	15
2.2	OS ATRIBUTOS DO MAR - A VISÃO DE GEOFFREY TILL.....	17
2.2.1	O Mar como Meio de Transporte e Comércio.....	18
2.2.2	O Mar como Fonte de Recursos.....	20
2.2.3	O Mar como Meio de Troca de Informações.....	21
2.2.4	O Mar como Ambiente Físico.....	21
2.2.5	O Mar como Fonte de Poder e Domínio.....	22
2.3	AS AMEAÇAS A BOA ORDEM NO MAR.....	21
2.4	REQUISITOS PARA A BOA ORDEM NO MAR.....	24
2.4.1	A Importância das Marinhas e Guardas Costeiras.....	25
3	A GEOPOLÍTICA CONTEMPORÂNEA DO GOLFO DA GUINÉ.....	26
3.1	ASPECTOS FÍSICOS.....	27
3.2	ASPECTOS ECONÔMICOS E ENERGÉTICOS.....	28
3.2.1	Produto Interno Bruto.....	28
3.2.2	Petróleo e Gás.....	29
3.2.3	Pesca e Mineração.....	31
3.2.4	Relações Comerciais.....	33
3.3	ASPECTOS POLÍTICOS.....	34
3.4	ASPECTOS MILITARES.....	37

3.4.1	Nigéria.....	38
3.4.2	Angola.....	40
3.4.3	Camarões.....	41
3.4.4	Demais Estados do Golfo da Guiné.....	41
3.5	AMEAÇAS À SEGURANÇA MARÍTIMA NO GOLFO DA GUINÉ.....	42
3.5.1	Pirataria e Roubo Armado.....	44
3.5.2	Pesca Ilegal, Não Declarada e Não Regulamentada.....	47
3.5.3	Tráfico Internacional de Drogas e Armas.....	48
3.5.4	Outros Ilícitos Marítimos.....	49
3.6	CONCLUSÃO PARCIAL.....	51
4	AS ESTRATÉGIAS DE SEGURANÇA MARÍTIMA PARA O GoG.....	52
4.1	A ARQUITETURA DE YAOUNDÉ.....	52
4.2	A ESTRATÉGIA MARÍTIMA DA UE PARA O GoG.....	55
4.2.1	Análise da EUSGG.....	57
4.2.1.1	<i>O Plano de ação 2015-20.....</i>	<i>58</i>
4.3	A ESTRATÉGIA DOS EUA.....	61
4.3.1	A Estratégia de Segurança Nacional.....	63
4.3.2	A Estratégia de Defesa Nacional.....	65
4.3.3	A Estratégia Cooperativa do Poder Marítimo para o Século XXI.....	66
4.3.4	AFRICOM.....	68
4.4	CONCLUSÃO PARCIAL.....	69
5	A IMPORTÂNCIA DO GoG PARA O BRASIL.....	70
5.1	A POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA.....	71
5.2	A ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA.....	73

5.3	A POLÍTICA NAVAL.....	75
5.4	A ESTRATÉGIA DE DEFESA MARÍTIMA.....	77
5.5	A ATUAÇÃO DA MB NO GoG.....	79
6	CONCLUSÃO.....	82
	REFERÊNCIAS	86
	LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	94

1 INTRODUÇÃO

A relação entre geopolítica, segurança e estratégia é complexa e dinâmica, pois cada elemento carrega um papel fundamental, influenciando o comportamento e as políticas dos atores internacionais, sejam eles representados por um Estado ou por um Organismo Internacional, no Sistema Mundial.

Essas três expressões estão interligadas e influenciam-se mutuamente de várias maneiras, senão vejamos: A geopolítica está envolvida com a análise das relações de poder entre diferentes Estados e Regiões, considerando fatores políticos, geográficos, militares, econômicos dentre outros e a interação entre esses elementos. Logo, fazer a análise geopolítica de determinada região poderá nos fornecer informações sobre as dinâmicas globais, identificar os interesses estratégicos e potenciais ameaças e vulnerabilidades para a segurança nacional ou internacional, permitindo aos Estados o desenvolvimento de estratégias em diferentes níveis e campos de atuação (militar, diplomática, econômica, dentre outras) para dissuadir uma determinada ameaça, com o intuito de proteger os seus interesses nacionais.

A explicação desse pequeno introito nos habilita a iniciar com a primeira vertente: a geopolítica, introduzindo o Atlântico Sul¹ (AS) para a nossa pesquisa. Desde o século XV, o AS demonstra a sua pujança no cenário internacional como o principal eixo de ligação, por suas rotas marítimas, entre a África, as Américas e a Europa, inclusive sendo o caminho para os grandes descobrimentos. Porém, após a abertura do Canal de Suez em 1869 e o do Canal do Panamá em 1914, o AS passou a ser encarado apenas como uma alternativa às rotas marítimas, para a Ásia, Pacífico e o Índico.

Ao longo das décadas de 1960 e 1970, o AS ganha novo protagonismo quando se transforma numa próspera região com a descoberta de grandes reservas de hidrocarbonetos, com a produção na costa sul-americana e no litoral da África Ocidental, numa região conhecida como Golfo da Guiné (GoG).

Com uma extensa área marítima, o GoG é detentor de grandes reservas de recursos minerais e tem destacada posição geoestratégica para o comércio mundial.

¹ O AS é aqui definido pelo Livro Branco de Defesa Nacional - LBDN (BRASIL, 2016), que o trata como a área marítima delimitada pelo paralelo 16°N, a costa oeste da África, a Antártica, o leste da América do Sul e o leste das Antilhas Menores.

Tais características foram fundamentais para a retomada da importância do AS, pois a busca por recursos naturais e por novos mercados consumidores resultou numa verdadeira disputa entre Estados desenvolvidos e emergentes pela ampliação de suas influências políticas e econômicas no continente.

Os interesses internacionais impulsionaram uma variedade de investimentos e iniciativas de cooperação, que contribuíram para taxas promissoras de crescimento e desenvolvimento na África. No entanto, apesar desses avanços, a instabilidade política contínua, os desafios socioeconômicos e o clima de conflito ainda persistem. A partir dos anos 2000, essa região virou foco de inquietação dos países da região e de grandes potências que dependem ou tiram proveito de seus recursos, pois o aumento de casos de violência no mar e ações terroristas passaram a ameaçar a paz regional e a boa ordem no mar. Desde então, países como a China, Estados Unidos da América, França e Organismos Internacionais, como a União Europeia, além dos países limítrofes têm se preocupado com a questão securitária² do GoG e do AS, ensejando a elaboração de estratégias para a segurança marítima dessa região que contemplem possibilidades de cooperação regional e internacional.

O aumento da instabilidade da segurança marítima na região e a presença cada vez maior de potências exógenas na região com interesses diversos, clama o Brasil a adotar um posicionamento de liderança para preservar os interesses do Estado brasileiro no seu entorno estratégico. Nesse contexto, por vocação, caberia a Marinha do Brasil (MB) a propositura da formulação de uma estratégia marítima voltada para o GoG com objetivo de fortalecer a segurança marítima regional e permitir o exercício da nossa Diplomacia Naval com os países limítrofes e demais atores externos, o que justifica maiores pesquisas sobre o tema.

Nesse contexto, este trabalho se propõe a analisar a interconexão da tríade, a partir da análise contemporânea da geopolítica do GoG para entender quais são os interesses dos diferentes atores nessa região, identificando os motivos que estão gerando a instabilidade no GoG e ameaçando a boa ordem no mar. E na vertente estratégica, iremos nos debruçar e analisar a Política Nacional de Defesa (PND), a Estratégia Nacional de Defesa (END), a Política Naval e a Estratégia de Defesa

² A criação da Arquitetura de Yaoundé, o AFRICOM, a reativação da 4ª Frota estadunidense e a realização de exercícios navais como OBANGAME EXPRESS, GRAND AFRICAN NEMO e GUINEX são exemplo legítimos dessa preocupação securitária do GoG.

Marítima (EDM) para identificar as orientações que permitam pavimentar o caminho para uma possível estratégia marítima voltada para o GoG, além de investigar as estratégias adotadas pela UE, UA e EUA. Desta forma, teremos condições de responder a seguinte questão central: Que considerações geopolíticas e estratégicas orientam a visão do Brasil para a região do GoG e que reflexões oriundas da fase investigativa teriam impactos na orientação dos esforços brasileiros para a região do GoG? Como questões secundárias teremos: Quais as similaridades e singularidades geopolíticas e estratégicas da UE e EUA para a região do GoG no período 2020 a 2023? De que forma a cooperação na África e, em especial, no Golfo da Guiné, é empregada em prol dos interesses internacionais e africanos?

Para responder à questão central, esta pesquisa foi estruturada da seguinte forma: O capítulo dois será estudado o conceito de segurança marítima e a teoria dos quatro atributos e a boa ordem no mar de Geoffrey Till, para entender o conceito de segurança marítima e as questões ligadas a “Boa Ordem no Mar” que possam sustentar reflexões para a construção de uma Estratégia Marítima para o GoG. No capítulo três, será feita a análise contemporânea da geopolítica do GoG para entender quais são os interesses dos diferentes Estados nessa região, identificando os motivos que estão gerando a instabilidade no GoG e ameaçando a boa ordem no mar. Já o capítulo quatro, será analisada as estratégias marítimas da UE e EUA para o GoG, a fim de identificar seus interesses, similaridades e singularidades. O capítulo cinco, iremos nos debruçar e analisar a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa, a Política Naval e a Estratégia de Defesa Marítima para identificar conceitos e orientações que permitam a construção de uma estratégia, além de investigar as estratégias adotadas pela UE, UA e EUA para o GoG. Por fim, o capítulo seis apresentará as reflexões e medidas para a inserção geopolítica, diplomática e estratégica do Brasil na região do GoG.

Para sua execução, foram feitas pesquisas bibliográficas em livros, periódicos, trabalhos acadêmicos e sítios na internet.

2 ASPECTOS TEÓRICOS DA SEGURANÇA MARÍTIMA E A BOA ORDEM NO MAR

Neste capítulo, descreveremos o conceito de Segurança Marítima, a teoria dos quatro atributos do mar e os requisitos para o estabelecimento e a manutenção da boa ordem no mar de Geoffrey Till.

2.1 DEFINIÇÃO DE SEGURANÇA MARÍTIMA

O estudo do professor de relações internacionais Christian Bueger, intitulado "*What is Maritime Security?*"³ em 2015, explora o conceito de segurança marítima e os diversos significados atribuídos a ela pelos atores internacionais. No final, ele chegou à conclusão que seria improdutivo buscar um conceito universal. Neste aspecto, Bueger tem razão pois na Academia não há um consenso sobre tal conceito, senão vejamos:

Para a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), segurança marítima engloba a proteção contra pirataria, terrorismo marítimo, tráfico de pessoas e de drogas, pesca ilegal e poluição marinha. A ONU enfatiza a importância da cooperação internacional e de uma abordagem coletiva para enfrentar essas ameaças, reconhecendo que a segurança marítima é uma responsabilidade compartilhada que exige respostas coordenadas a nível global (UNODC, 2021).

Por sua vez, a União Europeia (UE) define segurança marítima como a proteção dos interesses marítimos dos seus Estados-Membros contra ameaças no domínio marítimo, bem como a garantia da liberdade de navegação nas rotas marítimas essenciais para o comércio global (UNIÃO EUROPEIA, 2014).

Já a Estratégia Nacional de Defesa (END) define a segurança marítima como a capacidade de proteger os interesses marítimos do país contra ameaças e ações hostis que possam comprometer a soberania nacional, a integridade territorial e o desenvolvimento econômico. A defesa da Amazônia Azul⁴, que compreende a extensa

³Disponível em: <https://bueger.info/wp-content/uploads/2014/12/Bueger-2014-What-is-Maritime-Security-final.pdf>

⁴ Amazônia Azul se refere à vasta área marítima do Brasil, que é considerada tão importante para o país quanto a Floresta Amazônica devido à sua biodiversidade, riquezas minerais, recursos energéticos e à sua importância estratégica para o comércio e defesa nacional (MARINHA DO BRASIL, "Amazônia Azul", disponível em: <https://www.marinha.mil.br/amazonia-azul>. Acesso em: 04 maio 2024).

zona econômica exclusiva (ZEE) brasileira, é um componente chave, abordando ameaças como a pesca ilegal, o tráfico de drogas e a poluição marinha. A END enfatiza a importância de uma marinha bem equipada e treinada, a cooperação internacional, e o uso de tecnologias avançadas para vigilância e controle do espaço marítimo (BRASIL, 2020a).

Portanto, ao examinarmos as definições mencionadas, percebemos que a segurança marítima está envolvida em todas as atividades ligadas ao uso do mar, sendo um conceito multifacetado que varia conforme a Organização ou Estado de acordo com a perspectiva de seus interesses. A ideia força de ambas está na proteção contra uma gama de ameaças marítimas, na importância da cooperação internacional, e na necessidade de estratégias integradas para proteger os interesses marítimos e assegurar a segurança global.

Diante dessa complexidade, Christian Bueger no seu artigo descreve como o termo "segurança marítima" tem sido usado de maneira vaga e abrangente, permitindo a sua adaptação a diferentes contextos e necessidades políticas, sendo a contribuição mais significativa desse estudo a formulação da matriz de segurança marítima, apresentada na figura 1. Uma ferramenta analítica desenvolvida para entender como os diversos atores irão tratar a segurança marítima de acordo com as ameaças tais como: acidentes, atos terroristas, mudanças climáticas, proliferação de armas, disputas entre estados, tráfico humano, pirataria, pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (INN)⁵, contrabando e a poluição hídrica e como elas irão impactar o meio ambiente marinho, o desenvolvimento econômico, a segurança nacional e a segurança humana (BUEGER, 2015).

Segundo Bueger, o uso da matriz nos permitirá o entendimento de como os atores interpretam e mitigam os efeitos causados pelas ameaças identificadas nas diversas dimensões da segurança marítima. Além disso, a matriz possibilita mapear os pontos de convergências e conflito que possam ser a base para coordenação e a formulação de políticas cooperativas (BUEGER, 2015).

Assim, evidenciamos que o conceito de segurança marítima possui um amplo espectro de abordagem, logo torna-se imperioso uma melhor compreensão dos conceitos ligados a segurança marítima, para compreendermos as estratégias empregadas pelos diversos atores, principalmente na região do GoG. Nesse contexto,

⁵ Disponível em: <<http://www.fao.org/iuu-fshing/en/>>. Acesso em: 05 maio 2024.

recorreremos ao professor britânico Geoffrey Till para ampliar o cabedal de conhecimentos, descrevendo o seu entendimento sobre o tema em pauta.

2.2 OS ATRIBUTOS DO MAR - A VISÃO DE GEOFFREY TILL

Desde a antiguidade, o mar tem sido uma fonte de preocupação para a humanidade. No entanto, a relação com este ambiente não está ligada à maneira de viver nele, mas sim à forma como se pode aproveitá-lo. Logo, a conexão do ser humano com os oceanos está diretamente associada aos seus quatro atributos.

Porém, com os avanços das ciências físicas tornou-se possível a territorialização⁶ do mar, o que levou Geoffrey Till o reconhecimento de um quinto atributo que não havia sido previsto pelos pensadores marítimos clássicos: O mar como ambiente físico. Assim, os quatro atributos originais agora são cinco: o mar como meio de recurso, meio de transporte, ambiente físico, área de soberania e o mar clássico como meio de domínio (TILL, 2018).

Para Geoffrey Till, usufruir dos benefícios dos atributos está relacionado diretamente a manutenção da estabilidade e da boa ordem no mar. Tais atributos são importantes, interligados e interdependentes e que todos sofrem riscos e ameaças que comprometem a boa ordem e que para garanti-la, as marinhas e guardas costeiras devem estar mais engajadas na adoção de medidas de segurança para ajudar nessa preservação. Nesse ponto, Till defende os conceitos de "*hard security*" e "*soft security*", os quais traduzimos livremente para a língua portuguesa como segurança marítima "dura" e segurança marítima "branda" (TILL, 2018).

Esses conceitos oferecem um quadro abrangente para a compreensão da segurança marítima no contexto moderno. A segurança marítima "dura" refere-se ao poder militar tradicional, de natureza competitiva, centrando-se na proteção da soberania nacional e na manutenção da ordem através da força naval. Este conceito abrange as operações navais para dissuadir e responder a ameaças.

⁶ O conceito pode ser interpretado de duas maneiras. Primeiro, na construção de estruturas físicas, ou colocação de áreas do oceano sob jurisdição estatal caracterizados por soberania (parcial ou absoluta) dos Estados para excluir outros desses espaços. Em segundo lugar, referente a um domínio virtual dos espaços marítimos em prol do aproveitamento dos recursos como forma de propriedade, inclusive em áreas marítimas além da jurisdição de qualquer Estado, como o alto-mar (LAMBACH, 2013).

Por outro lado, a segurança “branda” refere-se a uma abordagem mais ampla e cooperativa do que competitiva. Adotam-se medidas não militares que visam abordar as causas subjacentes da insegurança, tais como a instabilidade econômica, a pirataria, o terrorismo e as ameaças ambientais. As estratégias de segurança branda envolvem frequentemente esforços diplomáticos, cooperação internacional e missões humanitárias. A ênfase está na colaboração com outras nações e organizações para aumentar a segurança e a estabilidade coletivas (TILL, 2018).

Nesse sentido, Figueiredo e Monteiro (2015) concluíram que a segurança branda está associada a ameaças de “baixa intensidade”, realizadas intencionalmente por agentes não estatais. Portanto, deduz-se que a segurança dura seria exercida por uma Força Naval de um Estado antagônico.

Desse modo, a seção seguinte irá sublinhar a importância dos atributos do mar, segundo o pensamento de Geoffrey Till, e como a dinâmica dos mesmos podem afetar o equilíbrio da boa ordem mundial, quando ameaçados.

2.2.1 O Mar como Meio de Transporte e Comércio

O comércio marítimo tem se destacado como o principal instrumento de troca de mercadorias entre os países nas últimas décadas (BEKKEVOLD; TILL, 2016). Por isso, Estados costeiros mais desenvolvidos dependem de uma rede de transporte complexa para a importação e exportação de alimentos, *commodities* e produtos industrializados. Tais benefícios, contudo, fazem parte de um equilíbrio delicado e são fonte de vulnerabilidade tanto a ameaças internas quanto externas. Isso resulta em dificuldades significativas para que suas Marinhas, atuando isoladamente, consigam proteger suas águas jurisdicionais e as rotas marítimas de interesse (TILL, 2018).

Till destaca que a segurança marítima não apenas protege o comércio legítimo, mas também repele atividades ilícitas como tráfico de drogas, armas e seres humanos. Ele observa que o comércio marítimo é frequentemente ameaçado por pirataria e outras formas de ilícitos, que podem ter efeitos devastadores nas economias locais e globais.

Além disso, Till enfatiza a interconexão entre os usos do mar, observando que a competição entre diferentes interesses marítimos, como a pesca e a extração de

petróleo, pode levar a conflitos que ameaçam a boa ordem no mar. Ele exemplifica com incidentes de derramamento de óleo que afetam negativamente o meio ambiente marinho e as economias costeiras (TILL, 2018).

No período de 2020 a 2021, o comércio marítimo foi impactado por diversos eventos que mostraram ao mundo a importância dessa atividade para a economia mundial. A disrupção causada pela pandemia do COVID-19 e o fechamento do canal de Suez⁷ registraram uma redução de 3,8% em volumes totais de carga. Já no período de 2022 a 2023, foi registrado um aumento de 7% do volume total de carga transportado (UNCTAD, 2023).

Contudo, recentes ataques realizados ao comércio marítimo no Mar Vermelho, pelo grupo rebelde Houthis⁸ tem obrigado os navios desviarem suas rotas em busca de linhas de comunicação marítima (LCM) alternativas, que impactam diretamente no tempo de deslocamento, aumento do custo do frete e seguro, interrupção das cadeias globais de produção, além da disrupção do fornecimento global de petróleo. Para mitigar essa ameaça, desencadeou-se a Operação *Prosperity Guardian*⁹(BBC, 2024).

Comprovada a relevância desse atributo, ao nos debruçarmos sobre o mapa de densidade do tráfego marítimo, apresentado na (FIG.2), fica evidente a importância do mar como via essencial para o comércio mundial, transportando a grande maioria das mercadorias globais. Essa função crucial do mar como uma rota de comércio sublinha a importância da segurança e a boa ordem marítima.

⁷ O encalhe do navio Ever Given no Canal de Suez em 23 de março de 2021. O tráfego marítimo na área ficou interrompido por seis dias. Os prejuízos estimados pelo bloqueio do canal foram de US\$ 15 milhões por dia, e a quantidade de comércio que deixou de circular no canal foi da ordem de US\$ 9 bilhões de dólares por dia. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-middle-east-57746424>>. Acesso em 05 de jun. de 2024.

⁸ Os Houthis são um grupo armado iemenita da minoria muçulmana xiita do país. O grupo foi formado nos anos 1990, para combater o que eles consideravam ser corrupção do então presidente do Iêmen, AliAbdullahSaleh (1942-2017). Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/articles/cx0vkqg29jno>>. Acesso em 05 de jun. 2024.

⁹ Uma coalizão composta pelos EUA, Reino Unido, Bahrein, Canadá, França, Itália, Países Baixos, Noruega, Espanha e Seychelles com o objetivo de proteger o comércio no Mar Vermelho após uma série de ataques de mísseis e drones pelos Houthis do Iêmen, alinhados ao Irã. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/eua-lancam-nova-operacao-multinacional-para-protger-comercio-no-mar-vermelho/> Acesso em 05 de jun. 2024.

2.2.2 O Mar como Fonte de Recursos

Os mares e oceanos têm significativa importância econômica, fornecendo alimentos, minerais e uma variedade de recursos naturais com potencial para diversas aplicações. Além disso, eles são essenciais para o transporte global, responsável por 80 a 90% do comércio mundial, e oferecem fontes de energia renovável como marés, ondas, turbinas eólicas offshore e recursos geotérmicos submarinos (UNCTAD, 2017).

Para Till, ficou evidente a importância do mar como via de transporte de mercadorias para o mundo globalizado, porém não devemos esquecer sua relevância como fonte de recursos e elemento dinamizador da economia. Do mar, extraímos cerca de 20% das nossas fontes de proteínas e uma parte considerável das matrizes energéticas essenciais, como os combustíveis fósseis. (TILL, 2018).

Lembra Neves que o avanço tecnológico permitiu ao homem o acesso a novas fontes de recursos e uma forma mais ampla de exploração dos recursos vivos e não vivos como petróleo, gás e outros minerais estratégicos. Porém, a sobrepesca¹⁰ e a diminuição de estoques de peixe demonstram a crescente tendência de exploração descontrolada dos recursos marinhos. Além disso, a competição por esses recursos é evidente em disputas geopolíticas em regiões como as Malvinas/Falklands, o Pacífico e o Ártico, onde países como Argentina, China e Rússia buscam assegurar esses recursos estratégicos (NEVES, 2019, p. 14).

Till conclui que a exploração descontrolada dos recursos, a ausência de políticas específicas aliadas a fraca aplicação das regulamentações existentes permitem as práticas predatórias, as quais ameaçam a sustentabilidade dos recursos marinhos e conseqüentemente a segurança (TILL, 2018).

¹⁰ A sobrepesca ocorre quando a pesca é realizada em um ritmo mais rápido do que a capacidade reprodutiva dos peixes e manterem suas populações. Isso leva a uma diminuição significativa das populações de peixes, prejudicando a biodiversidade marinha.

2.2.3 O Mar como Meio de Troca de Informações

No mundo globalizado, a evolução da tecnologia, especialmente no aumento da velocidade de informações com as mídias digitais, mudou a relevância do mar como meio de divulgar as ideias. As pessoas em vez de ficarem esperando as notícias à beira-mar, agora elas recebem as informações via cabos submarinos de fibra ótica, que são responsáveis por transmitir cerca de 90% das informações veiculadas mundialmente (TILL, 2018).

A figura 3 apresenta a cadeia de cabeamento submarino conectando os oceanos e permitindo o tráfego cibernético internacional entre os continentes. Porém, assim como as LCM, estão vulneráveis a ataques. Senão vejamos:

“Em 04 de março de 2024, autoridades registraram os cortes de três cabos submarinos do Mar Vermelho, fornecedores de internet para o mundo. Apesar de terem negado as acusações, a responsabilidade está sendo dirigida aos Houthis, grupo rebelde do Iêmen. De acordo com a *HGC Global Communications*, as linhas Ásia-África-Europa 1, Europe Índia Gateway e Seacom-TGN-Gulf foram cortadas. O tráfego afeta 25% do Mar Vermelho e é considerado crucial para a transferência de dados da Ásia e Europa” (MONEY TIMES, 2024).

2.2.4 O Mar como Ambiente Físico

Till argumenta que, além de ser uma via para transporte e comércio e uma fonte de recursos, o mar como ambiente físico desempenha um papel fundamental na estabilidade climática global e na biodiversidade. Isso inclui a sua influência nas correntes oceânicas, nos padrões climáticos e na vida marinha, todos os quais têm implicações significativas para a segurança e a economia global. Portanto, a gestão sustentável deste ambiente é essencial para preservar suas contribuições para o desenvolvimento humano e para mitigar as ameaças que podem surgir devido à exploração excessiva e à poluição (TILL, 2018).

A conservação do mar como ambiente físico exige uma abordagem colaborativa entre nações, visto que os desafios ambientais transnacionais, como a mudança climática e a poluição, não respeitam fronteiras. A preservação da saúde

ecológica dos oceanos é vital não apenas para a biodiversidade marinha, mas também para as comunidades humanas que dependem do mar para sua subsistência e desenvolvimento econômico (TILL, 2018).

Em resumo, Till sublinha a importância de reconhecer o mar como um componente crucial do ambiente físico global, que requer atenção e cuidado para garantir a sua contribuição contínua para a segurança e o bem-estar humano.

2.2.5 O Mar como Fonte de Poder e Domínio

Esse atributo nos remete ao uso clássico do mar, aonde Forças Navais antagônicas competem entre si visando a expansão e/ou proteção de seus domínios. Para Till, o perfeito exemplo como os Estados emprega o *hard security* (TILL, 2018). Como o foco dessa pesquisa está ligado ao *soft security*, não iremos avançar nesse atributo.

Desse modo, mostramos a importância dos atributos do mar, para os Estados e como eles podem afetar o equilíbrio da boa ordem mundial, devido à sua relação intrínseca com a economia global e desenvolvimento social.

2.3 AS AMEAÇAS A BOA ORDEM NO MAR

Na figura 4, Till apresenta os atributos do mar, relacionando a cada um, quais seriam as potenciais ameaças que podem desestabilizar a boa ordem no mar. Ele argumenta que é crucial avaliar o nível e a seriedade das ameaças e para facilitar esse entendimento, classificou a ameaça em três níveis distintos e não excludentes mutuamente: individual, estatal e sistêmico.

No nível individual, crimes como pirataria e o tráfico de drogas afetam diretamente as pessoas, que podem ter consequências devastadoras para indivíduos. Além disso, também têm consequências significativas para os Estados. Quando há

acréscimo de indivíduos envolvidos na criminalidade, aumenta a demanda da sociedade por uma segurança pública mais eficiente. As organizações criminosas dedicadas a essas atividades acumulam capital e influência capazes de corromper autoridades estatais frágeis, atribuindo poder real às suas lideranças que se organizam em milícias locais ou máfias. Isso afeta o nível do Estado, desafiando a legitimidade das autoridades e, como consequência, encorajando os indivíduos desesperados a participar de atividades ilícitas, direta ou indiretamente. A riqueza gerada pela ilegalidade não contribui para a arrecadação pública e, como os impostos não são aplicados em serviços essenciais pelas organizações públicas, estas se tornam incapazes de prover o mínimo necessário para o bom funcionamento da sociedade. Se esses movimentos ocorrem em grande escala e o “contrato social” entre o Estado e o indivíduo é rompido, o próximo passo é impactar a posição no nível do Sistema Internacional. Outras atividades são afetadas, como o turismo, a atração de investimentos estrangeiros, negócios e serviços em geral, além de surgir a emigração para Estados mais desenvolvidos, podendo gerar crises migratórias.

Ademais, os custos de oportunidade para aqueles que não conseguem manter a boa ordem no mar são gravemente impactados pela incapacidade de garantir a exploração de seus recursos. É o caso dos Estados africanos que sofrem com essa incapacidade de gerar receitas, além de manterem um subdesenvolvimento no transporte marítimo (TILL, 2018).

Segundo analistas, a ameaça não convencional, relativamente mais grave em importância global, é o terrorismo seguido do tráfico de drogas e de pessoas. Entretanto, a interconexão dessas atividades ilícitas varia de Estado para Estado, e molda o nível de resposta de segurança marítima de cada um deles, sendo a resposta tanto mais complexa, quanto as ameaças estiverem interligadas. Por exemplo, grupos terroristas podem traficar drogas ou armas para levantar recursos para investir nas suas ideologias políticas ou usar de piratas para fazer terror e obter dinheiro de resgate de sequestros de carga, navios e pessoas (TILL, 2018).

Portanto, de acordo com Geoffrey Till (2018), o aumento de problemas que afetam o uso sustentável e seguro do mar, sublinha a necessidade de inclusão de políticas de segurança marítima proativas, focada na causa dos problemas, em vez de políticas reativas com foco nos incidentes. As Marinhas e Guardas-Costeiras

ganham ainda mais protagonismo neste assunto que, até recentemente, era deixado para segundo plano e praticamente ignorado pelos grandes pensadores marítimos.

Embora haja um consenso dos Estados que para usufruir dos atributos do mar, é necessária a manutenção da boa ordem, entretanto como manter esta ordem já deixa de ser um consenso. Tal questão está diretamente ligada a interpretação que os Estados fazem sobre segurança marítima e até mesmo da semântica da palavra “segurança”. Till ainda alerta sobre os obstáculos que os Estados e Organizações Internacionais irão se defrontar para a efetividade de suas políticas de segurança marítima. São problemas de ordem geral que vão desde questões jurisdicionais, passando por limitação de recursos e prioridades (TILL, 2018).

Podemos concluir que, segundo Geoffrey Till, para garantir uma boa ordem no mar, os Estados precisam compreender e avaliar corretamente as ameaças, adotando uma visão holística da situação para tomar medidas sistêmicas e abrangentes que assegurem uma segurança marítima eficaz. Dado que essas ameaças podem, em alguns casos, ultrapassar fronteiras, torna-se essencial a coordenação e cooperação entre múltiplos Estados pelos quais essas ameaças podem transitar.

2.4 REQUISITOS PARA A BOA ORDEM NO MAR

Os Estados, por meio de suas Marinhas e Guardas Costeiras, deverão adotar uma abordagem coordenada e multinacional, com um foco especial em aumentar a conscientização marítima global, desenvolver políticas eficazes e integrar a governança, as quais precisam ser trabalhadas em todos os níveis. A aplicação da lei marítima deve ser proativa e adaptável às circunstâncias em constante mudança dos oceanos globais.

Para Till, a Consciência do Domínio Marítimo (CDM) deve ser desenvolvida em todos os níveis, pois o estratégico deve compreender a importância do oceano para o futuro da humanidade e a saúde ambiental global. Nesse ponto, a exploração científica e a coleta de dados marinhos desempenham um papel crucial nesse entendimento.

Para o operacional e tático, a CDM envolve a vigilância e monitoramento eficazes das atividades marítimas, permitindo uma gestão mais eficiente dos oceanos.

A política marítima, na visão de Till, deve ser abrangente, proativa e antecipatória para equilibrar os diversos interesses no uso do mar. Deve abordar de forma integrada questões de segurança, economia e meio ambiente, considerando as interconexões entre as diferentes ameaças e atividades no mar e a interdependência das nações. Till cita exemplos de políticas bem-sucedidas tais como a Estratégia Marítima Integrada da União Africana e a Estratégia de Segurança Marítima da União Europeia.

Já a Governança Marítima Integrada será eficaz se existir a colaboração mútua entre as marinhas, guardas costeiras, agências e outras organizações. Till destaca a importância de uma abordagem integrada para a gestão dos oceanos, que inclua tanto a legislação nacional quanto a cooperação internacional. É preciso um sistema administrativo e judicial robusto para identificar e processar infratores. A criação de coalizões regionais e globais, como o Fórum de Crimes Marítimos Regionais da UNODC, é fundamental para enfrentar desafios comuns e promover a segurança marítima coletiva (TILL, 2018).

A manutenção da boa ordem no mar, segundo Till, depende da combinação de uma aprimorada CDM, políticas marítimas integradas e uma governança marítima coesa e colaborativa. Estes elementos são vitais para enfrentar as complexas ameaças marítimas e garantir o uso sustentável e seguro dos recursos oceânicos.

2.4.1 A Importância das Marinhas e Guardas Costeiras

A manutenção da boa ordem no mar é uma tarefa complexa que requer a cooperação de todos. As marinhas, com suas capacidades de projeção de poder, segurança estratégica, cooperação internacional, aplicação da lei, visibilidade pública, proteção ambiental e histórico de cooperação multinacional, desempenham um papel central nessa missão. A coordenação eficaz e a adaptabilidade às mudanças operacionais são essenciais para enfrentar os desafios da segurança marítima no

século XXI¹¹ (TILL, 2018).

A análise dos requisitos gerais para a boa ordem no mar revela a importância da conscientização do domínio marítimo, do desenvolvimento de políticas marítimas integradas e da governança marítima integrada. Estudos recentes e as perspectivas de outros pensadores, como Bueger, complementam essa visão ao destacar a importância da cooperação internacional, tecnologia avançada e políticas integradas para enfrentar os desafios da segurança marítima.

Till (2018) conclui que a manutenção da boa ordem no mar é importante, sendo sua manutenção difícil, pois impõe o desafio de que o Poder Naval atue com uma postura nacional e competitiva com relação as ameaças tradicionais envolvendo o conflito comercial ou militar entre Estados no mar, e de uma maneira internacional e cooperativa quando as ameaças forem relacionadas a atores não estatais, os quais não obedecem fronteiras em suas ações, como o terrorismo, o tráfico internacional de drogas e armas, além da pesca ilegal.

Entendemos, portanto, que a visão de Geoffrey Till sobre segurança marítima é abrangente e integrada, reconhecendo a complexidade e a interconexão dos diversos fatores que ameaçam a segurança no domínio marítimo, o qual a ausência dessas ameaças ele atribui a “Boa Ordem no Mar”, sinônimo de segurança marítima.

Após a compreensão da teoria dos quatros atributos e boa ordem no mar de Geoffrey Till, o próximo capítulo será dedicado ao estudo geopolítico do Golfo da Guiné (GoG), para entendermos a importância dessa região para o sistema internacional.

¹¹ Nesse ponto, Till cita exemplos de sucesso de operações de segurança marítima bem-sucedidas. Exemplos como a Força-Tarefa Conjunta Interagências-Sul (JIATF-S) no Caribe e os esforços coordenados no Estreito de Malaca e ao largo da costa da Somália são citados como modelos de sucesso.

3 ANÁLISE CONTEMPORÂNEA DA GEOPOLÍTICA DO GoG

Segundo Pacheco, a África sempre foi vista como um continente promissor. Em termos de dimensão territorial só perde para o continente asiático com cerca de 20% da massa terrestre do planeta. Em termos populacionais, com cerca de 1 bilhão de pessoas, representa 15% da população mundial. Seus recursos são valiosos para o desenvolvimento econômico local e para países exógenos ao continente. Porém, a sustentabilidade da exploração e desenvolvimento econômico ainda é um desafio, especialmente no domínio marítimo devido, entre outras razões, a insuficiência ou falta de soberania e de instrumentos de aplicação da lei para conter a prática de ilícitos por parte dos Estados (PACHECO, 2015).

Localizado na costa ocidental da África, o GoG é uma região de grande relevância geopolítica devido à sua riqueza em recursos naturais, particularmente os hidrocarbonetos. Esta área inclui países como Nigéria, Angola, Gana, Costa do Marfim e Camarões, entre outros. Além dos recursos naturais, o GoG possui uma localização estratégica para as rotas de comércio marítimo, sendo um ponto crucial para o transporte de recursos energéticos para a Europa, América do Norte e outras partes do mundo. Estima-se que a população total dos países banhados pelo GoG seja de aproximadamente 410 milhões de pessoas, cerca de 1/3 da população total da África. Segundo Banchani, o GoG possui vastas reservas de petróleo e gás natural, tornando-se um ponto focal na política energética global. Grandes potências como os EUA, a União Europeia e a China têm interesses significativos na região devido à competição por recursos energéticos escassos (BANCHANI, 2016).

Em 2019, estimou-se que 2,2% das reservas comprovadas de petróleo do mundo localizavam-se no GoG. Outrossim, 2,7% da produção mundial foram extraídas dessa região, a qual concentra 2,8% das reservas comprovadas de gás natural do mundo. O GoG ainda abriga grandes reservas minerais de cobre, cobalto, estanho, urânio e minério de ferro (BP, 2020).

O GoG é uma área crítica para o comércio marítimo global, sendo um ponto de passagem vital para muitas rotas comerciais. No entanto, a região é também uma das mais perigosas devido à pirataria, que afeta diretamente a segurança do comércio marítimo internacional (OKPUVWIE, 2021).

Após evidenciar a importância estratégica dessa região para o cenário internacional, esse capítulo apresentará uma análise contemporânea da geopolítica do GoG, focando os fatores físicos, políticos, econômicos e militares, para compreender quais são os interesses dos diferentes atores nessa região e identificar os motivos que estão gerando a instabilidade no GoG e ameaçando a boa ordem no mar.

3.1 ASPECTOS FÍSICOS

Na literatura não há um consenso entre estudiosos ou organismos internacionais sobre a delimitação geográfica do GoG. Existem várias definições de quais países fazem parte da região, sendo tais definições baseadas em critérios geográficos, políticos ou econômicos, interpretadas conforme o contexto e os objetivos que se pretendem alcançar.

Para Cruz (2007, p.115), o GoG é uma reentrância na costa ocidental da África, que cobre a região marítima entre o Benin e a Guiné Equatorial. Devido à relevância estratégica de recursos minerais existentes desde a Mauritânia até a Namíbia, a região foi ganhando nova concepção geográfica, com a inclusão de outros países como Angola, Camarões, Gabão, Nigéria, República Democrática do Congo, República do Congo e São Tomé e Príncipe.

Já Kamal-Deen (2014, p.26) adotou a concepção do GoG no contexto das Resoluções 2018 e 2039 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), composto por 25 países e as quatro organizações regionais – ECOWAS, ECCAS, GGC e UA.

Por sua vez, a concepção estabelecida pela EUSGG (*European Union Council*, 2014b, p. 1), considera o GoG uma região com uma extensão de cerca de 6.000 km de costa, compreendida entre o Senegal e Angola, que inclui os Estados insulares de

Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe, sendo composta por 19 Estados¹², dos quais 17 costeiros, sendo essa a definição adotada para o desenvolvimento deste trabalho.

A região do GoG é banhada pelo oceano Atlântico e possui uma área marítima de 208mil Km² de MT, 3,3 milhões de Km² de ZEE e ainda 1,1 milhão de km² reivindicados às Nações Unidas de plataforma continental estendida. As águas próximas da costa mantêm alguns dos maiores campos de petróleo e gás offshore do mundo, especialmente ao largo da Nigéria e Angola, conforme apresentado na figura 5.

Ao analisarmos as figuras 2 e 5, podemos inferir a relevância da posição estratégica do GoG para o comércio marítimo entre a América do Norte, Europa e Ásia, pois suas LCM não possuem pontos de estrangulamento e são importantes para o escoamento do petróleo extraído dos campos offshore para as potências exôgenas. Nesse aspecto, a região possui diversos portos naturais que são relevantes nessa cadeia produtiva: Luanda e Lobito (Angola), Lagos (Nigéria), Tema (Gana), Abidjan (Costa do Marfim), Douala (Camarões), Point-Noire (Congo) e Lomé (Togo).

3.2 ASPECTOS ECONÔMICOS E ENERGÉTICOS

Conforme já visto, a multiplicidade de atores no GoG, as reservas minerais e de hidrocarbonetos fazem da região uma área de importância estratégica e econômica para as principais potências do planeta. Dessa forma, faz-se mister uma análise pormenorizada das principais economias locais, suas relações econômicas, bem como o peso relativo da região para algumas das maiores economias do globo.

3.2.1 Produto Interno Bruto (PIB)

Conforme ilustrado na figura 7, a Nigéria possui o maior PIB nominal (US\$ 506,6 bilhões) entre os países do GoG e estima-se que em 2050, o país esteja entre as dez

¹² Os países que fazem parte da região do GoG são: Angola, Benim, Camarões, Costa do Marfim, República Democrática do Congo (RDC), Guiné Equatorial, Gabão, Gana, Gâmbia, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Nigéria, República do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Chade e Togo.

maiores economias do mundo, seguida por Angola (US\$ 106,7 bilhões) e Gana (US\$ 72,8 bilhões). A região como um todo é responsável por cerca de 31% do PIB do continente africano. Por outro lado, o Gabão possui o maior PIB per capita, seguido por Guiné Equatorial e Cabo Verde (*INTERNATIONAL MONETARY FUND*, 2024).

Angola tem a maior desigualdade de renda da região e um PIB per capita moderado, apontando que, apesar de uma economia relativamente grande, a distribuição de renda é extremamente desigual. Mesmo em países com PIB per capita relativamente alto, como a Guiné Equatorial e Gabão, a desigualdade pode ser significativa, indicando que o crescimento econômico não beneficia igualmente toda a população.

A grande desigualdade pode levar a tensões sociais e instabilidade política, além de limitar o crescimento econômico sustentável. Essas análises mostram a complexidade das relações entre crescimento econômico, prosperidade individual e desigualdade de renda nos países do GoG.

De acordo com o *World Data Lab's World Poverty Clock*¹³, o continente africano possui cerca de 439 milhões de pessoas que vivem abaixo do limite de "pobreza extrema" das Nações Unidas que é de US\$ 1,90 de renda por pessoa por dia. A região do GoG representa 41% desse total com 180 milhões de pessoas. A República Democrática do Congo tem o maior índice da região com 72%, seguido de Angola com 32% e Nigéria 31% de pessoas extremamente empobrecidas. (CURTIS BELL, PH.D, 2020).

3.2.2 Petróleo e Gás

De acordo com Pavia, a região do GoG é rica em petróleo e possui várias vantagens: Primeiro por produzir um óleo leve, com baixo teor de enxofre, que é mais fácil e barato de refinar do que o petróleo do Oriente Médio; Segundo, esse tipo de

¹³ *World Poverty Clock*. 2024. World Data Lab. Disponível em: <https://worldpoverty.io/>. Acesso em 31Julho 2024.

petróleo está de acordo com as normas ambientais estadunidense e é compatível com as suas refinarias; Terceiro, a maior parte da produção é *offshore*, o que diminui o custo com transporte e minimiza os riscos de perturbações e ataques; Quarto, a proximidade de dois dos principais consumidores de energia do mundo, a América do Norte e a Europa Ocidental, reduz os custos de transporte; E por fim, o GoG se beneficia da ausência de pontos de estrangulamento marítimo entre a região e essas partes do mundo. Grandes parcelas do petróleo bruto mundial passam por LCM relativamente estreitas. Todos esses canais são passagens para fluxos importantes de navios petroleiros. No entanto, esses pontos de estrangulamento os tornam suscetíveis a bloqueios, ataques de piratas e acidentes de navegação e o GoG está quase livre desses riscos (PAVIA, 2015).

A região do GoG, possui cinco Estados integrantes à Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP)¹⁴: Angola, Congo, Gabão, Guiné Equatorial e Nigéria. Esses Estados somados possuem 57 bilhões de barris de petróleo em reservas comprovadas e produziram 3.279 milhões de barris de petróleo por dia em 2023, representando 42% da produção africana naquele ano e 3,4% da produção mundial. Destacam-se neste bloco a Nigéria, com reservas comprovadas de 36,9 bilhões de barris e produção diária de 1.540 milhões de barris é o maior produtor de petróleo do continente africano, e Angola, com reservas comprovadas de 7,8 bilhões de barris e produção diária de 1.150 milhões de barris de petróleo (*THE ENERGY INSTITUTE*, 2023).

Na Guiné Equatorial, o setor de petróleo e gás é responsável por mais de 90% da receita externa do país. A capacidade diária de produção do setor de petróleo e gás do país é de 120 mil barris de petróleo. Já o setor de petróleo e gás de Senegal é um dos menores da região do GoG, porém várias descobertas de reservas offshore de petróleo e gás estimadas em mais de 1 bilhão de barris de petróleo, sendo a maioria compartilhada com a Mauritânia podem levar o país para um outro nível (OKAFOR-YARWOOD; PIGEON, 2020).

¹⁴ Organização composta pelos seguintes países produtores de petróleo: Argélia, Nigéria, Gabão, Angola, Guiné Equatorial, Congo, Irã, Iraque, Kuwait, Arábia Saudita, Líbia, Emirados Árabes Unidos e Venezuela. Disponível em: https://www.opec.org/opec_web/en/about_us/25.htm. Acesso em 30Jun.2024.

Em relação à exportação de petróleo, Nigéria e Angola encontram-se entre os 15 maiores exportadores mundiais em 2023: a Nigéria em 8º lugar, com 48,9 bilhões de dólares exportados e Angola em 12º lugar, com US\$ 32,7 bilhões.

Ainda de acordo com o relatório do *Energy Institute*, em 2023, a Europa foi o principal destino do petróleo do GoG, com 56.9 milhões de toneladas (correspondente a 13% do total importado), seguido da China com 48,1 milhões de toneladas (correspondente a 8,5% do total importado), Estados Unidos da América com 11,9 milhões de toneladas e Índia com 9,3 milhões de toneladas (*THE ENERGY INSTITUTE*, 2023).

Com relação ao gás natural, A região do GoG exportou 14,8 bilhões de metros cúbicos (m³) de gás natural para o continente europeu e 14,1 bilhões de m³ para o continente asiático em 2021 (figura 8), com destaque para a Nigéria, que possui 206,5 trilhões de metros cúbicos de reserva comprovada¹⁵ foi responsável por 18% da produção do continente africano com 45,9 bilhões de metros cúbicos. Camarões detém, na região de Kribi, reservas estimadas de 160 milhões de m³. Na região está localizado o porto de águas profundas de Kribi, que o Estado chinês auxilia na construção e operação.

Podemos concluir que o setor de petróleo e gás é de extrema importância para a economia do GoG, abrangendo países como Nigéria, Angola, Gana, Guiné Equatorial, entre outros. Esse setor tem várias implicações econômicas e sociais significativas: primeiro por ser a base do PIB da maioria dos Estados; depois a cadeia de valor de todo processo (exploração, produção, distribuição e serviços de apoio) é uma fonte vital de geração de empregos diretos e indiretos; por fim, atrai investimentos estrangeiros que são essenciais para fomentar o desenvolvimento econômico, crucial para o crescimento e desenvolvimento sustentável.

3.2.3 Pesca e Mineração

¹⁵ “Worldwide Look at Reserves and Production”, *Oil & Gas Journal, Worldwide Report [Table]*, acesso em 05 de julho 2024.

O GoG também é rico em estoque de pescados. A região possui, entre outros, estoques de atum, camarão, bongo, garoupa e polvos, espécimes com alta demanda mundial, possibilitando que o setor pesqueiro exerça papel fundamental na segurança alimentar, provendo mais de 20% da proteína consumida pela população local, além do papel social desempenhado na criação de empregos, principalmente nas cidades costeiras mais pobres (OKAFOR-YARWOOD; PIGEON, 2020).

A atividade pesqueira na região possui duas vertentes: A artesanal que é realizada em pequenos barcos próximos à costa, sendo a principal responsável pela dieta alimentar de proteínas, e a industrial que é realizada em embarcações estrangeiras maiores que operam afastadas da costa, muitas com capacidade de processamento a bordo. A pesca realizada por embarcações estrangeiras ocorre por meio de licenças concedidas pelos Estados africanos (OKAFOR-YARWOOD; ALLISON, 2021).

Através do Programa Regional de Pesca na Região da África Ocidental, o Banco Mundial financia o setor pesqueiro investindo US\$ 170 milhões em projetos da Mauritânia e Gana. As atividades pesqueiras empregam mais de 13 milhões de pessoas no continente e geram, anualmente, US\$ 24 bilhões para a economia africana, sendo US\$ 400 milhões na região do GoG. De acordo com os dados da FAO, em 2022, a Nigéria produziu 784 mil toneladas, seguido pelo Senegal com 533 mil toneladas, Gana com 519 mil toneladas, Camarões com 299 mil toneladas e Serra Leoa com 215 mil toneladas. Estes países são responsáveis por 75% da produção de pescado da região (OKAFOR-YARWOOD; ALLISON, 2021).

Em relação ao minério, a região do GoG é importante produtora de minerais. De modo geral, há extração de ouro, diamante, cobre, manganês, nióbio, prata, bauxita, entre outros. De acordo com a *World Mining Data*¹⁶, produzido pelo Ministério Federal da Agricultura, das regiões e do Turismo da Áustria, Gana e Gabão são responsáveis, sozinhos, por cerca de 22% da produção mundial de manganês. A região como um todo produz 8% de ouro, 16% de diamantes em gema e 22% de diamantes industriais do mundo. A República Democrática do Congo se destaca pela diversidade de minerais existentes. Lá se extrai cobalto (responsável por 70% da produção mundial),

¹⁶ Disponível em: <https://www.world-mining-data.info/wmd/downloads/PDF/WMD2023.pdf>

manganês, nióbio, tungstênio, cobre, chumbo, zinco, diamante, ouro, entre outros sendo responsável por 19,6% da produção de diamantes industriais. Cerca de 20% da produção mundial de bauxita, insumo necessário para a produção de alumínio, é produzida pela Guiné.

Por sua vez, a Nigéria produz 10% de tântalo, metal raro necessário para produção de capacitores, além de 2,34% de estanho mundial.

Com dados acima, é possível observar que a região do GoG é rica em diversos minerais sendo responsável por considerável produção de alguns deles, em relação ao total mundial. Muitos desses minerais são extremamente importantes para países em franco desenvolvimento, como a China. Não é à toa, existe forte e crescente presença de empresas chinesas na região.

3.2.4 Relações comerciais

Na região do GoG, cabe analisar a distribuição das exportações de Nigéria e Angola, os maiores *players* da região. As exportações Nigerianas tiveram como destino principal a Espanha (13,3%), a Índia (11,6%), a África do Sul (7,15%), a Holanda (5,99%), a França (4,38%), a Alemanha (3,33%), o Brasil (2,83%) e a China (2,14%), enquanto as exportações Angolanas tiveram como principais mercados consumidores a China (40,3%), a Índia (8,88%), a Holanda (7,23%), a França (7,02%), a Espanha (3,68%), os EUA (2,5%) e o Brasil (1,15%)¹⁷.

Constata-se que o Estado nigeriano possui uma distribuição equilibrada de suas exportações e que Angola apresenta uma vulnerabilidade, em virtude de sua dependência da China como principal parceiro comercial.

A Nigéria é o maior exportador de petróleo para a Espanha e o 4º maior para a Índia, Alemanha, França e Reino Unido, além de ser o principal exportador de óleo bruto do GoG para o Brasil. Angola é o 4º maior exportador de petróleo para a China e o 10º para a Índia. Esses números corroboram a importância da contribuição que a região do GoG presta a segurança energética da China, Índia e dos principais atores

¹⁷ <https://oec.world/en/profile/country/ago>. Acesso em: 05Jul.2024.

da UE, comprovando a importância das LCM do Atlântico Sul e das LCM que partem e chegam ao GoG, indispensáveis para o escoamento, para os continentes asiático e europeu, do petróleo e do gás natural da região.

3.3 ASPECTOS POLÍTICOS

Os países do GoG possuem uma diversidade de sistemas políticos que vão desde democracias emergentes a regimes autoritários. Gana, por exemplo, é tida como uma das democracias mais estáveis da África, enquanto a Guiné Equatorial é conhecida por seu regime autoritário sob a liderança de Teodoro Obiang Nguema Mbasogo, desde 1979.

Os conflitos armados e a instabilidade política também afetam gravemente os Estados. Um exemplo disso é a Nigéria, que, após sofrer uma série de golpes de Estado, em 2023 finalmente viu a eleição de um líder escolhido pela população. Apesar desse progresso, o governo ainda enfrenta o desafio de manter a unidade do país mais populoso da África, evitando que se fragmente devido a divisões étnicas e religiosas. Nos últimos anos, milhares de pessoas foram mortas em ataques de grupos jihadistas armados no nordeste do país, especialmente pelo grupo islamista Boko Haram. Além de estarem envolvidos no roubo de petróleo no Delta do Níger, esses grupos realizaram sequestros de mulheres e crianças, tanto para usá-las em seus ataques quanto para exigir resgates. As aspirações de grupos separatistas, como o Movimento pela Emancipação do Delta do Níger e o ressurgimento do movimento pela independência de Biafra, também ganharam força. A adoção da lei islâmica “sharia” em vários Estados do norte da Nigéria agravou as divisões na região, forçando milhares de cristãos a fugir (BBC NEWS, 2023).

Na África, os recursos econômicos e político-diplomáticos da Nigéria são decisivos à Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS)¹⁸ e

¹⁸ Bloco econômico formado por Benin, Burkina Faso, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria, Serra Leoa, Senegal e Togo, com sua missão declarada de promover a integração econômica em toda a região.

à União Africana (UA)¹⁹. Em escala global, destacam-se os cargos de liderança na Organização Mundial do Comércio (OMC) e na OPEP. Entretanto, as credenciais da política externa são abaladas pelas vulnerabilidades de uma economia dependente do setor de hidrocarbonetos e pelo baixo índice de boa governança, incipiente democracia, corrupção e violação dos Direitos Humanos pelas forças de segurança (BRASIL, 2021).

As últimas duas décadas na Costa do Marfim foram marcadas pela instabilidade gerada por conflitos políticos e religiosos, que resultaram em uma cisão territorial, mortes e migração de pessoas. O país possui o terceiro maior PIB do Golfo da Guiné (GoG) e é um dos principais produtores de cacau da região, estando envolvido em controvérsias internacionais quanto à responsabilidade socioambiental de suas lavouras, devido ao desmatamento e ao trabalho infantil, o que dificulta a captação de investimentos estrangeiros. Outro fator que desafia a entrada de capitais é a insegurança nas proximidades da fronteira com Mali e Burkina Faso, onde ocorre o transbordamento das atividades de grupos extremistas (BRASIL, 2022).

Por sua vez, Gana é reconhecido como um dos países mais livres e politicamente estáveis da África. Nas últimas duas décadas, todos os seus governantes foram eleitos democraticamente, e os respectivos mandatos foram cumpridos integralmente. No entanto, o último processo eleitoral enfrentou acusações de fraude e compra de votos, decorrentes da falta de transparência e de regulamentação no financiamento das campanhas. Além dessa vulnerabilidade, o país também enfrenta desafios relacionados à violência, à corrupção e a conflitos internos, especialmente na região norte, onde as disputas por terras e as tensões étnicas e religiosas são mais intensas (BRASIL, 2023).

Nos últimos anos, a presença da China no GoG cresceu significativamente, impulsionada pela *Belt and Road Initiative*. Esta iniciativa abrange todos os países da região, focando em investimentos e empréstimos para financiar grandes projetos de infraestrutura, especialmente na construção de portos marítimos, como o porto de

¹⁹ Criada em 2002, composta por todos Estados africanos, a UA busca promover soluções africanas para os desafios enfrentados pelos países africanos, com vistas ao fortalecimento da paz, da soberania e do desenvolvimento socioeconômico no continente. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/mecanismos-internacionais/mecanismos-inter-regionais/uniao-africana>. Acesso em: 15jun. 2024.

águas profundas de Lekki, na Nigéria, que conta com 75% de capital chinês. Embora esses investimentos tenham impulsionado o desenvolvimento econômico nos países da região, eles também geraram controvérsias, como nos casos de Angola e Gana, onde o acúmulo de dívidas substanciais em nações vulneráveis levantou preocupações. Em Angola, por exemplo, a dívida com a China alcançou US\$ 40 bilhões, representando mais da metade do PIB do país (BRASIL, 2023).

Em 2021, foi criada a Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA). Acordo assinado por 54 dos 55 países membros da UA, tornando o continente africano na maior área de livre comércio mundial em relação ao número de países integrantes. Entre os objetivos desse bloco econômico está fomentar as relações comerciais no próprio continente e fortalecer a posição do continente africano frente ao mercado internacional.

De acordo com o Banco Mundial, o bloco econômico soma mais de 1,3 bilhão de pessoas e um PIB conjunto de US\$ 3,4 trilhões. A ZCLCA representa uma oportunidade ímpar para os países africanos estimularem o crescimento, reduzirem a pobreza e alargarem a inclusão econômica. Nesse contexto, com as mudanças, estima-se que 12 milhões de pessoas do GoG deixem a extrema pobreza na região (WORLD BANK, 2023).

3.4 ASPECTOS MILITARES

Os Estados do GoG apresentam grandes dificuldades para garantir a segurança e a governança marítima da região. Seus recursos orçamentários para defesa são limitados e priorizados para as forças terrestres, impedindo o adequado investimento nas Marinhas e as Guardas Costeiras. Com exceção de Nigéria, Angola, Senegal e Gana, os países não possuem meios com capacidade para realizar o patrulhamento além do MT ou não possuem meios suficientes para cobrir toda a extensão de suas águas jurisdicionais (OKAFOR-YARWOOD; PIGEON, 2020).

Portanto, neste subitem serão abordados apenas os principais aspectos do Poder Naval dos Estados do GoG, com ênfase para Nigéria, Angola e Camarões.

3.4.1 Nigéria

Com o PIB de defesa na ordem de US\$ 3,1 bilhões (SIPRI 2023), a Nigéria tem o maior poder militar do GoG e o quarto do continente africano. Suas Forças Armadas dispõem de 143 mil militares, sendo 25 mil na Marinha e na Guarda Costeira.

Mesmo sendo o maior poder militar do GoG, o inventário de navios da marinha nigeriana²⁰ é modesto, não possuindo meios com capacidades significativas para o enfrentamento com Forças Navais antagônicas modernas e bem equipadas (são navios de origem americana, chinesa, armados apenas com canhões e metralhadoras) em alto mar, confere possibilidades de monitorar as águas jurisdicionais sobre sua responsabilidade.

Segundo o Almirante Gambo, Chefe do Estado-Maior Naval da Marinha da Nigéria, a região do GoG tornou-se *hotspot* de atividades ilícitas, tais como a pirataria, roubo armado, pesca INN, contrabando de armas, tráfico e mineração ilegal, bem como roubo de petróleo bruto/atividades ilegais de *bunkering* e essas atividades geram um prejuízo anual para o Estado nigeriano de US\$ 26 bilhões (WINGRIN, 2022).

Dessa forma, a marinha nigeriana vem investindo na revitalização de seus meios navais para lidar com a insegurança marítima no GoG. De acordo com o porta-voz naval nigeriano, Comodoro Suleman Dahun, vários meios foram encomendados recentemente, com um investimento constante, foram adquiridos um total de 378 meios apenas nos últimos seis anos, incluindo 172 navios patrulha, 12 lanchas da classe Manta, 3 lanchas *Whaler*, 22 lanchas de ataque rápido, 14 veículos aéreos não tripulados, 4 helicópteros, 14 lanchas da classe River Town e 4 navios capitais (CURTIS BELL, PH.D, 2021).

Gambo relata que tais atividades criminosas causam a ruptura da boa ordem no mar e impactam diretamente na vida econômica e nas perspectivas de desenvolvimento não apenas da Nigéria, mas também do continente africano em geral e que essas atividades devem ser combatidas por todos os Estados do GoG e Países

²⁰ Dados extraídos do site *Global Fire Power*, disponível em: https://www.globalfirepower.com/country-military-strength-detail.php?country_id=nigeria. Acesso em 22jun. 2024.

parceiros com uma melhor colaboração e aplicação das leis para aumentar a segurança marítima no continente (WINGRIN, 2022).

A complexidade do crime marítimo e da criminalidade na região levou a Marinha da Nigéria a articular uma estratégia marítima robusta conhecida como Estratégia Marítima de Espectro Total. Explicou Gambo:

“As ações da Marinha nigeriana desenvolveram-se através da adoção de medidas de segurança, dissuasão e ataque contra ilícitos marítimos, atores não estatais e agressões externas, com uma força naval balanceada que permite ações defensivas e ofensivas em suas águas interiores, Mar Territorial, ZEE, Alto Mar e operações em terra (WINGRIN, 2022)”.

Dentro do escopo da Estratégia Marítima de Espectro Total, a Marinha nigeriana adotou o Conceito Marítimo da Trindade de Ação para combater efetivamente as ameaças marítimas. Tal conceito compreende as capacidades de vigilância, com a presença de meios no mar e a execução de projetos de vigilância marítima em sua ZEE, como o projeto *Deep Blue*, além do suporte da lei de supressão da pirataria e outros crimes marítimos (WINGRIN, 2022).

O projeto consiste no emprego coordenado do sistema de vigilância Falcon Eye, de um Centro de Comando, Controle, Comunicação, Computação e Inteligência (C5I) para coleta de informações e dados, de helicópteros para busca e salvamento, aeronaves e drones para vigilância aérea da ZEE, navios, embarcações de patrulha e veículos blindados para patrulhamento nas regiões litorâneas, além da atuação de cerca de 600 militares em terra. (ADF, 2022).

Nesse contexto, não podemos esquecer da contribuição Arquitetura de Yaoundé, promovendo o aumento da consciência situacional, além da busca de consolidação de uma parceria com a UA, com outros Estados africanos, da cooperação com Marinhas e Estados exógenos, das operações do *Special Boat Service* em ações de contraterrorismo e contra insurgência e da aprovação governo nigeriano em 2019 da lei de supressão da pirataria e outras ofensas marítimas, que permitiu que os infratores de crimes cometidos no mar pudessem ser processados (WINGRIN, 2022).

Gambo finaliza que esses esforços resultaram em um declínio acentuado nas

atividades criminosas na região. O Relatório Global de Pirataria do Escritório Marítimo Internacional de 14 de julho de 2021 indicou o menor total de pirataria e roubo marítimo contra navios em 27 anos. E o mesmo Relatório, referente ao ano de 2022, mostra que a Nigéria saiu da lista de países propensos à pirataria.

3.4.2 Angola

É o país que tem a maior costa marítima do GoG com 1.600 km de extensão, sendo o segundo maior produtor de petróleo e altamente dependente deste recurso para a sua matriz econômica (BRASIL, 2021a). Possui um setor de defesa entre os maiores e mais bem equipados do GoG, com gastos de US\$ 1,41 bilhão em 2021 e Forças Armadas com efetivo de 107 mil militares, sendo 1.000 militares, aproximadamente, na Marinha (IISS, 2022).

A maioria das armas e equipamentos militares angolanos são de origem russa ou da era soviética. Nos últimos anos, a Rússia tem sido o principal fornecedor de equipamentos militares para Angola (CIA, 2023)

Em setembro de 2016, o Estado angolano fechou um contrato com a empresa Privinvest, baseada nos Emirados Árabes Unidos, para a construção de 17 navios patrulha e um estaleiro naval, no valor de € 495 milhões. Três HSI 32 já foram entregues em 2019, sendo que os demais meios seriam das classes Vigilante 400 e 1.400. Essas aquisições, juntamente com a compra de quatro navios patrulha da classe Super Dvora MK III, aeronaves Cessna Citation, adquiridas em 2017 e modificadas para realizar patrulha marítima, três aeronaves C295MP adquiridas em 2018, além dos contratos com a Finmeccanica e a SELEX ES da Itália para fornecimento de radares costeiros e sistemas repetidores NMSS37, demonstram a preocupação do Estado angolano com o patrulhamento de suas águas jurisdicionais no GoG (MARTIN, 2021).

De acordo com o site Poder Naval²¹, em fevereiro de 2023, o Estado angolano fechou um contrato de € 1 bilhão com o grupo EDGE dos Emirados Árabes Unidos

²¹Disponível em: <https://www.naval.com.br/blog/2023/02/22/index-2023-marinha-angolana-encomenda-corvetas-br71-mkii-do-edge-group-sob-acordo-de-e-1-bilhao/>

para aquisição de 3 corvetas BR71 Mk II.

3.4.3 Camarões

O Estado de Camarões possui, na região de Kribi, reservas estimadas de 160 milhões de m³ de gás natural. Na região está localizado o porto de águas profundas de Kribi, que o Estado chinês auxilia na construção e operação. Porém, o principal entre os quatro portos de Camarões é o de Douala, por onde é escoado 95% do comércio marítimo nacional, apesar de não ser um porto de águas profundas (EXTÉRIEURES, 2017).

Suas Forças Armadas são bem-organizadas, porém possuem meios com elevado tempo de uso. Em 2020, com exceção de veículos de combate comprados da China e da África do Sul e embarcações da Classe *Defender* doados pelos EUA. Com um PIB de defesa na ordem de US\$ 470 milhões em 2023, possuem um efetivo de, aproximadamente, 25 mil militares, sendo 1,5 mil militares da Marinha, que adquiriu navios-patrolha, nos últimos anos, para tentar combater as ações de pirataria em suas águas jurisdicionais, possuindo, atualmente, 14 embarcações de patrulha e 2 embarcações de patrulha ribeirinha, além de 4 embarcações de desembarque (IISS, 2022).

O país possui acordos de cooperação militar com a China e com a França, que provêm suporte e treinamento aos militares camaronenses, principalmente para combater o grupo insurgente Boko Haram, que atua na Nigéria e na região de fronteira com Camarões (IISS, 2022), e combater a insegurança na região de fronteiras com a República Centro Africana e com o Chade, devido à atuação de grupos criminosos transnacionais surgidos durante as guerras civis que assolaram aqueles países (POKAM, 2018).

Em 2018, foi firmada uma parceria entre a MB e a Marinha de Camarões, estabelecendo a cessão de uso do Sistema de Informações do Tráfego Marítimo (SISTRAM)²², bem como capacitação do pessoal para emprego desse sistema. Em

²² Disponível em: <https://www.agencia.marinha.mil.br/> Acesso em: 12 mai.2024

função desse compromisso, a MB mantém um representante permanente no Centro Inter-regional de Coordenação (ICC) naquele país.

3.4.4 Demais Estados do GoG

Com exceção de São Tomé e Príncipe, que possui uma Guarda Costeira e uma estrutura para o acompanhamento e monitoramento da situação marítima em suas águas jurisdicionais, os Estados de Benin, Congo, Gâmbia, Guiné, Guiné Bissau, Guiné Equatorial, Libéria, República Democrática do Congo, Serra Leoa e Togo não possuem tal estrutura de monitoramento, dificultando a manutenção de uma consciência situacional marítima plena.

Além disso, os Estados, incluindo São Tomé e Príncipe, não possuem meios que permitam uma atuação efetiva na repressão dos ilícitos além de seu mar territorial, apesar do esforço recente de alguns Estados, como a Guiné Equatorial e o Togo, de reforçarem suas capacidades marítimas (OKAFOR-YARWOOD; PIGEON, 2020).

3.5 AMEAÇAS A BOA ORDEM NO MAR

A corrupção é possivelmente a maior ameaça enfrentada pela região. Esse problema se manifesta geralmente como o abuso de poder, utilizado para obter benefícios ilegais, individuais e privados. Tal prática enfraquece a democracia ao minar a confiança da população nas instituições estatais, além de dificultar o desenvolvimento econômico, ampliando a desigualdade e a divisão social entre ricos e pobres. (VAZ, 2023).

De acordo com o *ranking* da Organização Transparência Internacional²³, a maioria dos Estados do GoG possuem alto níveis de corrupção. A corrupção é um desafio persistente na região, afetando a governança e o desenvolvimento econômico. A Nigéria, por exemplo, enfrenta problemas significativos de corrupção. Em 2023,

²³ Organização não governamental que luta contra a corrupção, a fim de promover a transparência, a responsabilidade e a integridade em todos os níveis e em todos os setores da sociedade. disponível em: <https://www.transparency.org/en/countries/nigeria>. Acesso em 07Jul. 2024.

ficou na 36ª posição, encontrando-se mais próximos da pontuação de altamente corrupto do que muito honesto. Destacam-se os países do GoG com pior pontuação a Guiné Equatorial na 6ª posição, a República Democrática do Congo na 16ª posição e Angola na 57ª posição.

Ainda segundo Vaz, a corrupção impacta imediatamente na ação política e social das populações, principalmente no Estado de Direito e no bem-estar social. O Estado de Direito, fragilizado, não garante o desenvolvimento, a saúde da economia e a segurança, principalmente da exploração dos recursos naturais, dos portos e do tráfego marítimo, particularmente relevantes neste caso condições muito importantes para a atividade comercial e para o desenvolvimento econômico (VAZ, 2023).

Por fim, Vaz conclui que as comunidades afetadas pela insegurança e carência social, são atraídas para a prática de atividades ilícitas para sobreviver. Ademais, o roubo e o comércio ilícito de combustível florescem enquanto a deficiente proteção dos locais de exploração e do transporte de combustível sofrem constantes assaltos que acabam por danificar as instalações, causando a poluição das águas e do solo. Esta dicotomia leva à falta de alimentos e mesmo à limitação da pesca artesanal levando à carência e ameaçando diversas espécies de extinção (VAZ, 2023).

Com base no relatório de 2020 do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), a região do GoG, é caracterizada pelos seus baixos valores. Tal conceito foi elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, objetivando calcular o desenvolvimento de cada Estado com base nas suas vertentes política, econômica e social, identificando os desafios e lacunas existentes ao progresso humano. Os países com os piores resultados de IDH são a Libéria e a República Democrática do Congo na 175ª posição e a Nigéria na 161ª posição.

O *Fragile States Index* classifica anualmente os países do mundo pela probabilidade de falharem enquanto Estados. Em que pese a região do GoG situar-se numa das áreas marítimas mais lucrativas, ela tem sido avaliada como frágil, colocando dez dos seus países entre os 50 mais frágeis do mundo. A Nigéria ocupa a 15ª posição e Angola a 38ª (FUND FOR PEACE, 2023).

Segundo o relatório do *Maritime Information Cooperation & Awareness Center*

(MICA)²⁴, o GoG está no epicentro de inúmeras tensões. A pirataria e o roubo armado, embora permaneçam sob controle, sem um motivo específico, outras ameaças continuam a assolar a região. A pesca ilegal, não regulamentada e não relatada (INN) continua a diminuir os estoques pesqueiros. O padrão econômico da pesca é tão desequilibrado que a região é um importador de peixe. O tráfico de drogas (cocaína da América do Sul, haxixe do Norte da África e heroína da Ásia) permanece. A imigração ilegal pelo mar está aumentando no GoG (FRENCH, 2023).

Assim, podemos concluir que o fenômeno da corrupção gera um efeito em cadeia, pois dela deriva principalmente a eficiência da economia dos Estados, contribuindo para a corrosão das organizações estatais, baixo IDH e a ocorrência de atividades ilícitas que, por sua vez, constituem uma grande ameaça ao patrimônio, a segurança dos Estados do GoG e às LCM utilizadas por eles no Atlântico Sul. Além disso, questões ambientais, desastres naturais e pandemias também podem afetar a segurança local, causando crises econômicas e migrações em massa, desestabilizando a boa ordem no mar. Neste subitem, serão abordados, a pirataria e o roubo armado, o tráfico internacional e a pesca ilegal no GoG.

3.5.1 A Pirataria e o Roubo Armado

O crime de pirataria está tipificado no artigo 101 da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM):

“Constituem pirataria quaisquer dos seguintes atos: a) todo ato ilícito de violência ou de detenção ou todo ato de depredação cometida, para fins privados, pela tripulação ou pelos passageiros de um navio ou de uma aeronave privados, e dirigidos contra: i) um navio ou uma aeronave em Alto Mar ou pessoas ou bens a bordo dos mesmos; ii) um navio ou uma aeronave, pessoas ou bens em lugar não submetido à jurisdição de algum Estado; b) todo ato de participação voluntária na utilização de um navio ou de uma aeronave, quando aquele que o pratica tenha conhecimento de fatos que deem a esse navio ou a essa aeronave o caráter de navio ou aeronave pirata; c) toda a ação que tenha por fim incitar ou ajudar intencionalmente a cometer um dos atos enunciados nas alíneas a) ou b)²⁵.”

A definição acima nos permite compreender que será considerado pirataria se

²⁴ Coordenado pela Marinha da França, é um centro dedicado ao monitoramento e compartilhamento de informações marítimas para aumentar a segurança no mar.

²⁵ Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. Montego Bay, 10 dez. 1982. Disponível em: https://www.un.org/depts/los/convention_agreements/texts/unclos/unclos_e.pdf. Acesso em: 9 jul. 2024.

o ato ocorrer fora dos limites do Mar Territorial (MT) ou no Alto Mar, com finalidade privada. O ato cometido dentro do MT será tipificado como assalto a mão armada, estando sob a jurisdição do Estado costeiro.

Após dois anos consecutivos de quedas significativas nas ocorrências de pirataria e o roubo armado, 2023 atingiu o patamar alcançado em 2022, onde foram registrados 295 incidentes, uma queda de 22% em relação a 2020, com aumento de casos no Sudeste Asiático e uma ligeira queda de ocorrências no Mar do Caribe. Porém, os incidentes relacionados à pirataria no GoG permanecem entre os mais altos do mundo, sendo superado apenas pelo Oceano Índico no quantitativo de casos ocorridos. Com relação as ocorrências de roubo a navios, o GoG desde 2021 apresenta uma paridade no número de casos, sendo a região com o menor registro de casos, conforme visto na figura 9 (FRENCH,2023).

No GoG, foram relatados 31 incidentes em 2023, uma redução de 73% em relação a 2020, sendo registrado 20 casos de roubo a navios, sete casos de sequestro e quatro ações de pirataria, conforme a figura 10. Em que pese a redução significativa dos números de casos, o GoG ainda está sujeito a uma grande cobiça e permanece no centro de atividades ilícitas. Embora os atos de pirataria permaneçam sob controle, mesmo sem ações claras que justifiquem essa redução, várias ameaças continuam a atormentar a região. Os casos de sequestro praticamente dobraram em relação a 2022. A pesca INN continua a colocar os estoques de pescados em situação crítica. O padrão econômico da pesca é tão desequilibrado que a região é um importador de peixe. O tráfico de drogas (cocaína da América do Sul, haxixe do Norte da África e heroína da Ásia, sem mencionar as drogas sintéticas, continua sem diminuir. A imigração ilegal pelo mar está aumentando, principalmente próxima a Ilhas Canárias e da Madeira (FRENCH, 2023).

Assim podemos concluir que após dois anos consecutivos de declínios significativos em atos de pirataria e roubo, 2023 atinge o nível alcançado em 2022 no crime marítimo. Essa estabilidade geral em números baixos não deve mascarar um ligeiro aumento no número de navios piratas, confirmando que essa ameaça não foi erradicada. Infelizmente, o número de sequestros também aumentou significativamente em comparação com 2022.

Podemos observar na figura 11, que Angola registrou oito casos, seguido por

Gana com sete casos e Camarões com quatro casos. Nigéria registrou apenas quatro casos e São Tomé e Príncipe, que teve dez casos em 2021, está há dois anos seguido sem registro de ocorrências. Percebe-se ainda que 21 casos ocorreram dentro do MT dos Estados, cinco casos com os navios atracados e cinco casos na ZEE e alto mar.

Apesar da forte redução dos incidentes de roubo e terrorismo na Nigéria, em virtude da implementação de iniciativas daquele Estado, tanto com alterações no arcabouço jurídico, como a lei de supressão da pirataria e outras ofensas marítimas, aprovada em 2019, quanto com ações de sua Marinha, os grupos de piratas nigerianos, que atuam a partir do delta do rio Niger, ainda são os responsáveis pela maior parte das ações de pirataria na região do GoG. Seus ataques estendem-se da Costa do Marfim até a República Democrática do Congo, atingindo até 170 milhas náuticas de distância da costa (OKAFOR-YARWOOD; PIGEON, 2020).

A pirataria no GoG gerou altos custos para a região durante anos. Em 2022, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) estimou que as atividades criminosas na área causaram prejuízos na ordem de US\$ 1,9 bilhão, incluindo perdas econômicas e resgates pagos aos criminosos. A redução da pirataria pode trazer benefícios econômicos significativos, especialmente após a Nigéria ser removida da lista do *International Maritime Bureau* (IMB)²⁶ de países propensos à pirataria, resultando na queda de mais de 80% nos custos de seguro para embarcações. No entanto, há sinais de que os piratas estão adaptando suas atividades, como o sequestro de uma vila no sul da Nigéria em 2022. A falta de monitoramento específico dificulta a coleta de dados abrangentes sobre ataques a cidades costeiras, e em roubos a plataformas de petróleo, o que gera mais insegurança. Existe o risco de que essas novas atividades sejam consideradas fora do escopo da pirataria, levando a uma possível redução no empenho internacional para combater o problema, especialmente se os casos de pirataria forem vistos como "resolvidos" devido à diminuição estatística relatada ao IMB (BRASIL, 2023).

3.5.2 Pesca Ilegal, Não Declarada e Não Regulamentada (INN)

²⁶ Divisão especializada da Câmara Internacional de Comércio que se dedica a combater crimes marítimos, incluindo pirataria e fraudes no comércio marítimo.

Os peixes são cruciais para a segurança alimentar no GoG, pois é a principal fonte de proteína animal das populações costeiras. No entanto, esse recurso está ameaçado pela pesca ilegal, poluição, mudanças climáticas e crescimento da população humana. A sobre-exploração dos estoques de peixes representa um grande problema, uma proporção significativa do qual é causada pela pesca INN, principalmente por embarcações comerciais e estrangeiras de grande escala. Estima-se que 40 a 65% dos peixes capturados na região do GoG ocorrem de maneira irregular (OKAFOR-YARWOOD; ALLISON, 2021).

A pesca INN não apenas ameaça a segurança alimentar e os meios de subsistência das comunidades pesqueiras, mas também inibe o desenvolvimento sustentável. A competição por recursos limitados entre a pesca artesanal e a industrial acaba por estimular conflitos regionais, como os confrontos entre pescadores nigerianos e autoridades camaronesas na Península de Bakassi.

Dada a natureza transfronteiriça da pesca INN, uma resposta coletiva é crucial. Iniciativas regionais, como a Força-Tarefa da África Ocidental e o projeto *Improved Regional Fisheries Governance in Western Africa*, visam melhorar a governança pesqueira através do fortalecimento das capacidades de monitoramento, controle e vigilância das autoridades nacionais e regionais.

Para assegurar o uso sustentável dos recursos pesqueiros, é imprescindível implementar políticas eficazes em âmbito nacional e promover a cooperação regional para eliminar lacunas legislativas que permitam a exploração desses recursos. Países como Gana, Angola, Guiné-Bissau e Gabão possuem legislações robustas no que se refere à atividade pesqueira. Em contraste, as águas mais poluídas e com regulamentação deficiente estão localizadas nas proximidades de Benim, Togo e Nigéria. Nesse contexto, é essencial um esforço concentrado para legislar e controlar essas áreas menos protegidas, a fim de alcançar um progresso significativo rumo a práticas de pesca mais sustentáveis. (OKAFOR-YARWOOD; ALLISON, 2021).

As estimativas do custo da pesca INN variam muito. A tentativa mais precisa para calcular estes custos, publicada na *Science Advances* em 2020, utilizou múltiplas técnicas de modelização para prever perdas nos doze países estudados. Estes valores variaram entre US\$ 313 milhões e US\$ 696 milhões anuais, com uma

estimativa média de US\$ 504 milhões. De acordo com a Câmara dos Representantes da Nigéria, o país perde US\$ 70 milhões anuais com a pesca INN. Isto inclui a perda de taxas de licença, receitas provenientes de impostos e o valor que poderia ter sido acumulado da pesca legítima por navios locais. Outras fontes estimam o custo da pesca INN na Nigéria como muito mais elevado, citando algo entre US\$ 600 a US\$ 800 milhões a cada ano. (BELL, 2021).

3.5.3 Tráfico Internacional de Drogas e Armas

Em razão da proximidade com a América do Sul, da porosidade de suas fronteiras, da propensão à corrupção e da fragilidade dos Estados na região, o tráfico internacional de drogas e armas tem se intensificado no GoG. A área tornou-se um ponto estratégico para cartéis de drogas sul-americanos, que contrabandeiam cocaína da América Latina e heroína da Ásia. Segundo o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), há dois hubs principais de distribuição de drogas na região. As rotas de tráfico de drogas provenientes das Américas, com destino à Europa, entram no GoG principalmente via Guiné-Bissau e Guiné, passando por Cabo Verde e Senegal, mas também pelo Golfo do Benim, Gana e Nigéria, conforme ilustrado na figura 12. Ainda de acordo com a UNODC, cerca de 25% a 35% da cocaína andina consumida na Europa atravessa o GoG. Além disso, a região também recebe heroína e tramadol vindos da Ásia, e ocorre a produção local de anfetaminas, cocaína e maconha (OKAFOR-YARWOOD; PIGEON, 2020, p.50).

O tráfico internacional de drogas e armas na região do GoG vem se agravando, com a participação de grupos terroristas locais, como o Boko Haram, cartéis de drogas da América do Sul e redes criminosas internacionais associadas à Al Qaeda e ao Estado Islâmico. Esses grupos se beneficiam da porosidade das fronteiras e das debilidades dos Estados, gerando insegurança na região, além de impactos econômicos e na estabilidade política dos países do GoG. Em países como Libéria e Serra Leoa, as drogas foram usadas para recrutar menores durante as guerras civis, enquanto na Nigéria, elas financiam e recrutam para o Boko Haram (OKAFOR-YARWOOD; PIGEON, 2020).

Conforme o levantamento da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o tráfico de cocaína no oeste da África movimentou mais de US\$ 3 bilhões por ano. A droga chega ao continente tanto por meio aéreo, quanto pelo mar, utilizando-se de contêineres ou sendo escondida na estrutura das embarcações. Em 2019, foram apreendidos no Senegal, Cabo Verde e Guiné-Bissau um total de 14 toneladas de cocaína (OKAFOR-YARWOOD; PIGEON, 2020).

O tráfico de armas também contribui para o fortalecimento dos grupos extremistas locais, a pirataria e os conflitos na região, aumentando a sensação de insegurança nos Estados do GoG. Muitas dessas armas chegam ao continente africano pelo mar, vide a figura 13, como evidenciam as grandes apreensões feitas pela Nigéria, incluindo contêineres com fuzis, lança-foguetes e munições; em 2010, vindas do Irã e, em 2017 e 2018, vindas da Turquia. As armas são destinadas a grupos criminosos e extremistas que operam no Sahel e são trocadas por drogas (OKAFOR-YARWOOD; PIGEON, 2020).

Dessa forma, observa-se que o tráfico de armas e drogas são crimes transnacionais profundamente interligados. Para combatê-los, além de combater a corrupção e aplicar rigorosamente as leis em cada Estado do GoG, é crucial uma colaboração internacional, dada a conexão entre cartéis de drogas, grupos extremistas e redes criminosas em diferentes países. Ademais, é vital que os governos invistam em desenvolvimento econômico e social, promovendo emprego para as novas gerações, o que pode dificultar o recrutamento por organizações criminosas locais e internacionais.

3.5.4 Outros Ilícitos Marítimos

Segundo a matéria publicada na revista *African Defense Fórum*²⁷, a pirataria no GoG tem diminuído graças aos esforços combinados das marinhas regionais e internacionais, além das condenações por pirataria ocorridas na Nigéria e no Togo em 2021, segundo um relatório das Nações Unidas. No entanto, as autoridades da ONU

²⁷ <https://adf-magazine.com/pt-pt/2022/12/pirataria-baixa-e-roubo-de-petroleo-aumenta-no-golfo-da-guine/>

destacaram que essa redução pode estar parcialmente ligada à migração das redes criminosas para outras atividades ilícitas, como o roubo de petróleo (ADF, 2022).

O contrabando de combustível subverte as economias dos países produtores de petróleo na região. O custo do contrabando de combustível para Gana é da ordem de US\$ 270 milhões. Em Angola, estima-se que 10% do combustível do país seja contrabandeado para a República Democrática do Congo, onde o custo do combustível é muito maior. Na Nigéria, o roubo e contrabando de combustível e petróleo bruto são grandes problemas, de modo que 30% de todos os produtos refinados que entram no país são contrabandeados para países vizinhos, enquanto cerca de 120 mil barris de petróleo bruto são roubados todos os dias. Já em Benin, estima-se que mais de 80% do combustível consumido pelo país seja contrabandeado da Nigéria. De acordo com o presidente do Comitê Ad Hoc do Conselho Econômico Nacional sobre Petróleo Bruto Roubo, Prevenção e Controle, a Nigéria perdeu mais de 22 milhões de barris de petróleo no primeiro semestre de 2019 para roubo de petróleo, o equivalente a 6% da produção diária, avaliada em US\$ 1,3 bilhão. Já o Diretor Administrativo da *Nigerian National Petroleum Corporation* divulgou que a Nigéria perdeu cerca de US\$ 750 milhões para roubo de petróleo em 2019. A disparidade nos números indica que o custo total do roubo de petróleo na Nigéria não é transparente. A natureza única do petróleo bruto, por ser um óleo mais leve, o processo de refinamento é mais simples, tornando atraente para criminosos que não apenas visam oleodutos, mas também embarcações que o transportam. Os ladrões se envolvem na transferência do produto de navio para navio, que é então refinado em refinarias artesanais e vendido (OKAFOR-YARWOOD; PIGEON, 2020).

3.6 CONCLUSÃO PARCIAL

Ao concluirmos este capítulo, a análise geopolítica evidenciou a relevância do continente africano, em especial a região do GoG, no cenário geopolítico das relações internacionais. A vastidão e a alta qualidade de seus recursos naturais, tanto vivos quanto não vivos, sua posição estratégica para grandes mercados consumidores, além de contar com LCM sem pontos de estrangulamento, despertaram o interesse e

a cobiça de grandes potências e organizações internacionais, que enxergaram na região uma possível solução para suas questões de segurança, notadamente energética e alimentar.

Em relação à segurança marítima no GoG, apoiados pelo arcabouço teórico do professor Geoffrey Till, e ao revermos a figura 3, podemos validar a teoria dos atributos do mar, assim como compreender como as ameaças identificadas por Till surgiram e se desenvolveram na região, reconhecendo a complexidade e a interconexão dos diversos fatores que ameaçam a segurança no domínio marítimo, o qual a ausência dessas ameaças é atribuída à "boa ordem no mar", sinônimo de segurança marítima.

As ameaças à segurança marítima motivaram a elaboração de estratégias regionais e extrarregionais para tratar a questão. Portanto, o próximo capítulo será dedicado à análise das iniciativas internas e das estratégias dos Estados Unidos da América (EUA) e da União Europeia (UE).

4 AS ESTRATÉGIAS DE SEGURANÇA MARÍTIMA PARA O GoG

4.1 A ARQUITETURA DE YAOUNDÉ

A UA estabeleceu, em 2012, uma Estratégia Marítima Africana Integrada para os mares e oceanos até 2050, abordando um conjunto de problemas de segurança marítima. No ano seguinte, os Chefes de Estado da região do GoG e representantes de organizações regionais como a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS), a Comunidade Econômica dos Estados da África Central (ECCAS) e a Comissão do Golfo da Guiné²⁸ (GGC), se reuniram em Yaoundé, Camarões, para montar uma estratégia regional comum. O encontro culminou com o estabelecimento da Arquitetura de Yaoundé constituída por três documentos estratégicos: A declaração dos Chefes de Estado; um Memorando de Entendimento; e o Código de Conduta de Yaoundé sob o qual os Chefes de Estado afirmaram seu compromisso com a cooperação marítima regional (OKAFOR-YARWOOD; PIGEON, 2020).

Em 2013, foi criado o Grupo de amigos do Golfo da Guiné (G7++FoGG) formado pelo Canadá, Alemanha, Itália, Japão e França, Reino Unido e EUA, além de Bélgica, Brasil, Dinamarca, Holanda, Noruega, Portugal, Espanha, Suíça, UE, o UNODC e a INTERPOL, com o propósito de promover a coordenação das ações dos Estados e das Organizações Internacionais que atuam em benefício da segurança marítima no GoG, além de apoiar seus Estados nas questões relacionadas à repressão a pirataria, roubo armado a navios, bem como no combate a outros ilícitos (EUROPÉENNE, 2019).

A figura 13 apresenta a Arquitetura de Yaoundé, que compreende o Centro de Coordenação Inter-regional (ICC), localizado na cidade de Yaoundé, que coordena o funcionamento e a troca de informações entre o Centro Regional de Segurança Marítima para a África Central (CRESMAC), estabelecido pelo ECCAS e localizado

²⁸ Constituída por Angola, Camarões, Congo, República Democrática do Congo, Gabão, Guiné Equatorial, Nigéria e São Tomé e Príncipe, a CGG constitui um espaço de diálogo, cooperação e desenvolvimento nos assuntos referentes a segurança marítima.

na cidade de Pointe Noir na República do Congo, e o Centro Regional de Segurança Marítima para a África Ocidental (CRESMAO), estabelecido pelo ECOWAS e localizado em Abidjan (ICC, 2024).

Em complemento a esta estrutura, foram criadas 5 zonas marítimas operacionais de acordo com a figura 14, com o CRESMAC responsável por coordenar os Centros de Coordenação Marítima Multinacionais (MMCC) das zonas A e D, estabelecidos, respectivamente, nas cidades de Luanda em Angola e Douala em Camarões, e o CRESMAO responsável pela coordenação dos MMCC das zonas E, F e G, estabelecidos, respectivamente, nas cidades de Cotonou no Benin, Acra em Gana e Praia em Cabo Verde (ICC, 2024).

Para o nível tático, foram estabelecidos Centros Operacionais Marítimos (COM) em cada um dos 19 Estados do GoG, buscando a coordenação das ações das marinhas nacionais e dos principais atores estatais envolvidos nas ações no mar, tais como polícia marítima, alfândega, pesca e proteção ambiental (ICC, 2024).

Nessa estrutura, o ICC tem a função primordial de ser o elo entre a parte técnica operacional e o estratégico. Esse órgão possui quatro objetivos específicos: Construir as capacidades jurídicas dos Estados-membros no tocante a segurança marítima; reforçar as capacitações profissionais dos serviços de repressão marítima; contribuir para o compartilhamento de informações sobre a segurança do espaço marítimo e contribuir para determinar, delimitar e demarcar fronteiras marítimas e resolução pacífica de disputas. Porém, o CRESMAC e o CRESMAO não possuem um documento com suas funções claramente estabelecidas (OKAFOR-YARWOOD; PIGEON, 2020).

Após dez anos de implementação da Arquitetura de Yaoundé, as transformações se refletem nos níveis político, estratégico e operacional dos Estados. No nível político, muitos países desenvolveram estratégias destinadas a enfrentar esses ilícitos de forma abrangente. A Costa do Marfim, por exemplo, adotou uma estratégia nacional para o desenvolvimento da economia do mar em 2018, e o Gabão introduziu uma estratégia marítima integrada. O quadro legislativo também foi muito reforçado pela adoção de leis específicas contra a pirataria (Nigéria, Togo) e a pesca INN. Em 2021, um tribunal no Togo julgou e condenou nove pessoas à prisão por atos de pirataria marítima, no primeiro julgamento dessa natureza. Posteriormente, um

tribunal nigeriano fez as suas primeiras condenações nos termos da sua lei de combate à pirataria. Ao mesmo tempo, a maioria dos países da região estabeleceu procedimentos operacionais para estruturar uma resposta transnacional. Em 2022, a guarda costeira da Libéria libertou a tripulação do navio de pesca chinês SHENGHAI 2, que havia sido sequestrado. Mais recentemente, o navio de patrulha senegalês FOULADOU apresou um navio interceptado a 150 km da costa, com quase 3 toneladas de cocaína e a apreensão pela Marinha da Nigéria de um navio suspeito de transferir ilegalmente combustível (FRENCH, 2023).

Com esses resultados, a Arquitetura de Yaoundé provou seu valor como um instrumento de cooperação internacional em segurança marítima. Ela forneceu a base para toda a cooperação regional subsequente em segurança marítima e se tornou a estrutura pela qual a maior parte da assistência extrarregional é executada. Por exemplo, exercícios navais multinacionais como OBANGAME EXPRESS e GRAND AFRICAN NEMO agora ocorrem dentro da Arquitetura de Yaoundé e são projetados para treinar para as capacidades exigidas pelo Código (OKAFOR-YARWOOD; PIGEON, 2020).

Apesar do aumento na cooperação regional e do apoio de organizações internacionais os desafios ainda permanecem, devido aos problemas existentes na consolidação da Arquitetura de Yaoundé, à rivalidade pela hegemonia local e disputas fronteiriças e a fragilidade econômica dos Estados da região, que não possuem a capacidade de investimento. A resposta a essas ameaças, muitas delas transnacionais, requer ações coordenadas de todos os países da região. A proximidade entre os Estados do GoG facilita a disseminação das ameaças, tornando-as transfronteiriças. As atividades ilícitas nas águas territoriais de um Estado podem facilmente ter repercussões nos países vizinhos, gerando conflitos em suas fronteiras marítimas. Para que o combate a tais ameaças seja eficaz, é necessária uma coordenação estratégica para reforçar a capacidade de repressão aos ilícitos no GoG, por intermédio da definição dos papéis exercidos por cada uma das instituições relacionadas à Arquitetura de Yaoundé e da adaptação do desenvolvimento de cada zona marítima ao nível de desenvolvimento dos Estados que a compõem (OKAFOR-YARWOOD; PIGEON, 2020).

Portanto, ainda persistem problemas que afetam a operação plena da

Arquitetura de Yaoundé. Vejamos o estado atual da implementação:

O ICC, os CRESMs e a maioria dos MMCCs da Zona foram estabelecidos e estão em vários estágios de operacionalização. Apesar do seu diagrama sugerir que se trata de uma estrutura hierarquizada, o ICC não trabalha para a ECCAS nem para a ECOWAS. Além disso, o ICC, o CRESMAC e o CRESMAO não são obrigados a informar suas operações quotidianas. Em caso de incidente, o COM e os MMCC podem planejar e conduzir operações de patrulha marítima sem a intervenção ou o apoio do CRESMAC ou do CRESMAO.

O CRESMAC está estabelecido, mas o CRESMAO ainda não tem uma equipe multinacional. Com relação à capacidade de patrulhamento, a zona D e a zona G possuem a capacidade de executar patrulhas marítimas conjunta, sob a coordenação dos seus MMCC. A zona E realiza patrulhamentos conjuntos, porém sem a coordenação de seu MMCC e a zona F já possui protocolo assinado para sua realização. Apesar da maior parte dos Estados do GoG terem criado seus COM, as capacidades destes centros são muito diferentes, promovendo dificuldades para analisar e compartilhar as informações recebidas, dificultando um fluxo rápido, eficaz e coordenado de informações. Já a zona A, não teve o seu MMCC estabelecido e tão pouco realiza patrulhamentos conjuntos. Existe um longo histórico de rivalidade entre os Estados desta zona (Angola, Congo e República Democrática do Congo) que dificulta a integração de esforços em um interesse comum (OKAFOR-YARWOOD; PIGEON, 2020).

Em que pese a Estrutura de Yaoundé não estar totalmente operacional, a adoção do Código de Conduta foi um ponto de inflexão na abordagem da segurança marítima no GoG pois, com a sua implementação, aliada a criação de estruturas de coordenação e o compromisso com a cooperação regional e internacional, estabeleceu-se uma base sólida para enfrentar as ameaças marítimas e promover a estabilidade e o desenvolvimento sustentável na região.

4.2 A ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA MARÍTIMA DA EU PARA O GoG

O mar para a UE é uma valiosa fonte de crescimento e prosperidade. Grande

parte do comércio externo e interno é efetuado por via marítima, sendo o terceiro maior importador e o quinto maior produtor mundial dos setores de pesca e aquicultura.

A UE e seus Estados-Membros possuem um interesse estratégico em todo domínio marítimo mundial, por isso a preocupação em identificar e resolver os desafios de segurança ligados ao mar e a gestão das fronteiras marítimas (UNIÃO EUROPEIA, 2014a, p.2).

Na região do GoG, o interesse vai além do estratégico e se estende para os campos político, econômico, comercial e securitário, simultaneamente partilhados com os países do GoG, conforme descritos na Estratégia de Segurança Marítima para o Golfo da Guiné (EUSGG). A abundância em recursos naturais da região é crucial para os países do GoG, mas também de grande relevância para o comércio com a UE, onde o mar como meio de transporte marítimo assume um papel fundamental. Outra questão relevante é a preocupação da UE pela exploração sustentável dos recursos marinhos, principalmente a atividade pesqueira, essencial às comunidades costeiras, mas com grande peso para balança comercial com a UE.

Contudo, o maior interesse da UE é a exploração sustentável dos hidrocarbonetos. A Europa importa aproximadamente metade das suas necessidades energéticas, das quais quase 10% do seu petróleo e 4% do seu gás natural provêm do GoG. A Nigéria, Angola, a Guiné Equatorial e o Gabão são fornecedores importantes de petróleo bruto e a Nigéria de gás natural. Além disso, a proximidade da região à Europa e um fácil acesso ao mar confere-lhe uma vantagem comparativa sobre o Oriente Médio em relação a demanda energética, permanecendo a Europa um mercado de exportação importante para outros produtos regionais, notadamente os recursos minerais²⁹(UNIÃO EUROPEIA, 2014a, p.2).

A região exerce uma forte atração para investimentos europeus, não apenas pelos recursos naturais, mas também em bens de consumo e serviços, incluindo a telefonia móvel. Além disso, a crescente importância da região como mercado potencial para exportações ganha destaque à medida que seu crescimento econômico se acelera. Esses fatores contribuem para um interesse mútuo em uma parceria que favoreça o desenvolvimento, assegurando segurança e estabilidade. É igualmente do

²⁹ Por exemplo, minério de ferro (Nigéria, Gabão e Camarões), diamantes (Guiné, Libéria, Serra Leoa), manganês (Gabão), bauxita (Guiné), cobalto e madeira (Camarões) e cacau (Gana, Costa do Marfim).

interesse da UE promover a estabilidade no GoG para proteger seus cidadãos das ameaças oriundas da região, como drogas, terrorismo, pirataria e assaltos à mão armada, bem como outras formas de criminalidade (UNIÃO EUROPEIA, 2014a, p.2).

Pelo exposto, comprovamos a importância estratégica da região do GoG para UE a qual podemos concluir que a manutenção da boa ordem no mar naquela região é crucial para a economia local e para os Estados-Membros da UE, pois as fragilidades socioeconômicas dos Estados favorecem o surgimento de ameaças à segurança marítima, e como analisado no capítulo três, estas têm provocado um elevado impacto na vida das populações locais.

Nesse contexto e norteado pelos objetivos da estratégia de segurança marítima³⁰ da UE, foi publicada a estratégia de segurança marítima da UE para o GoG (EUSGG), com uma abordagem holística da região avaliando os seus diversos problemas com o propósito de encontrar soluções prósperas, sustentáveis e eficazes, a qual veremos a seguir.

4.2.1 Análise da EUSGG

Em 2014, a UE adotou a EUSGG e o Plano de Ação 2015-2020 para sua implementação. Esta estratégia, analisou de forma holística as ameaças que afetam a região, assim como os riscos inerentes aos países do GoG e, conseqüentemente, também à UE e aos seus Estados-Membros. A construção da EUSGG foi orientada com vista ao desenvolvimento de uma coordenação entre os Estados-Membros da UE, dos países do GoG, das suas organizações regionais e dos parceiros internacionais, buscando uma abordagem abrangente e integrada para solução dos problemas. Dessa forma, a estratégia foi alicerçada em quatro objetivos estratégicos: a construção de um entendimento comum sobre a escala da ameaça; ajudar os governos locais a criar instituições interagências com capacidade para garantir a segurança e o Estado de direito; apoiar o desenvolvimento de economias prósperas

³⁰ 1.Intensificar as atividades no mar; 2. Cooperação com parceiros; 3. Liderar em matéria de conhecimento situacional marítimo; 4. Gerir os riscos e as ameaças; 5. Reforçar as capacidades; 6. Educar e formar.

e fortalecer as estruturas de cooperação existentes. A estratégia reforça a necessidade de enfrentar as causas que levam as atividades ilícitas, buscando ações multilaterais para a construção da segurança e da estabilidade a longo prazo (UNIÃO EUROPEIA, 2014a, pp. 8 a 12).

Uma breve análise desses objetivos estratégicos nos afiança o comprometimento da UE em melhorar a segurança marítima no GoG e contribuir ativamente para o desenvolvimento das capacidades dos Estados costeiros da região. Ademais, o Plano de Ação nos apresentará os meios e o caminho a ser percorrido para atingir tais objetivos. É o que veremos a seguir.

4.2.1.1 O Plano de Ação 2015-2020

Com a janela temporal definida de 2015 a 2020, o Plano de Ação tem o objetivo geral de contribuir para o desenvolvimento sustentável das economias dos Estados costeiros do GoG, promovendo o estabelecimento de um ambiente marítimo bem governado e seguro. Esse objetivo será alcançado aprimorando as capacidades dos Estados costeiros do GoG para enfrentar os desafios complexos e abrangentes da insegurança marítima, do crime organizado e das atividades de pesca INN.

O presente Plano está arquitetado em torno de quatro objetivos estratégicos, prevendo 14 resultados em 67 ações, compreendendo desde atividades imediatas, de médio prazo e até de longo prazo (UNIÃO EUROPEIA, 2015).

Para atingir esses resultados, as ações previstas vão desde a busca pelo diálogo político e conscientização em todos os níveis sobre como lidar com as várias ameaças e desafios, passando pela capacitação e apoio institucional à arquitetura de Yaoundé, fornecimento de equipamentos e meios militares, realização de operações e exercícios conjuntos, apoio de investimentos em infraestruturas prioritárias e à implantação de tecnologias de informação e comunicação de última geração, indo até o desenvolvimento de Programas e Projetos focados no arcabouço jurídico dos Estados, regras operacionais, compartilhamento de informações e treinamento e capacitação (UNIÃO EUROPEIA, 2015).

Em dezembro de 2021, foi publicado o sexto relatório de implementação do

Plano que deveria consolidar a conquista dos quatro objetivos estabelecidos na Estratégia, dada a sua janela temporal. Porém, se voltarmos a analisar a figura 10, veremos que no GoG foram relatados 31 incidentes em 2023, desde roubo a navios, sequestros mediante pagamento de resgate e pirataria. Indo além, até julho de 2024, segundo o *IMB Piracy Reporting Centre*³¹, foram registrados oito incidentes na região. Esses dados indicam a persistência das ameaças a segurança marítima e a boa ordem no mar e que a referida estratégia não está sendo completamente eficaz.

Em 2020, várias atividades foram impactadas negativamente pela pandemia do COVID-19, retardando a implementação e, em alguns casos, levou ao cancelamento das ações planejadas. A operacionalização plena da Arquitetura de Yaoundé não foi estabelecida. As estruturas organizacionais da Zona A (em Luanda) e da Zona G (em Praia), não foram concluídas, apesar dos compromissos frequentemente expressos e, no caso da Zona A, o envolvimento regular da ECOWAS (UNIÃO EUROPEIA, 2021).

Neste ciclo, a UE desenvolveu um conjunto de atividades de forma robusta através de novos projetos, e de alguns já em curso, os quais foram complementados por uma presença naval mais regular. A segurança marítima contribuiu de modo notório para o estabelecimento do diálogo político entre UE e Estados do GoG, permitindo uma crescente interligação com a economia azul, a migração, a aplicação da lei, a governação dos oceanos e o desenvolvimento humano (UNIÃO EUROPEIA, 2021).

Dando sequência ao Plano, foram injetados € 80 milhões para a implementação de novos projetos e programas em andamento, voltados ao aumento da consciência situacional, tais como a Rede Inter-Regional do Golfo da Guiné (GoGIN)³² e o apoio à Segurança Marítima Integrada da África Ocidental (SWAIMS)³³ e os projetos para o

³¹ <https://icc-ccs.org/index.php/piracy-reporting-centre/live-piracy-map>.

³² É um projeto de € 9,3 milhões que visa melhorar a segurança marítima e da navegação em 19 países da região, por meio do treinamento e o estabelecimento da rede de Compartilhamento Regional de Informações da Arquitetura de Yaoundé - YARIS - que ajudará a aumentar a conscientização sobre o domínio marítimo. A Dinamarca está co-financiando o projeto com uma contribuição de € 1,8 milhão.

³³ Com um orçamento de €28 milhões, visa apoiar a implementação da Estratégia Marítima Integrada da ECOWAS e melhorar a segurança marítima no GoG, com especial atenção à melhoria dos quadros, capacidade e implementação da aplicação da lei e governança. (UNIÃO EUROPEIA, 2021).

combate dos ilícitos no mar (orientados para os sistemas jurídicos, educação, treinamento, projetos portuários, aduaneiros e de pesca). (UNIÃO EUROPEIA, 2021).

As questões de segurança foram amplamente abordadas através das atividades bilaterais dos Estados-Membros da UE, enquanto a UE e a EUMS desenvolveram seu novo conceito de Presença Marítima Coordenada (PMC) de meios navais, reorientando alguns aspectos para uma abordagem integrada (EUROPEAN UNION COUNCIL, 2021).

Em 2020, Okafor e Pigeon comentaram sobre a PMC de meios navais:

“O emprego de navios de guerra estrangeiros é um dos melhores meios de desenvolver a operacionalidade das Marinhas locais e incrementar a segurança marítima na região. Eles permitem o embarque e treinamento dos militares locais, possibilitando que os adestramentos sejam realizados em alto mar. Porém, os atores exógenos não compartilham as mesmas prioridades e interesses que os Estados da região, não disponibilizando uma presença constante de seus meios na região. Além disso, os atores regionais possuem desenvolvimento desigual, além de não possuírem uma prioridade única, gerando ações ineficazes também no âmbito regional” (Okafor-Yarwood; Pigeon, 2020).

A PMC possibilitou uma presença mais eficaz da UE na região, porém a participação militar propriamente dita na região ocorre, principalmente, pela atuação de três de seus Estados-Membros: Espanha, França e Portugal.

A Espanha busca fortalecer a segurança suas rotas marítimas para a região e aumentar a cooperação e o investimento com os Estados do GoG-por intermédio do plano “Foco África 2023” (BRASIL, 2021b). Com relação à presença de meios navais, a Armada espanhola realiza, anualmente, a operação *Despliegue* Africano, visando reforçar a vigilância marítima e a capacidade dos Estados da região.

Portugal é membro da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP)³⁴ e possui laços históricos e culturais com vários Estados da região. Através da Iniciativa Mar Aberto, vem promovendo a cooperação em defesa no quadro da segurança marítima. A Armada portuguesa mantém um Navio-Patrolha em São Tomé e Príncipe desde 2018, com a tripulação formada por portugueses e são-tomenses e a tarefa de

³⁴ Fórum formado por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Equatorial, Guiné Bissal, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, tendo como propósito o diálogo político diplomático e a cooperação em todas as suas formas, além da promoção e defesa da língua portuguesa. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/encceja-2/480-gabinete-do-ministro-1578890832/assessoria-internacional-1377578466/20743-comunidade-dos-paises-de-lingua-portuguesa-cplp>. Acesso em: 08 ago.2024.

prover treinamento e apoio às missões da Guarda Costeira daquele país (Brasil,2021b). Em 2021, o NRP Setúbal foi enviado à Angola, São Tomé e Príncipe, Nigéria, Gana e Cabo Verde, tendo realizado treinamento com as Marinhas e Guardas Costeiras daqueles Países, além de doação de material. (BRASIL,2021b)

A França atua no combate à insegurança marítima e as atividades ilícitas no continente africano, com acordos de parceria de defesa estabelecidos com Camarões, Costa do Marfim, Gabão, Senegal e Togo, presença permanente de tropas na Costa do Marfim, no Gabão e no Senegal, além de presença constante no mar, desde os anos de 1990 realizando a Operação *Corymbe*. Realiza, anualmente, até quatro exercícios na região, com até dois navios de sua Armada, culminando com a organização de um exercício de maior dimensão denominado *Grand African NEMO* (BRASIL, 2021c); MORCOS, 2021).

Outros Estados-Membros da EU participam, eventualmente, com navios de guerra em exercícios na região, como é o caso de Itália e Bélgica. Já a Dinamarca³⁵, em virtude da empresa MAERSK, a maior operadora de porta-contêineres do mundo, responsável por 10% do transporte mundial de produtos, vem aumentando sua presença na região, principalmente na cooperação para o aumento das capacidades dos Estados do GoG (MORCOS, 2021).

Por derradeiro, podemos concluir que a Estratégia e o Plano de Ação são eficazes e indicam claramente o caminho a ser trilhado, porém necessita de um maior engajamento dos Estados costeiros do GoG, principalmente na construção de capacidades nacionais para sustentar a cooperação regional e manter o foco político e o envolvimento da UE com a região.

4.3 A ESTRATÉGIA DOS EUA

³⁵ Em novembro de 2021, O incidente envolvendo uma Fragata da Marinha Real Dinamarquesa e a morte de 4 piratas na costa nigeriana representou um marco importante na evolução da pirataria no GoG. Embora seja uma consequência lógica do desdobramento das Forças Navais para proteger a navegação comercial contra a ameaça de roubo e sequestro, esta é a primeira vez em que suspeitos de pirataria foram mortos por um navio de Marinha internacional operando na região. Disponível em: <https://www.telanon.info/sociedade/2021/11/30/35804/fragata-da-dinamarca-afundou-navio-pirata-no-golfo-da-guine-e-matou-4-pessoas/>

Em virtude de sua posição hegemônica com interesses globais, os EUA não poderiam estar ausentes da África. Sua presença no continente africano caracteriza-se por uma política baseada em três pilares principais: a luta contra a instabilidade, apoiando o combate a grupos extremistas; a ajuda humanitária e a promoção da democracia e de suas instituições. Apesar da redução do interesse na região, ocorrido durante o Governo Trump, os EUA permanecem sendo um ator importante na África, com investimentos não militares de cerca de nove bilhões de dólares em 2019 (HAWKINS, 2020).

Os EUA são altamente dependentes de combustíveis fósseis como fonte de energia. Apesar de possuir estreita relação diplomática com o Oriente Médio devido aos seus recursos, a segurança energética dos EUA encontra-se afetada devido à instabilidade da região decorrente das atividades terroristas e dos conflitos religiosos, o que estimulou a busca por outros mercados e até mesmo diferentes soluções, como a independência energética.

Desde o fim da Guerra Fria, a África perdeu relevância na agenda dos EUA. Esse cenário começou a mudar com a reformulação da política externa e de defesa dos EUA após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001. Igualmente, a crescente presença chinesa na África e o novo protagonismo dos países africanos no cenário internacional, conhecido como Renascimento Africano, também contribuíram para uma nova fase nas relações entre os EUA e África. Nesse contexto, em fevereiro de 2007, os EUA anunciaram a criação de um Comando Militar na África (U.S. AFRICOM), com sede em Stuttgart, na Alemanha, para convergir os esforços entre o Departamento de Defesa, o Departamento de Estado e outras agências governamentais na promoção de ações voltadas à segurança, desenvolvimento econômico e exercício da diplomacia junto aos países africanos, em resposta ao crescimento da importância estratégica do continente e a presença insistente da China na região. (ADAM; SCHUTZ, 2019; EUA, 2021e).

O Governo dos EUA sintetizou os seus interesses estratégicos na África em quatro vertentes: Conter ameaças ao acesso e à influência estadunidense na região; o crescente envolvimento de China e Rússia no continente africano; a fragilidade dos Estados; e a expansão das organizações extremistas violentas (USAFRICOM, 2019).

Jamielson (2009), Ploch (2011) e Pham (2014) identificaram algumas questões prioritárias de interesse estadunidense no continente africano: Segurança marítima, segurança energética, conflitos armados, combate ao terrorismo, acesso as LCM estratégicas e a necessidade de monitorar e conter o avanço da China na região.

Dessa forma, passaremos a analisar os documentos condicionantes que orientam a visão estratégica dos EUA sobre o continente africano. Nas próximas seções serão analisados a Estratégia de Segurança Nacional, a Estratégia de Defesa Nacional, a Estratégia Cooperativa do Poder Marítimo para o Século XXI e a Estratégia do AFRICOM para o continente africano.

4.3.1 A Estratégia de Segurança Nacional

Promulgada em 2022, a Estratégia de Segurança Nacional tinha como objetivo:

“O objetivo do EUA é claro: queremos uma nova ordem mundial livre, aberta, próspera e segura. Livre, na medida em que permita às pessoas desfrutar dos seus direitos e liberdades básicas e universais. Aberta na medida em que proporciona a todas as nações que subscrevem estes princípios uma oportunidade de participar, e de ter um papel na definição das regras. Próspero na medida em que capacita todas as nações para aumentarem continuamente o nível de vida dos seus cidadãos. Seguro, na medida em que está livre de agressão, coerção e intimidação³⁶”.

Para alcançar esse objetivo a estratégia nacional foi ancorada em três linhas de esforços: 1) investir nas fontes e ferramentas subjacentes ao poder e influência americanos; 2) construir a coligação de nações mais forte possível para aumentar a influência coletiva para moldar o ambiente estratégico global e resolver desafios de forma cooperativa; e 3) modernizar e fortalecer as forças armadas para que estejam equipadas para a era da competição estratégica com as grandes potências, mantendo ao mesmo tempo a capacidade de dismantelar a ameaça terrorista ao país (EUA, 2022).

A Estratégia nacional destaca o peso do continente africano na resolução de

³⁶ <https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2022/10/Biden-Harris-Administrations-National-Security-Strategy-10.2022.pdf>. Acesso em 01Ago de 2024.

desafios globais e reforça a importância de construir parcerias entre os EUA e a África. Os governos, instituições e as populações são uma grande força geopolítica, que desempenhará um papel crucial na resolução de desafios globais na próxima década. A África é mais jovem, móvel, educada e conectada. Os países africanos compõem um dos maiores grupos de votação regionais na ONU e seus cidadãos lideram as principais instituições internacionais. A população em expansão do continente, os recursos naturais vitais e o empreendedorismo vibrante, juntamente com a AfCFTA, têm o potencial de impulsionar o crescimento econômico transformador. As parcerias estabelecidas com os Estados africanos nas últimas três décadas ajudaram a estabelecer as bases para esse crescimento.

Para acelerar esse crescimento, as parcerias entre os EUA e a África precisam evoluir, reconhecendo o papel global significativo das nações africanas. Isso inclui não apenas trabalhar com os países africanos, mas também com organismos regionais como UA, governos subnacionais, sociedade civil, setor privado e comunidades da diáspora. Os EUA planejam investir em grandes estados africanos, como Nigéria, Quênia e África do Sul, ao mesmo tempo que aprofundam os laços com estados médios e pequenos. A cooperação será baseada em objetivos compartilhados, como saúde, preparação para pandemias e mudança climática, além de promover governança aberta e democrática.

Os EUA também pretendem apoiar a renovação da democracia na África, prevenir e resolver conflitos, e combater o terrorismo, incluindo o impacto desestabilizador de grupos como o *Wagner Group*, apoiado pela Rússia. Além disso, os EUA se comprometem a acelerar o crescimento através de investimentos do setor privado, impulsionar a economia digital africana, combater a insegurança alimentar e expandir a infraestrutura de energia limpa. A adaptação climática, a transição energética justa e o desenvolvimento de sistemas de saúde são vistos como essenciais para o crescimento econômico da região.

Em suma, os EUA buscam criar um ambiente de negócios na África que atraia investidores e gere empregos de qualidade, promovendo crescimento inclusivo, respeito aos direitos dos trabalhadores e proteção dos recursos naturais para as futuras gerações.

4.3.2 A Estratégia de Defesa Nacional

Alinhado com a Estratégia Nacional, os objetivos estabelecidos na Estratégia de Defesa são claros: proteger o povo americano, promover a segurança global, aproveitar novas oportunidades estratégicas e realizar e defender os valores democráticos. Neste contexto, e em apoio a um sistema internacional estável e cooperativo, as prioridades estabelecidas pela defesa são: Defender a pátria, em relação à crescente ameaça multidomínio representada pela China; Dissuadir ataques estratégicos contra os Estados Unidos, aliados e parceiros; Dissuadir a agressão, enquanto está preparado para prevalecer no conflito quando necessário, priorizando o desafio da China na região do Indo-Pacífico, depois o desafio da Rússia na Europa e construir uma Força Conjunta resiliente e um ecossistema de defesa (UNITED STATES, 2022).

Em relação ao continente africano, o documento prioriza a cooperação, trabalhando "por, com e através" de parceiros africanos para construir a capacidade dos Estados de combater organizações terroristas e contribuir amplamente para a segurança e estabilidade regionais. Segundo a Estratégia:

"Orientaremos nossa abordagem no continente em direção à cooperação em segurança; aumentaremos a coordenação com aliados, organizações multilaterais e órgãos regionais que compartilham esses objetivos; e apoiaremos as iniciativas interagências dos EUA na região, incluindo esforços para interromper as atividades malignas da China e da Rússia no continente". (UNITED STATES, 2022, p. 16).

Como se observa, o documento mantém a preocupação com a competição estratégica com a República Popular da China como um "desafio sistêmico", deixando claro que há um olhar de longo prazo para a questão, independentemente da inclinação ideológica preponderante no executivo dos EUA.

Por outro lado, a Rússia é considerada uma grande ameaça aos interesses tanto nacionais quanto externos dos EUA. Isso denota que o aumento da pressão por parte de Moscou não a elevou ao mesmo patamar que a China – ao menos em termos geoestratégicos.

Mantém-se a esfera dos países considerados "ameaças persistentes", tais

como a Coreia do Norte e o Irã. Como resposta a essa problemática, o novo documento propõe um monitoramento com alerta constante contra ameaças de voos.

No que concerne às regiões prioritárias, também se percebe a manutenção de prioridade sobre a região Indo-Pacífico e a OTAN.

Sucintamente, a resposta que a nova Estratégia propõe é o aumento e o fortalecimento das alianças e parcerias como a “maior vantagem estratégica global” dos EUA. Isso pode indicar, em certa medida, a absorção da estratégia de cunha frente a um universo mais complexo e interconectado. Tais esforços cooperativos se dariam multilateralmente (a partir de instituições), bilateralmente e pela construção de alianças regionais, o que ocorreria por meio do incremento da cooperação em Inteligência e a partir de parcerias estratégicas (UNITED STATES, 2022).

Uma mudança interessante em relação ao documento anterior é o reconhecimento de que a defesa é um tema complexo. Desse modo, surge uma ampliação importante, ao mencionar preocupações com questões que, ao menos em princípio, não teriam relação direta com a Defesa. Mudanças climáticas e ameaças transfronteiriças, assim como o desenvolvimento de novas tecnologias, como as armas hipersônicas, são vistos como temas que colocam pressão sobre as Forças Armadas e os sistemas apoiados por elas (UNITED STATES, 2022).

Nesse contexto, apesar de não enumerar categoricamente uma relação de objetivos de defesa, o documento reconhece o aumento da complexidade do mundo atual, destacando estratégias e ações mais abrangentes que sua versão anterior. A necessidade de produzir respostas complexas para uma realidade mais difícil parece ser marcante e uma alteração relevante em relação à Estratégia de Trump.

4.3.3 A Estratégia Cooperativa para o Poder Marítimo do Século XXI

[...] As exigências de um cenário internacional em transformação, o objetivo precípua de defender o do povo americano, bem como de seus interesses, levaram as forças marítimas constituída pela Marinha, pelo Corpo de Fuzileiros Navais e pela Guarda Costeira a reeditar em 2015 a Estratégia Cooperativa para o Poder Marítimo do Século XXI. Esta revisão requereu uma abordagem mais arrojada, com a **presença naval avançada dos EUA em todos os acessos ao globo, bem como a necessidade de um relacionamento cooperativo mais sólido com seus aliados** (UNITED STATES, 2015, grifo nosso).

Em seu conteúdo, a estratégia está ancorada em dois princípios fundamentais: A importância da presença avançada dos EUA pelo mundo e o trabalho cooperativo

conjunto, onde as forças navais serão mais fortes quando operam com seus parceiros e aliados. Além disso, o documento reafirma as capacidades fundamentais do poder marítimo: a Dissuasão, o Controle Marítimo, a Projeção de Poder e a Segurança Marítima. Todavia, apresenta uma nova capacidade, denominada “Acesso a todos os Domínios” operacionais (ar, ciberespaço, espaço, mar e terra). (UNITED STATES, 2015).

Essa estratégia descreve qual será a concepção, a organização e o emprego das forças em apoio as estratégias dos níveis superiores, sendo a mesma estruturada em quatro blocos. O primeiro bloco apresenta o ambiente de segurança global, abordando as mudanças geopolíticas com seus respectivos desafios militares. O seguinte, enfatiza a presença avançada do País, com suas parcerias, nas regiões de importância estratégica para os EUA. Já o terceiro bloco reitera a importância do poder marítimo em apoio à segurança dos EUA, descrevendo as cinco capacidades essenciais do poder marítimo. Por fim, projeta-se a visão de futuro, por meio da concepção da construção de uma força com capacidade de ser flexível, ágil e estar sempre pronta para qualquer eventualidade em qualquer parte do mundo (UNITED STATES, 2015).

Em relação ao princípio da presença avançada dos EUA, o documento destaca seis regiões de interesse: Indo-Ásia-Pacífico; Oriente Médio; Europa; África; Hemisfério Ocidental; Ártico e Antártica. Vale ressaltar que em cada uma delas, os EUA irão aderir a um conceito diferente de emprego da força que possa estar alinhado à sua competência e capacidade conforme as exigências de cada missão (UNITED STATES, 2015).

Especificamente para o continente africano, os EUA irão prover meios adaptáveis, como uma Base Flutuante Avançada de forma auxiliar no combate do tráfico ilícito e da exploração ilegal de recursos naturais, além de continuar trabalhando ao lado das forças de segurança parceiras por meio de programas específicos para encontrar uma solução de longo prazo para os desafios de segurança marítima. A Marinha manterá uma base expedicionária no continente para apoiar o contraterrorismo a segurança marítima com realização de operações de inteligência, vigilância e reconhecimento. (UNITED STATES, 2015).

4.3.4 *United States Africa Command* (U.S AFRICOM)

A ativação do U.S AFRICOM representou uma mudança na organização tradicional de um comando militar dos EUA, em razão do seu envolvimento holístico com o Departamento de Defesa e outros atores governamentais. Reconhecendo a ligação entre desenvolvimento e segurança, sua ênfase na perspectiva do ser humano foi além da tradicional segurança centrada no Estado, passando a incluir a proteção contra a fome, doenças, crimes, degradação ambiental e repressões políticas (GRIFFITHS, 2016).

A criação do U.S AFRICOM, na visão dos EUA, fortaleceu a capacidade dos países africanos por meio da cooperação direta entre os Estados, sendo sua missão central ajudar as nações africanas e organizações regionais a construir forças armadas capazes e profissionais, contribuindo de forma mais eficaz para a estabilidade de todo o continente africano. As suas principais iniciativas para a implementação dessa estratégia são programas de cooperação na área de segurança, exercícios e operações (EUA, 2024). Os programas mais relevantes são:

— O *African Partnership Station* (APS) é o programa mais relevante de cooperação visando a segurança marítima. Ele congrega parceiros internacionais, organizações governamentais e não governamentais para construção de capacidades dos países africanos para que possam, por conta própria, garantir a segurança das águas interiores, MT e ZEE. A APS busca incrementar as capacidades das forças navais parceiras baseadas em cinco pilares. São eles: desenvolvimento da consciência situacional marítima, formação profissional, estabelecimento de uma infraestrutura marítima, desenvolvimento da integração regional e desenvolvimento da capacidade de resposta (EUA, 2024a); e

— O *African Maritime Law Enforcement Partnership* (AMLEP) é o conjugado operacional do APS, para à construção de capacidades para o combate aos ilícitos no mar, como tráfico de drogas, crimes ambientais e pesca INN, além de incremento da gestão de seu ambiente marítimo por meio de operações combinadas de aplicação

da lei marítima.

Nesse contexto, o AFRICOM patrocina anualmente o exercício multinacional *Obangame Express*³⁷, com o propósito de incrementar a cooperação regional e melhorar as capacidades coletivas dos Estados do GoG no combate a atividade ilícita no mar, por meio de exercícios de simulação de combate à pesca ilegal, poluição no mar, pirataria, terrorismo, busca e salvamento, intercâmbios sobre técnicas de embarque, resposta médica a acidentes e compartilhamento de informações. Possui duas fases distintas, uma de treinamentos, realizados nos portos, e outra realizada em alto mar, na condução de uma operação de interdição marítima (EUA, 2024).

Segundo destacam Okafor-Yarwood e Pigeon (2020), no âmbito do APS, os EUA contribuem para a segurança marítima, mantendo visitas de seus meios navais aos países da região, e por meio de acordos bilaterais, cooperam com as Marinhas e Guardas Costeiras africanas no incremento da consciência situacional marítima e nas respostas às ameaças existentes. Além disso, por meio da parte operacional do APS, o AMLEP fornece assistência às forças de segurança regionais, construindo capacidades para o combate aos ilícitos no mar, bem como participa ativamente da realização dos exercícios como o *Obangame Express*.

4.4 CONCLUSÃO PARCIAL

As estratégias da UE e do U.S AFRICOM para o GoG mostram tanto sinergias quanto divergências. Enquanto ambas as potências reconhecem a importância da segurança marítima na região e da cooperação, suas abordagens refletem as diferenças em suas respectivas políticas externas: a UE, com um enfoque mais diplomático e multilateral, e o AFRICOM, com uma estratégia mais militar e

³⁷ A edição de 2023, reuniu 29 nações participantes: Angola, Benin, Brasil, Cabo Verde, Camarões, Canadá, Costa do Marfim, República Democrática do Congo, Dinamarca, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné-Bissau, Itália, Libéria, Marrocos, Namíbia, Holanda, Nigéria, Polônia, Portugal, República do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Togo e Estados Unidos. Também participarão a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental e a Comunidade Econômica dos Estados da África Central.

pragmática.

Em relação as sinergias, as estratégias estão voltadas para ações proativas e colaborativas com os Estados focada na causa dos problemas, em vez de políticas reativas com foco nos incidentes, conforme orienta Geoffrey Till. A segurança marítima é um ponto de intersecção significativo entre as duas estratégias, com ambas as partes empenhadas em combater a pirataria, a pesca INN, terrorismo e proteger as LCM. Para tal, investem em programas como o APS, AMLEP, GoGIN, SWAIMS, voltados para aumentar a consciência situacional marítima e para o combate dos ilícitos no mar (orientados para os sistemas jurídicos, educação, treinamento, projetos portuários, aduaneiros e de pesca). Além dos exercícios multinacionais como OBANGAME EXPRESS e GRAND AFRICAN NEMO, com a finalidade de reforçar a coordenação entre os Centros Regionais de Segurança Marítima, CRESMAC e CRESMAO e o ICC.

Em relação as divergências, temos algumas diferenças de prioridades de definição das ameaças, principalmente dos EUA com os Estados do GoG, pois o EUA tem como principal prioridade combater o terrorismo em detrimento de outros. Além disso, o EUA identifica o avanço da China no continente africano como uma ameaça. A UE tende a adotar uma abordagem mais diplomática e reguladora, promovendo a cooperação internacional e o fortalecimento institucional.

5 A IMPORTÂNCIA DO GOG PARA O BRASIL

“A segurança marítima do Atlântico Sul está entre as principais preocupações do Brasil, pois nele está a sobrevivência e a prosperidade do país. Pelo mar, neutralizamos vulnerabilidades estratégicas que poderiam ter impacto, inclusive, na nossa segurança e obtemos recursos necessários para alavancar o desenvolvimento nacional em benefício de toda sociedade brasileira” (FREIRE, 2022).

O GoG faz parte do EEB, região onde o Brasil tem como objetivo a expansão de sua influência diplomática, econômica e militar. O Entorno Estratégico Brasileiro inclui a América do Sul, o Atlântico Sul, os países da Costa Ocidental africana e a Antártica. Devido à proximidade geográfica, a segurança marítima no GoG torna-se indispensável para a manutenção da segurança das importações e exportações brasileiras para a África Subsaariana, bem como para seus objetivos estatais (BRASIL, 2020b)

5.1 A POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA

A PND³⁸ é a principal diretriz para o desenvolvimento do planejamento de defesa do Brasil, com o objetivo de, em consonância com suas dimensões político-estratégicas e a fim de garantir a soberania e os interesses nacionais, definir os Objetivos Nacionais de Defesa (OND) e as ações necessárias para alcançá-los. Esse documento também destaca a importância da contribuição para a paz e a segurança internacional, além de reforçar a necessidade de ampliar a projeção internacional do Brasil e sua participação em fóruns globais, em constante articulação entre as esferas diplomática e militar (BRASIL, 2020b).

O documento define quatro áreas como de interesse prioritário do EEB: a

³⁸ A PND é revisada de 4 em 4 anos e por ocasião da confecção deste trabalho, a versão de 2020 foi a última versão aprovada pelo Congresso Nacional. Disponível em: < https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congresso_.pdf>. Acesso: 02 de ago. 2024.

América do Sul, o Atlântico Sul³⁹, os países da costa ocidental africana (em que o Brasil possui profundos laços históricos e afinidades culturais com os países da CPLP) e a Antártica. Não obstante, o EEB detém pujantes reservas de recursos naturais, em um mundo já ciente da escassez desses ativos. Tal cenário poderá incitar conflitos nos quais prevaleça o uso da força ou o seu respaldo para a imposição de sanções políticas e econômicas.

Na disputa por esses recursos, potências exógenas têm incrementado suas presenças e influência nessa região, principalmente no continente africano. O documento cita a existência de tensões e instabilidades provocadas por conflitos étnico e religiosos que contribuem para o surgimento de organizações terroristas, criminosas e de grupos insurgentes. Ainda na região da ZOPACAS⁴⁰, percebe-se o crescimento de ilícitos transnacionais, pirataria, pesca INN e crimes ambientais (BRASIL, 2020b).

Ademais, a PND enfatiza que o estabelecimento da paz e a estabilidade nas relações internacionais será obtida a partir de ações integradas e coordenadas segundo três aspectos: Desenvolvimento, para reduzir as deficiências estruturais das nações; Diplomacia, para solucionar interesses conflitantes entre países e Defesa, para dissuadir ou enfrentar ações hostis. Esses três pilares devem ser explorados com maior ou menor profundidade conforme o caso concreto, a fim de garantir a Segurança e a Defesa nacionais (BRASIL, 2020b).

Fruto desta análise e a projeção do ambiente internacional, a PND estabeleceu 8 Objetivos Nacionais de Defesa (OND). São eles:

“I) Garantir a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial; II) Assegurar a capacidade de Defesa para o cumprimento das missões constitucionais das Forças Armadas; III) Promover a autonomia tecnológica e produtiva na área de defesa; IV) Preservar a coesão e a unidade nacionais;

³⁹ É a região delimitada geoestrategicamente ao Norte pelo paralelo 16N; ao Sul pelo Continente Antártico; a Leste pelo litoral africano e a Oeste pela América do Sul (BRASIL, 2022, p.75).

⁴⁰ A ZOPACAS foi criada em 27 de outubro de 1986, por iniciativa do Brasil, em uma Assembleia Geral das Nações Unidas, por meio da resolução 41/11, com o intuito de estabelecer uma zona de paz, segurança e cooperação, no Atlântico Sul, entre 3 países da América do Sul (Argentina, Brasil e Uruguai) e 21 Estados africanos. Disponível em: <www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/relacoes-internacionais/foruns-internacionais-1/zopacas>. Acesso em: 06 ago. 2024.

V) Salvar as pessoas, os bens, os recursos e os interesses nacionais situados no exterior; VI) Ampliar o envolvimento da sociedade brasileira nos assuntos de Defesa Nacional; VII) Contribuir para a estabilidade regional e para a paz e a segurança internacionais; VIII) Incrementar a projeção do Brasil no concerto das Nações e sua inserção em processos decisórios internacionais”(BRASIL, 2020, p.25, grifo nosso).

Tais objetivos estabelecidos irão balizar a formulação da Estratégia Nacional de Defesa, documento decorrente que irá estabelecer as ações para a consecução daqueles objetivos. Sendo assim, passaremos a análise da END.

5.2 A ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA

Ancorada na PND, a END tem por finalidade estabelecer o caminho a ser percorrido para alcançar o que foi estabelecido pelo nível político. Em outras palavras, ela define, de forma clara e objetiva, as estratégias que deverão nortear as ações de defesa da Pátria, orientando as articulações a serem conduzidas, no âmbito dos três Poderes e a interação entre os diversos escalões condutores dessas ações com os segmentos não governamentais do País.

A END resume-se em preparar e aplicar o Poder Nacional⁴¹, considerando os meios, os óbices e os fins a atingir, para conquistar e manter os objetivos estabelecidos na PND. Dessa forma, ela orienta as expressões do Poder Nacional a se estruturarem em torno de capacidades de defesa. Doravante, destacam-se dentre as capacidades nacionais de defesa (CND): Proteção, pronta-resposta, dissuasão, coordenação e controle, gestão da informação, logística, mobilidade estratégica, mobilização e desenvolvimento tecnológico de defesa.

Ademais, a END sublinha o AS como área de interesse geoestratégico e atribui prioridade na proteção dos recursos naturais existentes nas águas, no leito e no subsolo marinho sob jurisdição brasileira. Orienta o Poder Naval a dispor de meios

⁴¹ É a capacidade que tem a Nação para alcançar e manter os Objetivos Nacionais, em conformidade com a Vontade Nacional. Manifesta-se em cinco expressões: a política, a econômica, a psicossocial, a militar e a científico-tecnológica (BRASIL. Ministério da Defesa. Glossário das Forças Armadas. Brasília, 2016. p.214).

capazes de detectar, identificar e neutralizar ações que representem ameaça nas Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB) e, em especial, garantir a utilização das LCM frente às ameaças correlacionadas a ruptura da boa ordem no mar (pirataria, tráfico de drogas e de pessoas, pesca INN, crimes ambientais, dentre outros), por intermédio do cumprimento das tarefas básicas do Poder Naval (TBPN), quais sejam: controlar a área marítima, negar do uso de mar, projetar poder e contribuir para a dissuasão (BRASIL, 2020a).

A END destaca ainda a ampliação da diplomacia naval para a construção de um ambiente de cooperação com os países limítrofes do EEB. Nesse sentido, o Poder Naval pode contribuir para o fortalecimento da ZOPACAS para a consolidação do Brasil como grande *Player* regional, capaz de solucionar controvérsias pacificamente, promovendo a confiança mútua e os laços de amizade entre demais Estados.

Portanto, considerando as diretrizes da END em harmonia com os OND, são propostas 18 Estratégias de Defesa (ED). Para a orientação da MB, destacam-se as seguintes ED: o fortalecimento da capacidade de dissuasão, o emprego de ações diplomáticas relacionadas à Defesa e a promoção da cooperação internacional. Nesse viés, as ED são materializadas em 86 Ações Estratégicas de Defesa (AED) que norteiam a implementação da estratégia, almejando atingir os OND. Dessas ações, podemos destacar para o nosso objeto de pesquisa:

AED-64 Incrementar a participação das Forças Armadas em exercícios operativos com outros países; AED-66 Desenvolver capacidades de manter a segurança das LCM onde houver interesses nacionais; AED-68 Incrementar as ações de presença naval em apoio às ações de diplomacia; AED-80 Intensificar a realização de intercâmbios e acordos na área de defesa com outros países; AED-81 Intensificar a realização de operações internacionais, unilateralmente ou em arranjos multilaterais, e de iniciativas de cooperação em áreas de interesse de defesa; e AED-84 Desenvolver capacidades das Forças Armadas para desempenharem responsabilidades crescentes em operações internacionais, sob mandato de organismos multilaterais (BRASIL, 2020a, p. 67 a 74).

O Poder Naval deve explorar suas características intrínsecas de mobilidade, de permanência, de versatilidade e de flexibilidade. A exploração destas características navais, favorecidas pela liberdade de navegação, pela disponibilidade de pontos de apoio logístico fixo estrategicamente posicionados e pela incorporação de apoio logístico móvel às forças em operação, proporciona ao Poder Nacional empregar o Poder Naval em um largo espectro de atividades, desde o apoio às ações de

Diplomacia até em Operações de Guerra (BRASIL,2020a).

Por derradeiro, tendo em vista tanto as AED, citadas anteriormente, quanto a importância do emprego da diplomacia, podemos perceber a intensa sinergia necessária entre a diplomacia e a defesa como instrumento da política externa, propondo, além do diálogo e da cooperação, uma atuação militar diversificada em setores de defesa, Estados e organismos internacionais, seja em operações conjuntas, seja por meio de intercâmbios, fortalecendo, portanto, os três pilares de concepção da PND: Desenvolvimento, Diplomacia e Defesa.

5.3 A POLÍTICA NAVAL

A Política Naval é documento condicionante de mais alto nível da MB, pautado pelos objetivos e diretrizes estabelecidos na PND e END, orienta o planejamento estratégico da MB, para o emprego do Poder Naval, em consonância com os interesses do Brasil no cenário internacional (BRASIL, 2019).

O documento destaca que o Brasil deva estar preparado para enfrentar as ameaças que coloquem em risco seus objetivos, protegendo seu povo e seu patrimônio e reafirma a tradição do diálogo pacífico e enfatiza que a MB deve apoiar a política externa do país, podendo participar de operações internacionais e promovendo cooperação com marinhas e órgãos de segurança dos países vizinhos (BRASIL, 2019).

Desse modo, a Política Naval estabelece para a MB quais ações a empreender serão necessárias para o cumprimento da sua missão⁴², dentre elas a atuação do Poder Naval nos oceanos, principalmente no AS, apoiando a projeção do Brasil para alcançar os interesses nacionais (BRASIL, 2019).

No que tange ao ambiente internacional, a Política Naval descreve que em

⁴² Preparar e empregar o Poder Naval, a fim de contribuir para a Defesa da Pátria; para garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem; para o cumprimento das atribuições subsidiárias previstas em Lei; e para o apoio à Política Externa (BRASIL, 2019, p.43).

função da globalização, ocorreu uma maior interdependência entre os Estados, tendo sido estabelecidas diversas associações políticas e econômicas. Em um cenário baseado na assimetria de poderes, podem surgir tensões e instabilidades, seja entre Estados ou devido à ação de grupos terroristas, criminosos ou insurgentes. (BRASIL, 2019, p.14)

A Política Naval destaca ainda que as grandes potências externas estão aumentando a sua presença no AS, tendo, alguns Estados, inclusive, a posse de territórios nesta área, dessa forma, percebe-se que é fundamental o fortalecimento do Poder Naval brasileiro para contrapor as possíveis ameaças que se avizinham. Além disso, deve ser valorizado o emprego de coalizões que permitam incrementar a segurança marítima no EEB, além do fortalecimento das relações entre os países componentes da ZOPACAS.

Nesse sentido, foram estabelecidos 12 Objetivos Navais (OBNAV), que balizarão o planejamento estratégico da Força, a fim de mantê-la preparada, equipada e capacitada a cumprir a sua missão constitucional. Analisando essa lista, podemos identificar três OBNAV que estão alinhados para uma possível estratégia voltada para o GoG.

O OBNAV1 é contribuir para Defesa da Pátria. Eventuais instabilidades políticas e sociais podem exigir a atuação do Poder Naval para garantir a integridade física e psicológica de cidadãos brasileiros alocados em representações diplomáticas e empresas no exterior (BRASIL,2019). Nesse contexto, há uma convergência entre esse OBNAV e o OND 5 - Salvar as pessoas, os bens, os recursos e os interesses nacionais situados no exterior. Logo, torna-se relevante identificar os bens e os interesses nacionais no GoG que devem ser preservados em caso de necessidade.

O OBNAV2, por sua vez, é prover a Segurança Marítima. A MB exerce a função da Autoridade Marítima do país, devendo concentrar esforços para fortalecer o Poder Marítimo, atuando de maneira integrada com os diversos atores envolvidos. Vale destacar que a elaboração de uma Estratégia Marítima Nacional, que abarque aspectos relacionados à segurança marítima, e o emprego de sensoriamento remoto serão cruciais para ampliar a segurança nos mares, principalmente no que diz respeito

ao uso seguro das LCM de interesse (BRASIL, 2019).

Não obstante, considerando a constante ameaça de pirataria e roubo armado a navios e outros ilícitos que geram instabilidade na segurança marítima da região do GoG, nos últimos anos, vislumbra-se no OBNAV5 que é Apoiar a Política Externa a possibilidade de utilizar a diplomacia naval no efetivo combate desses delitos. Isso pode ocorrer por meio de cooperação com outras marinhas de países limítrofes ao AS, bem como com atores extrarregionais que possuam interesses naquela área. Essa possibilidade decorre da inserção do Brasil no cenário internacional como um ator global, com responsabilidades primordialmente sobre o EEB, em especial o AS. “A interação das forças navais com interesses comuns nessa área é um fator relevante para mantê-lo como uma zona de paz, livre de perturbações político-estratégicas e de ameaças irregulares” (BRASIL, 2019).

5.4 A ESTRATÉGIA DE DEFESA MARÍTIMA

O Estado Maior da Armada desenvolve, com a participação de outros setores governamentais, uma proposta de estratégia marítima para o GoG, visando contribuir para a estabilidade regional, segurança marítima e apoio à política externa no GoG, baseada em duas linhas de esforços: uma voltada à segurança marítima e outra ao apoio à diplomacia brasileira na região (FREIRE, 2022).

Enquanto essa estratégia não materializada, passaremos a análise da EDM. Publicada em dezembro de 2023, a EDM é o farol para a integração de esforços necessária à configuração das Capacidades do Poder Naval da MB para o enfrentamento dos desafios que se avizinham nos próximos 20 anos.

Partindo do pressuposto que a MB definiu a sua EDM e que esta pesquisa está alicerçada dentro do arcabouço teórico do professor Geoffrey Till, atrelados a segurança marítima e a boa ordem no mar, a análise deste documento será análoga as demais análises realizadas no capítulo quatro, focando apenas nos tópicos que possuem, na visão deste pesquisador, aderência a pesquisa.

O documento foi dividido em três capítulos. A partir das análises estratégicas

das oportunidades e ameaças do ambiente, o primeiro capítulo apresenta o Conceito Estratégico da MB. Já o segundo, apresenta as Orientações Estratégicas para o preparo e emprego do Poder Naval. Por fim, o último capítulo consolida o dimensionamento de Força, necessário para consecução dos Objetivos Estratégicos.

O Conceito Estratégico foi edificado em três elementos fundamentais: objetivos estratégicos (OBE), posturas estratégicas e capacidades estratégicas. Seguindo a dinâmica FINS-MANEIRAS-MEIOS, comum a qualquer estratégia, temos que os FINS são os OBE, que construídos a partir da análise dos documentos do mais alto nível político e estratégico, indicam as ações e tarefas da MB. A EDM estabeleceu 11OBE. As MANEIRAS seriam as Posturas, comportamentos ou atitudes padronizadas de como a Força responde aos desafios externos. E os MEIOS, as capacidades estratégicas, que são as aptidões da MB para gerar efeitos no nível estratégico, ou seja, elas orientam o Preparo⁴³ e Emprego do Poder Naval (BRASIL, 2023).

De acordo com os Fundamentos Doutrinários da Marinha:

“Os Campos de Atuação do Poder Naval (CAPN) definem as possibilidades de emprego da Força em alto nível, considerando as Capacidades Estratégicas e Efeitos do Poder Naval e abrangem atividades correlatas ao emprego do Poder Naval para consecução dos OBE, constantes da EDM. Os CAPN são: Defesa Naval, Segurança Marítima, Diplomacia Naval e Apoio às Ações do Estado” (BRASIL, 2023a, p.2-5).

Associados aos CAPN, temos as TBP⁴⁴ que foram atualizadas no EMA-301 que são: negar uso do mar, projetar poder; controlar áreas marítimas e águas interiores; realizar proteção marítima; prover a segurança da navegação aquaviária e contribuir para a segurança e desenvolvimento nacional.

Assim, a EDM estabeleceu 11OBE que irão direcionar as ações da MB por todo espectro dos CAPN, atuando conforme as Posturas e Prioridades Estratégicas estabelecidas para alcançar os efeitos desejados. Porém, dos 11OBE estabelecidos, apenas o OBE 10 – Exercer a Diplomacia Naval tem aderência total a pesquisa. Senão vejamos:

⁴³ A definições de Preparo e Emprego se encontram no EMA-301 (Fundamentos Doutrinários da Marinha).

⁴⁴ Essas TBP⁴⁴ diferem das que foram estabelecidas na Estratégia de Defesa Nacional, de 2020.

Para consecução do OBE 10, a MB:

“Deverá adotar as Posturas Persuasiva e Cooperativa nas interações com as Marinhas Amigas, principalmente com os países integrantes da ZOPACAS e CPLP. Além disso, deverá aumentar gradativamente a participação nas iniciativas marítimas interestatais no GoG, cooperando com os países africanos envolvidos na prevenção e repressão aos atos de pirataria e roubo armado no mar, além de possibilitar proatividade na preservação das LCM de interesse nacional naquela região. Caso a conjuntura indique a necessidade de atuação da MB no âmbito das Operações de Paz e Ajuda Humanitária sob a égide das Nações Unidas e outros organismos internacionais, a demanda será pontualmente atendida com os meios disponíveis, sem dimensionamento específico prévio. Para exercer a Diplomacia Naval, a MB deverá privilegiar as Capacidades Estratégicas Presença, Mobilidade, Expedicionária, Adaptabilidade, Permanência, Cooperatividade e Poder de Combate” (BRASIL, 2023b, p.1-17).

Seguindo a lógica, FINS-MANEIRAS-MEIOS, percebemos aqui que os MEIOS estão convergindo para duas linhas de esforços, pois além de seguir a linha da diplomacia, seguirá com a segurança marítima ao contribuir com as iniciativas marítimas interestatais.

Considerando que a estratégia em desenvolvimento está baseada nessas duas linhas de esforços, que a PND enfatiza que a MB deve apoiar a política externa do país, podendo participar de operações internacionais e promovendo cooperação com marinhas e órgãos de segurança dos países vizinhos (BRASIL, 2019) e que atuar no GoG, é um grande desafio, vamos dedicar o bloco seguinte as ações da MB na região.

5.5 A ATUAÇÃO DA MB NO GoG

Em 2021, o Almirante de Esquadra Almir Garnier Santos, então Comandante da Marinha, reforçou em suas orientações o relacionamento da MB com outras Marinhas, priorizando as ações da Diplomacia Naval que possibilitassem a construção de parcerias e contribuíssem para fortalecer a inserção política e estratégica do Brasil em seu entorno, particularmente em relação aos países limítrofes ao Atlântico Sul. Entre essas ações, recomendou-se a participação em exercícios multinacionais como a OBANGAME EXPRESS e a *GRAND AFRICAN NEMO*, além da consolidação dos Grupos de Apoio Técnico e das Missões Navais (MEMO 6/21 – CM).

Dessa forma, a MB vem exercendo a Diplomacia e a Segurança Marítima das seguintes formas:

A primeiro é com a cooperação técnica bilateral, que consiste na construção de capacidades de Estados parceiros por intermédio do estabelecimento de Missões de Assessoria Naval (MAN) e Grupos de Apoio Técnico de Fuzileiros Navais (GAT-FN), em Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Namíbia.

O segundo, é através da participação em Exercícios Multinacionais, voltados no combate à pirataria, roubo à mão armada e outras atividades marítimas ilegais. Os principais são: *OBANGAME EXPRESS* e *GRAND AFRICAN NEMO*. A participação de meios navais permite uma ação dupla da MB, pois além de participar dos exercícios programados, os navios brasileiros realizam diversas interações bilaterais com as marinhas e guardas costeiras de Estados africanos como o Congo, Angola, Namíbia e São Tomé e Príncipe, incluindo visitas oficiais aos seus portos. Mesmo sem desempenhar um papel de liderança, a MB se beneficia destes exercícios para ampliar sua Consciência Situacional Marítima e exercer ações de diplomacia naval (OZÓRIO, 2020).

Não podemos esquecer o protagonismo da MB com operação GUINEX⁴⁵. Conduzida pela primeira vez no ano de 2021, ela representa mais um exemplo desse esforço da MB em cooperar com as marinhas da região, por meio de exercícios combinados e adestramentos de construção de capacidades, além de contribuir com a segurança marítima da região e estreitar os laços diplomáticos com os Estados lindeiros do seu entorno estratégico.

O terceiro eixo é a participação de representantes em Organismos Multinacionais, tais quais: a Conferência das Marinhas, Guardas Costeiras da CPLP; G7++FoG, e ICC (OZÓRIO, 2020).

Também se destacam as iniciativas brasileiras junto aos fóruns regionais, como ZOPACAS, no qual o Brasil liderou a organização do primeiro Simpósio Marítimo, em outubro de 2021, reunindo representantes dos governos e marinhas de diversos

⁴⁵Em 2024, foi realizada a operação GUINEX-IV. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/com1dn/noticia/comitiva-brasileira-participante-da-guinex-iv-recebida-pelo-comandante-da-marinha-da-costa>.

Estados interessados, como a África do Sul, Argentina e Nigéria, para discutir as possibilidades de cooperação inter-regional (OZÓRIO, 2020).

Logo, podemos concluir que a MB, através das linhas de esforço da Segurança Marítima e da Diplomacia, vem envidando esforços para aumentar o seu protagonismo na região do GoG, contribuindo para aumentar a percepção da segurança no mar e no estabelecimento da boa ordem no mar.

6 CONCLUSÃO

Os oceanos e mares têm uma importância econômica significativa, fornecendo alimentos, minerais e uma variedade de recursos naturais com potencial para diversas aplicações, incluindo alimentícias, farmacêuticas, bioquímicas e bioenergéticas. Neste oceano de oportunidades surge a região do GoG, despertando o interesse internacional em virtude de suas elevadas reservas de petróleo, gás natural e pescado, suas riquezas minerais e seu potencial como fornecedor de alimentos e mercado consumidor para as exportações de atores exógenos.

Nesse cenário, o trabalho se propôs a realizar uma análise geopolítica do GoG, chegando algumas conclusões relevantes para o seu desenvolvimento:

— A região do GoG é banhada pelo oceano Atlântico e possui uma área marítima de 208mil Km² de MT, 3,3 milhões de Km² de ZEE e ainda 1,1 milhão de km² reivindicados às Nações Unidas de plataforma continental estendida. As águas próximas da costa mantêm alguns dos maiores campos de petróleo e gás offshore do mundo, especialmente ao largo da Nigéria e Angola;

— A região é a maior produtora de petróleo da África, possuindo cinco Estados pertencentes à OPEP, tendo a Nigéria e Angola seus principais produtores e detentores das economias mais pujantes. Tem uma rica diversidade de pescados e recursos minerais estratégicos. Tais riquezas atraem os interesses de EUA, China, UE e outros para o GoG, mas trazem ameaças à segurança marítima local, como a pirataria e roubo armado, pesca INN, além de interagirem com outras ameaças, como o terrorismo e o tráfico internacional de drogas e armas;

— Em que pese suas rotas marítimas de comércio não sejam primárias para o Brasil, as LCM existentes na região ligam grandes mercados consumidores, principalmente a América do Norte e Europa. Essas LCM são mais rápidas e não possuem pontos de estrangulamento;

— Recorremos ao arcabouço teórico de Geoffrey Till para entender o conceito dos atributos do mar e os seus requisitos para a manutenção da boa ordem no mar

era sinônimo de segurança marítima e que as marinhas e guardas costeiras possuem grande responsabilidade nesse processo. Aliás, em relação à segurança marítima, verificou-se que o GoG já foi considerado *hotspot* da pirataria e que outros crimes como roubo armado a navio e sequestro de suas tripulações, são cometidos por agentes não estatais apoiados por grupos terroristas, ligados ao tráfico de drogas e armas. Soma-se a este inventário de atividades ilícitas que amplificam a insegurança da região a pesca INN;

Na busca por uma solução para esse problema, identificamos atores internos e externos desenvolvendo as estratégias de segurança marítima específicas para a região. Ações individuais e coletivas foram desenvolvidas baseadas nos requisitos para a boa ordem no mar de Till, a fim de aumentar a conscientização situacional marítima, fortalecer as capacidades das Marinhas e Guardas Costeiras locais, além de desenvolver uma governança marítima integrada. Dentre essas medidas, destacam-se a implementação da Arquitetura de Yaoundé, os programas da UE para seu apoio, a criação do G7++FoGG, e o suporte militar por meio de compartilhamento de informações, doação de recursos, projeto *Deep Blue*, APS, participação em treinamentos ou organização de exercícios na região, como o OBANGAME EXPRESS, NEMO e GUINEX, entre outros. Foram iniciativas válidas, mas que não solucionaram o problema.

Para respondermos a Questão Central, passaremos as considerações sobre os documentos estruturantes:

Segundo a PND, o Atlântico Sul ocupa posição central no entorno estratégico definido como área prioritária de ação e destaca o crescimento de ilícitos transnacionais, pirataria, pesca INN e crimes ambientais que ameaçam a paz na região:

— Portanto, ainda que as ameaças à segurança marítima identificadas no GoG não representem um perigo imediato aos interesses do Brasil, a MB deve acompanhar a situação e buscar a construção de um ambiente de cooperação que favoreça alcançar os seguintes OND: contribuir para a estabilidade regional e para a paz e a segurança internacionais; contribuir para o incremento da projeção do Brasil no concerto das nações e sua inserção em processos decisórios internacionais e;

salvaguardar as pessoas, os bens, os recursos e os interesses nacionais situados no exterior.

A END estabelece que o poder naval deva manter a segurança das LCM de interesse nacional e cumprir suas atribuições por meio das TBPn: controle de área marítima, negação do uso do mar, projetar poder e contribuir para a dissuasão.

— De acordo com o EMA-301 – Fundamentos Doutrinários da Marinha, houve uma ampliação das TBPn, que passaram a ser: controle de área marítima, negar o uso do mar, projetar poder, Controle de Áreas Marítimas e Águas Interiores, Realizar Proteção Marítima, Prover a Segurança da Navegação Aquaviária e Contribuir para a Segurança e Desenvolvimento Nacional. Sendo assim, é preciso atualizar a END com a definição das novas tarefas.

A END destaca o uso da diplomacia e reforça a sinergia que deva existir entre a diplomacia e a defesa como instrumento da política externa, além do diálogo e da cooperação, uma atuação militar diversificada em setores de defesa, Estados e organismos internacionais, seja em operações conjuntas, seja por meio de intercâmbios, fortalecendo, portanto, os três pilares de concepção da PND: Desenvolvimento, Diplomacia e Defesa.

Essa sinergia fica evidente quando analisamos o OBNAV2 - Prover a Segurança Marítima, o OBNAV5 - Apoiar a Política Externa e o OBE 10 – Exercer a Diplomacia Naval, onde podemos identificar várias ações que possam contribuir para um protagonismo da MB no GoG:

— Empregar a diplomacia naval para fomentar o fortalecimento da ZOPACAS para a promoção do desenvolvimento e da cooperação regional;

— Buscar uma maior coordenação entre o planejamento e execução das operações GUINEX, NEMO e OBANGAME, para uma maior efetividade das ações;

— Criar um website para incremento da comunicação estratégica sobre a operação GUINEX;

— A manutenção da participação brasileira em exercícios navais com a Marinha nigeriana e angolana, o estabelecimento de uma adidância naval brasileira na Nigéria e Camarões, além do envio de oficiais para cursos e intercâmbios.

— Como membro da CPLP, Portugal está presente em São Tomé e Príncipe para contribuir com a capacitação de sua Guarda Costeira, mantendo, naquele país, um Navio-Patrolha desde 2018, que também visa a reforçar a vigilância e a fiscalização dos espaços marítimos do GoG. Uma parceria entre Brasil e Portugal, utilizando o fórum da CPLP, seria uma oportunidade para ambos os países aumentarem sua área de influência no cenário internacional.

Por fim, sugere-se estudos futuros, a consecução de uma Estratégia Marítima Integrada entre os Estados do GoG, a MB e a cooperação de Potências Exógenas do EEB para a manutenção da boa ordem no mar.

REFERÊNCIAS

ADAM, Gabriel Pessin; SCHUTZ, Nathaly Xavier. Relações EUA-África: Os 10 anos de estabelecimento do Africom (2007-2018). **Revista de Estudos de Defesa**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 185-204, jul./dez. 2019.

ADF. **Projecto ‘Deep Blue’ da Nigéria tem como alvo a Pirataria**, 2022. Disponível em: <https://adf-magazine.com/pt-pt/2022/04/projecto-deep-blue-da-nigeria-tem-como-alvo-a-pirataria/>Acesso em 12 ago. 2024.

BANCHANI, J. P. S. (2016). **The relevance of the Gulf of Guinea in global energy politics.** *African Security Review*, 25(4), 420–426. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10246029.2016.1225585>. Acesso em: 07 maio. 2024.

BANCO MUNDIAL. **A Zona de Comércio Livre Continental Africana (AfCFTA)**. Disponível em: [https://www.worldbank.org/pt/topic/trade/publication/the-african-continental-free-tradearea#:~:text=A%20Zona%20de%20Com%C3%A9rcio%20Livre%20Continental%20Africana%20\(AfCFTA\)%20representa%20uma,USD%205%2C50%20por%20dia.>](https://www.worldbank.org/pt/topic/trade/publication/the-african-continental-free-tradearea#:~:text=A%20Zona%20de%20Com%C3%A9rcio%20Livre%20Continental%20Africana%20(AfCFTA)%20representa%20uma,USD%205%2C50%20por%20dia.>). Acesso em: 04 jul. 2024.

BBC. **Operação Prosperity Guardian visa combater a pirataria no Golfo da Guiné**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cx0vkgq29jno>. Acesso em: 05 jun. 2024.

BELL, Curtis. **Pirates of the Gulf of Guinea: a cost analysis for coastal states.** Broomfield: One Earth Future: 2020). P. 60.

BEKKEVOLD, Jo Inge. TILL, Geoffrey. **International Order at Sea – How it is challenged. How it is maintained.** Londres: Palgrave MacMillan. 2016. p. 3-38.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, DF, 2020a. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congresso_1.pdf. Acesso em: 21 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Defesa. **MD35-G-01: Glossário das Forças Armadas**. Brasília, 2015. Disponível em: www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/legislacao/emcfa/publicacoes/doutrina/md35-G-01-glossario-das-forcas-armadas-5-ed-2015-com-alteracoes.pdf/view. Acesso em: 16 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa**. Brasília, DF, 2020b. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/politica-nacional-de-defesa. Acesso em: 21 mar. 2024.

BRASIL. Marinha do Brasil. **EMA 301: Fundamentos Doutrinários da Marinha**. Brasília, DF: Estado-Maior da Armada, 2023a.

BRASIL. Marinha do Brasil. **EMA 310: Estratégia de Defesa Marítima**. Brasília, DF: Estado-Maior da Armada, 2023b.

BRASIL. Marinha do Brasil. **Plano Estratégico da Marinha** – PEM 2040. Brasília, DF: Estado-Maior da Armada, 2020. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/pem2040>. Acesso em: 12 de ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília, DF, 2016.

BRASIL. Escola de Guerra Naval – **Boletim Geocorrente**: Edição Especial Golfo da Guiné. Rio de Janeiro, p. 14, 2021. Disponível em <https://www.marinha.mil.br/egn/sites/www.marinha.mil.br/egn/files/BG%20Especial%20-%20GoG%203.0.pdf>

BRASIL. Escola de Guerra Naval – **Boletim Geocorrente**: Edição Especial Golfo da Guiné. Rio de Janeiro, p. 11, 2022. Disponível em: <https://www.idesf.org.br/wp-content/uploads/2022/06/BG-Especial-GoG.pdf>

BRASIL. Escola de Guerra Naval – **Boletim Geocorrente**: Edição Especial Golfo da Guiné. Rio de Janeiro, p. 14, 2023.

BRITISH PETROLEUM. **Statistical Review of World Energy 2022**. Disponível em: <https://www.bp.com/content/dam/bp/business-sites/en/global/corporate/pdfs/energy-economics/statistical-review/bp-stats-review-2022-full-report.pdf> Acesso em: 25 abr. 2024.

BUEGER, C. **What is maritime security?** In: Marine Police: the international journal of ocean affairs, Cardiff, v. 53, 2015. p. 159-164. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0308597X14003327>>. Acesso em 18 mar. 2024.

CIA. Angola: Military and Security. In: **The World Factbook**. Central Intelligence Agency, 2023. Disponível em: <https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/angola/#military-and-security>. Acesso em: 21 ago. 2024.

COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION AND EEAS, “**EU Strategy on the Gulf of Guinea**,” Foreign Affairs Council meeting 2014. Disponível em https://eeas.europa.eu/sites/eeas/files/eu_strategy_on_the_gulf_of_guinea_7.pdf.

CRUZ, Francisco da. **Energia e Recursos Energéticos**. Trabalho apresentado na IV Conferência Internacional FLAD-IPRI, realizada em 12 e 13 de outubro de 2006. Estratégia e segurança na África Austral. Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento; Instituto Português das Relações Internacionais, 2007, p.113-122.

EUROPEAN UNION. **EU Maritime Security Strategy Action Plan, 2023**. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/media/67499/st14280-en23.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2024.

EUROPEAN UNION COUNCIL. (2018). **European Union Maritime Security Strategy Action Plan**. Disponível em https://ec.europa.eu/maritimeaffairs/sites/maritimeaffairs/files/2018-06-26-eumss-revised-action-plan_en.pdf. Acesso em: 21 ago. 2024.

EUROPEAN UNION COUNCIL. (2020). **Gulf of Guinea Action Plan 2015-2020: Fourth Implementation Report**. Disponível em <https://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST-6183-2020-INIT/en/pdf>. Acesso

em: 21 ago. 2024.

EUROPÉENNE, Représentation Permanente de la France auprès de l'Union. **Réunion du G7++ -Groupe des Amis du Golfe de Guinée** - le 2 juillet 2019. Représentation Permanente de la France auprès de l'Union Européenne, 2019. Disponível em: <https://ue.delegfrance.org/reunion-du-g7-groupe-des-amis-du>. Acesso em: 08 jun. 2022.

EUROPEIA, Comissão. **Economic Partnership Agreement with West Africa- Facts and figures. European Comission**, 2021a. Disponível em: https://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2014/july/tradoc_152694.pdf. Acesso em: 26 mai.2022.

EUROPEIA, Conselho da União. **Golfo da Guiné: conclusões do Conselho sobre o lançamento do projeto-piloto relativo ao conceito de presenças marítimas coordenadas.** Conselho Europeu. 2021b. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/pt/press/press-releases/2021/01/25/gulf-of-guinea-council-conclusions-launching-the-pilot-case-for-the-coordinated-maritime-presences-concept/>. Acesso em: 26 mai. 2022.

EXTÉRIEURES, Le Centre de Commerce Extérieur et des Relations. **Présentation du Cameroun. Le Centre de Commerce Extérieur et des Relations Extérieures**, 2017. Disponível em: <http://ccere-cameroun.com/presentation-cameroun/>. Acesso em: 15 jun. 2022.

EZEOBA, Dele Joseph. **Maritime Security: Imperatives for Economic Development in the Gulf of Guinea**. 1 Ed. Bloomington, IN: AuthorHouse, 2021.

FIGUEIREDO, Eurico de L.; MONTEIRO, Alvaro Augusto D. O papel do Brasil na segurança marítima no Atlântico Sul. **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, v.21, n. 2, p. 25-62, jul. 2015. Disponível em: <<https://revista.egn.mar.mil.br/index.php/revistadaegn/article/download/166/128>>. Acesso em: 22 mar. 2024.

FREIRE, Renato Rodrigues de Aguiar. **A Marinha do Brasil e o Golfo da Guiné**. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2022. Aula Inaugural ministrada pelo Chefe do Estado Maior da Armada para o Curso de Política e Estratégia Marítimas e para o Curso de Estado Maior para Oficiais Superiores, em 23 fev. 2022.

FRENCH, Navy. **Maritime Security Annual Report 2023**. Maritime Information, Cooperation & Awareness Center. Brest. 2023. 135p.

GLOBAL FIREPOWER. Disponível em: <www.globalfirepower.com>. Acesso em: 14 mai. 2024.

IISS, The International Institute for Strategic Studies. **The Military Balance**. The Annual Assessment of Global Military Capabilities. 1 Ed. London: Routledge-Taylor and Francis Group,2022. 528 p.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. **GDP Indicators**. 2024. Disponível em: <https://www.statisticstimes.com>. Acesso em: 04 jul. 2024.

INTER REGIONAL COORDINATION CENTRE (ICC), 2024. Disponível em: https://icc-gog.org/?page_id=1704. Acesso em: 17ago.2024.

KAMAL-DEEN, A. **Maritime Security Cooperation in the Gulf of Guinea: Prospects and Challenges**. 2014. (Dissertation Thesis for Doctor of Philosophy). University of Wollongong, Australia.

LAMBACH, Daniel. **The Functional Territorialization of the High Seas**. *University of Frankfurt*, 2020. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/340829470_The_Functional_Territorialization_of_the_High_Seas>. Acesso em 18 mar. 2024.

LIU, Y.; SMITH, J. **Maritime transport and global trade dynamics**. *Global Trade Review*, v. 22, n. 1, p. 78-95, 2021.

MARTÍN, Miguel Ángel Ballesteros. **Método Para El Análisis de Regiones Geopolíticas**. In: Revista del Instituto Español de Estudios Estratégicos; Núm. 6/2015.

MONEY TIMES. Caiu o sinal? Cabos de internet do Mar Vermelho são cortados com possível envolvimento do grupo rebelde Houthi; entenda. Disponível em: <https://www.moneytimes.com.br/caiu-o-sinal-cabos-de-internet-do-mar-vermelho-sao-cortados-com-possivel-envolvimento-do-grupo-rebelde-houthi-entenda/>. Acesso em: 08 jun. 2024.

MORCOS, Pierre. **A Transatlantic Approach to Address Growing Maritime Insecurity in the Gulf of Guinea**. Center for Strategic and International Studies, 2021. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/transatlantic-approach-address-growing-maritime-insecurity-gulf-guinea>. Acesso em: 10 ago. 2024.

OKAFOR-YARWOOD, Ifesinachi; PIGEON, Maisie. **Stable Seas: Gulf of Guinea**. 2020. Disponível em: < <https://www.stableseas.org/post/stable-seas-gulf-of-guinea.pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2024.

OKAFOR-YARWOOD, Ifesinachi; ALLISON, Edward H. **Who benefits from Africa's \$24 billion marine fisheries industry**. Quartz Africa, 22 nov. 2021. Disponível em: <<https://qz.com/africa/2092998/who-benefits-from-africas-24-billion-marine-fisheries-industry>>. Acesso em: 05 jul. 2024.

OKPUVWIE, J. (2021). **Spatial Analysis of Maritime Piracy in the Gulf of Guinea**. *Journal of Marine Science*. Disponível em: <https://doi.org/10.30564/jms.v3i4.3810>.

OZÓRIO, Sérgio B. **O Brasil, os países da costa oeste africana e a segurança marítima do atlântico sul: desafios e oportunidades no Golfo da Guiné para a Marinha do Brasil**. 2020. Tese – Curso de Política e Estratégia Marítimas. Escola de Guerra Naval. Rio de Janeiro, 2020.

PACHECO, M. B. (2015). **The Gulf of Guinea: Maritime Challenges**. Em P. B. Graça, *New Challenges of the Atlantic: An Approach from Portugal* (pp. 145-155). Lisboa: ISCSP.

PADILHA, Luiz. **Maersk pede operação internacional contra pirataria no Golfo da Guiné**. 2021. Disponível em: <https://www.defesaaereanaval.com.br/operacoes-anti-pirataria/maersk-pede-operacao-internacional-contr-pirataria-no-golfo-da-guine>.

Acesso em: 23 jul. 2024.

PLOCH, LAUREN. 2011. Africa Command: **U.S Strategic Interests and the Role of the U.S. Military in Africa**. Congressional Research Service Report for Congress.

PAVIA, J. (2015). **The maritime security in the Gulf of Guinea**: The energy security of Europe and the potential role of Portugal. Em P. B. Graça, *New Challenges of the Atlantic – An Approach from Portugal* (pp. 157-168). Lisboa: ISCSP.

PHAM, PETER J. 2014. "The Development of the United States Africa Command and its Role in America's Africa Policy under George W. Bush and Barack Obama". **Journal of the Middle East and Africa** 5, no. 3. <https://doi.org/10.1080/21520844.2014.980192>.

POKAM, Hilaire de Prince. **Le Cameroun à l'épreuve de l'insécurité en Afrique centrale depuis lenouveau millénaire**. 1 Ed. Paris: L'Harmattan, 2018. 249 p.

TILL, Geoffrey. **Seapower: a guide for the twenty-first century**. 4ª ed. Londres: Frank Cass, 2018. 458 p.

UNCTAD – **Review of Maritime Transport 2017**. Genebra. 2017. Disponível em: http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/rmt2017_en.pdf.

UNIÃO EUROPEIA. **European Union Maritime Security Strategy**. Bruxelas: EuropeanUnion2014. Disponível em: <https://eurlex.europa.eu/legalcontent/EN/TXT/?uri=CELEX%3A52014JC0009>. Acesso em: 20 mar. 2024.

UNITED STATES. Department of Defense. **National Defense Strategy of the United States of 2022: Sharpening the American Military's Competitive Edge**. Washington, D.C.: Department of Defense, 2018. Disponível em: <https://dod.defense.gov/Portals/1/Documents/pubs/2018-National-Defense-Strategy-Summary.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2024.

UNITED STATES. White House. **National Security Strategic of the United States of America**. 2017. Disponível em: <https://www.nssarchive.us/national-security-strategy-2017/>. Acesso em: 18 ago. 2024.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. Maritime transport indicators. UNCTAD Handbook of Statistics. Disponível em: <https://hbs.unctad.org/maritime-transport-indicators/>. Acesso em: 06 maio 2024.

UNITED STATES. **A Cooperative Strategy for 21st Century Seapower**. Mar. 2015. Disponível em: <https://www.usni.org/sites/default/files/SeapowerStrategyMar15.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2024.

UNITED STATES. U.S. Africa Command. **History of U.S. Africa Command**. 2021e.

Disponível em: <<https://www.africom.mil/history-of-us-africa-command>>. Acesso em: 9 ago. 2024.

UNITED STATES. U.S African Command (Usafricom). 2018. United States African Command: **The First Ten Years**. Stuttgart, Headquarters United States African Command.

UNITED STATES. *U.S. Africa Command. **Africa Maritime Law Enforcement Partnership (AMLEP) Program***. 2024xx. Disponível em: <<https://www.africom.mil/what-we-do/security-cooperation/africa-maritime-law-enforcement-partnership-amlep-program>>. Acesso em: 14 ago. 2024.

UNITED STATES. *U.S. Africa Command. **Obangame Express***. 2024. Disponível em: <<https://www.africom.mil/what-we-do/exercises/obangame-express>>. Acesso em: 14 ago. 2024.

UNITED STATES. *U.S. Africa Command. **Africa Partnership Station***. 2024. Disponível em: <<https://www.africom.mil/what-we-do/security-cooperation/africa-partnership-stationand>>. Acesso em: 14 ago. 2024.

UNODC. **Global Maritime Crime Programme**, 2021. Disponível em: link. Acesso em: 28 mai. 2024.

VAZ, P. I. C. 2023. **A Pirataria no Golfo da Guiné: De que Forma a Região do Delta do Níger Influencia o Fenómeno da Pirataria no Golfo da Guiné?** Universidade Catolica Portuguesa (Portugal) ProQuest Dissertations & Theses, 2023. 30860397.

WINGRIN, Dean. Feature: Nigerian Navy makes giant strides in Gulf of Guinea operations. Defence Web, 2022. Disponível em: <https://www.defenceweb.co.za/featured/feature-nigerian-navy-makes-giant-strides-in-gulf-of-guinea-operations/> Acesso em: 01 ago. 2024.

TABELA DE ILUSTRAÇÕES

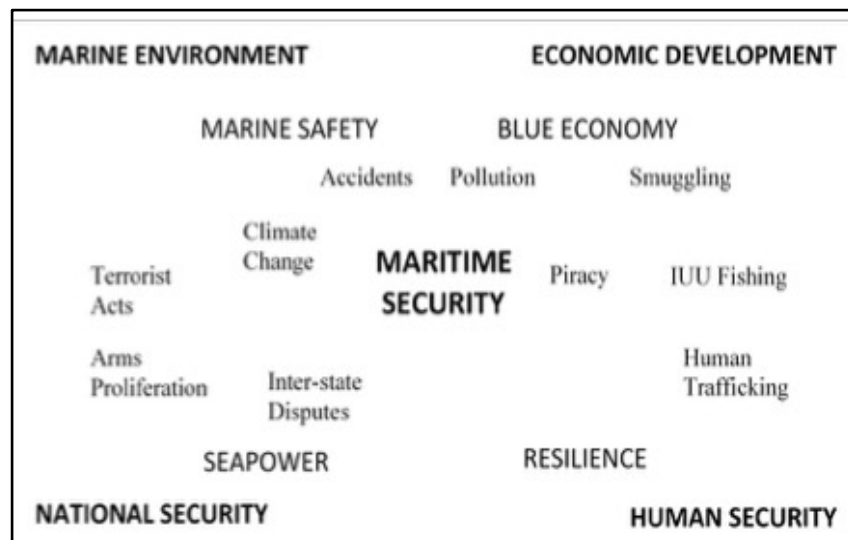


Figura 1 - Matriz de Segurança de Bueger

Fonte: Christian Bueger, 2015

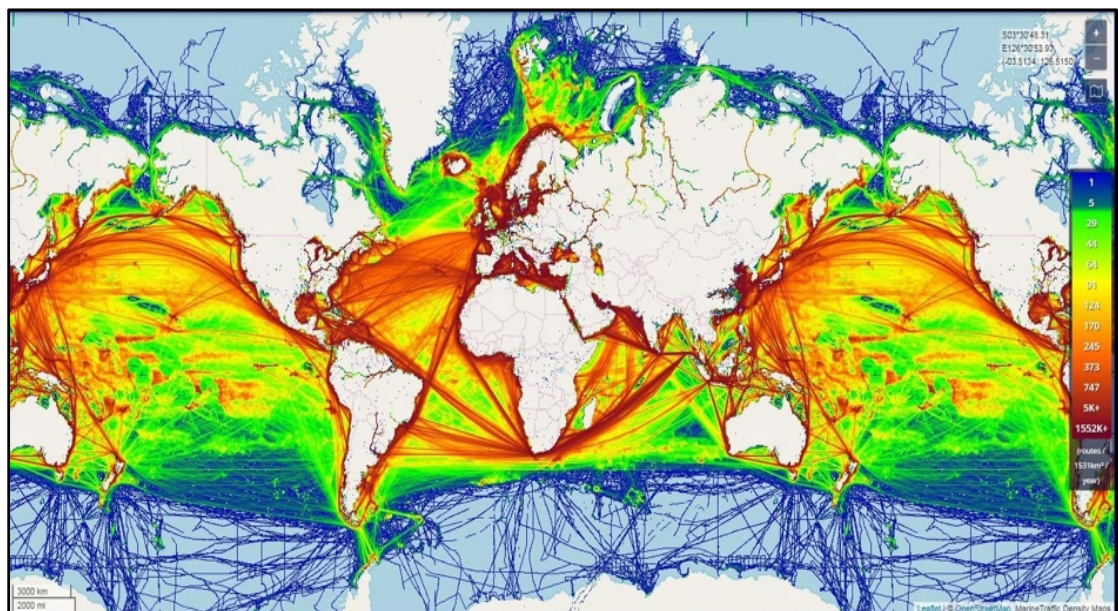


Figura 2 - Mapa densidade do tráfego marítimo

Fonte: Marine Traffic, 2024. disponível em: <https://www.marinetraffic.com/en/ais/home/centerx:-12.0/centery:25.0/zoom:Acesso em 12 mar.2024>

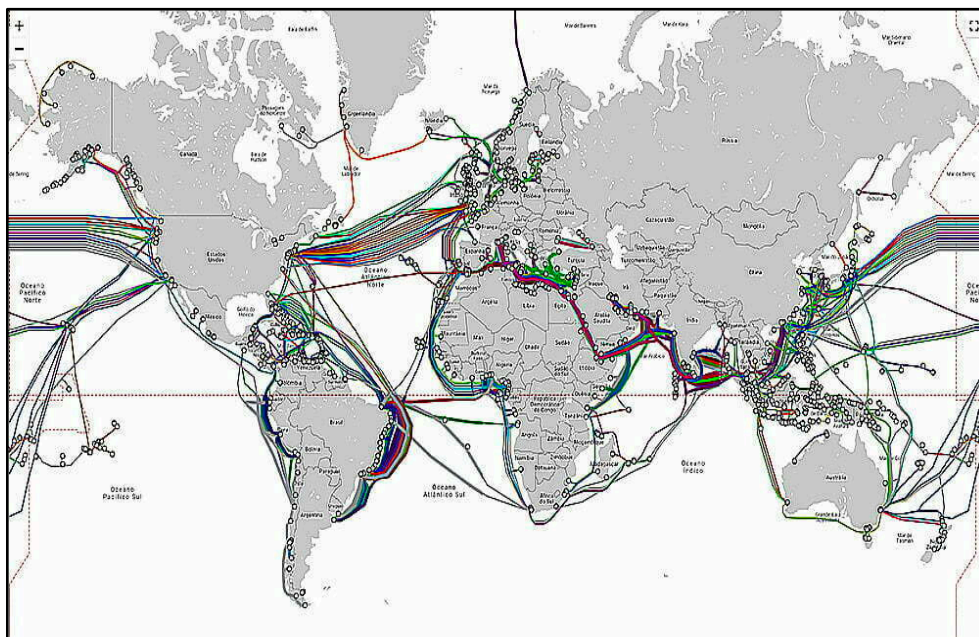


Figura 3 - Mapa da distribuição dos cabos submarinos

Fonte: *Statement of cables*. disponível em: <https://www.submarinecablemap.com>. Acesso em: 13 mar. 2024

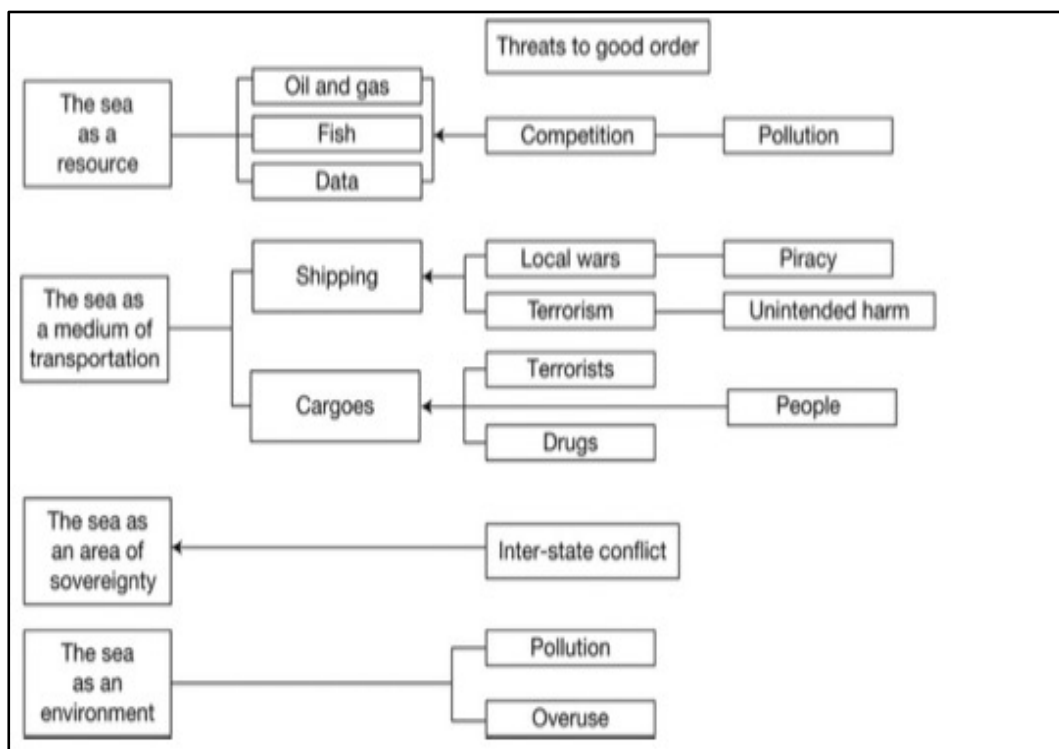


Figura 4: Os atributos do mar e as ameaças à Boa Ordem no Mar

Fonte: TILL, 2018, p. 30



Figura 5 – Região do Golfo da Guiné

Fonte: Adaptado a partir de Okafor-Yarwood & Pigeon (2020, p. 1).

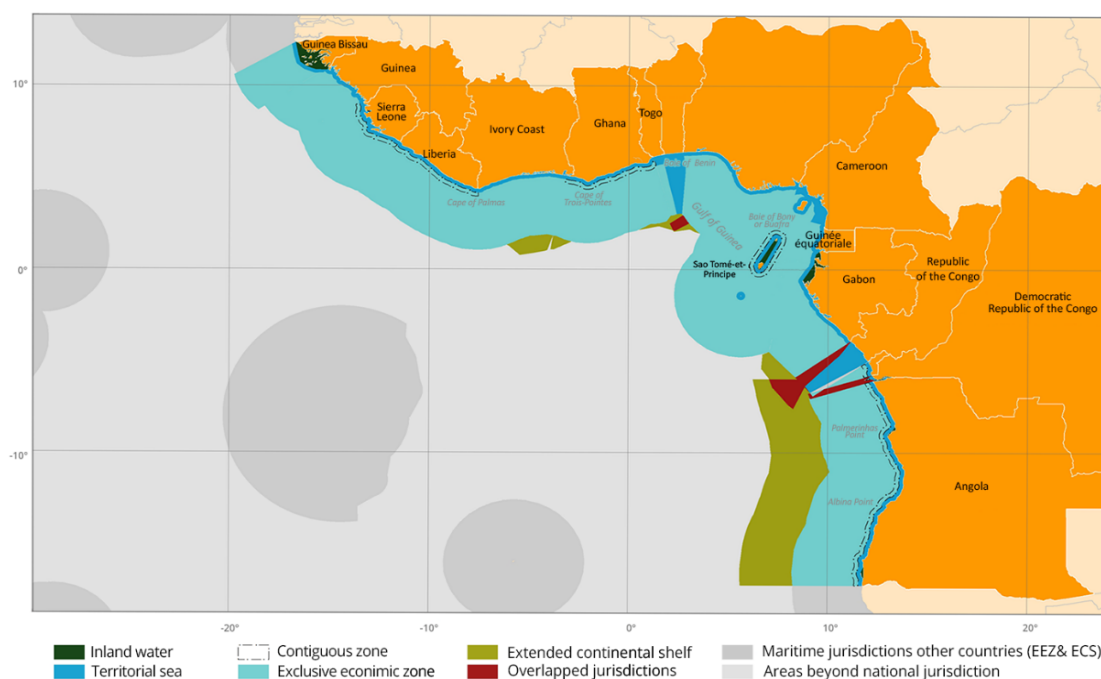


Figura 6 – Região do Golfo da Guiné com ZZE

Fonte: Adaptado a partir de Okafor-Yarwood & Pigeon (2020, p. 3)

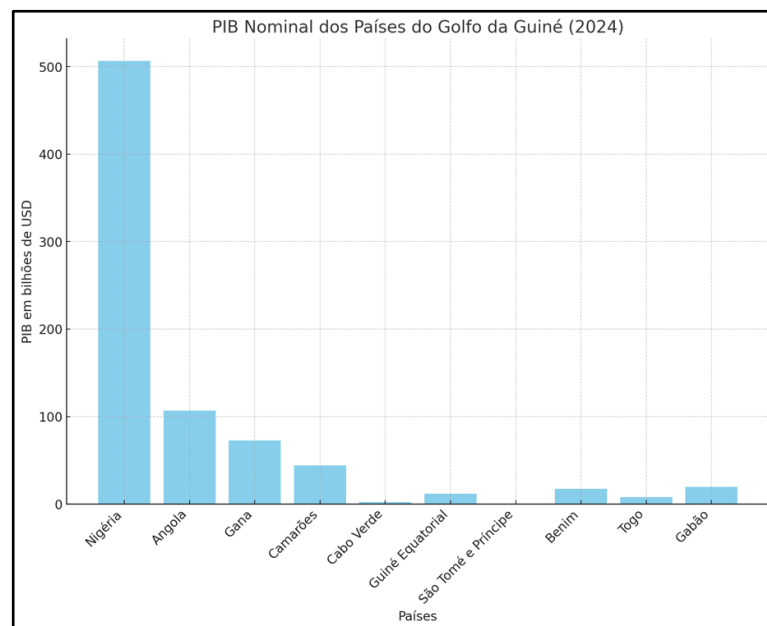


Figura 7 - PIB Nominal dos Países do Golfo da Guiné (2024). Fonte: Elaborada pelo autor com dados de *INTERNATIONAL MONETARY FUND* (2024).

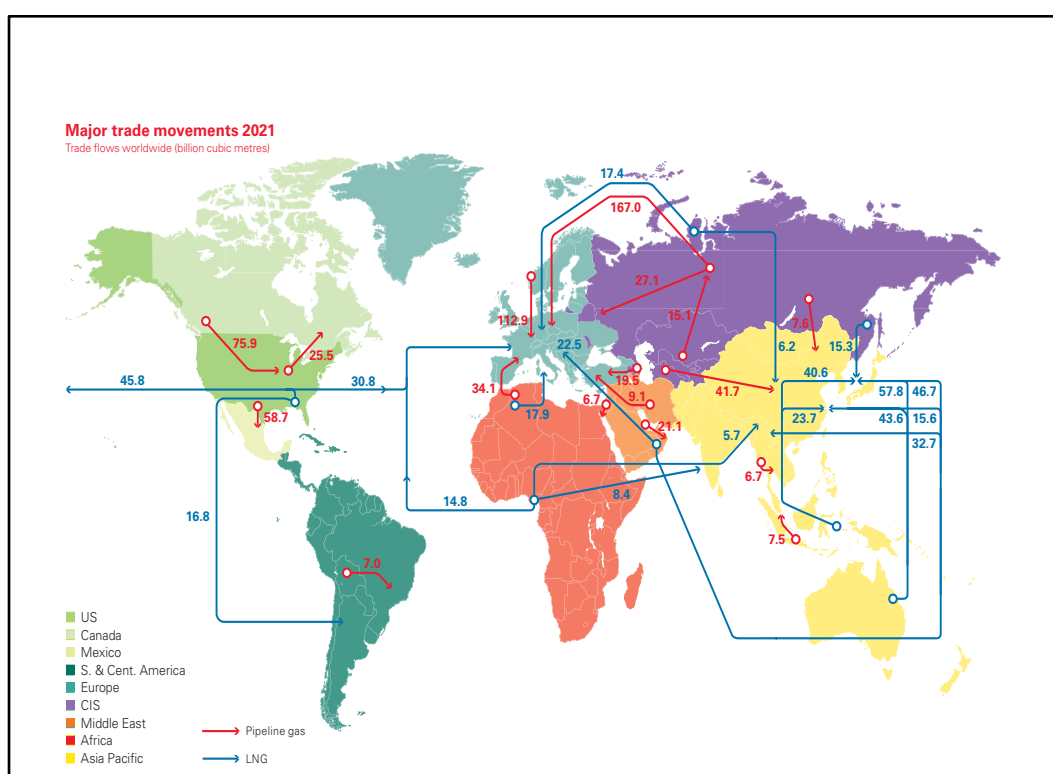


Figura 8 - Exportações de gás em bilhões de metros cúbicos em 2021

Fonte: PETROLEUM, 2022, p. 39.

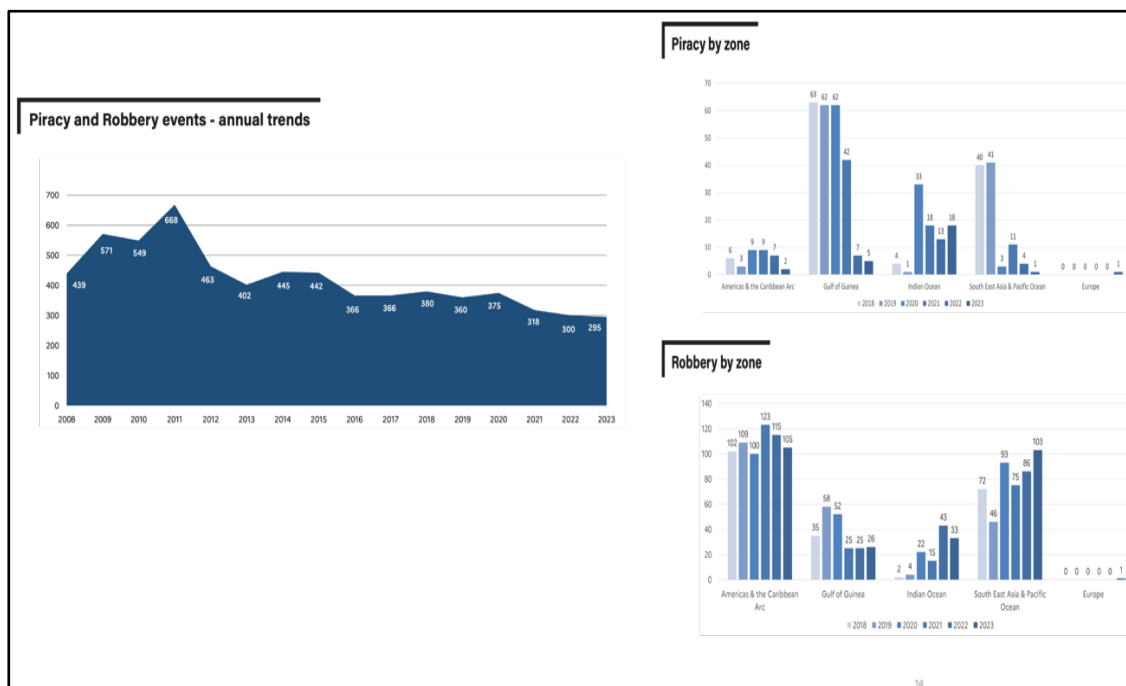


Figura 9 – Relatório sobre pirataria

Fonte: FRENCH 2023, p. 32.

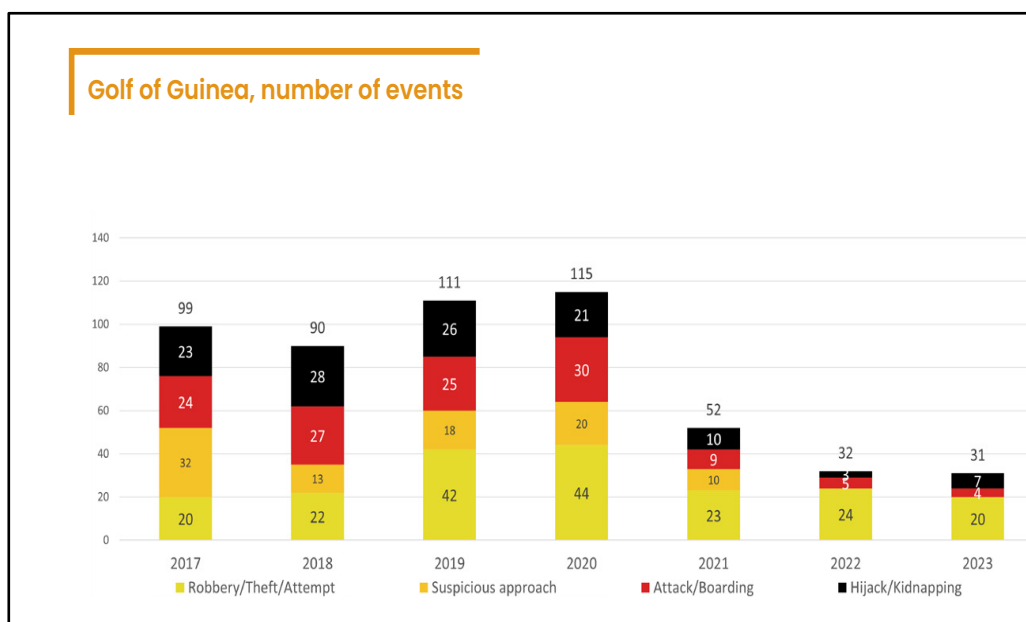


Figura 10 – Relatório sobre pirataria

Fonte: FRENCH 2023, p. 39.

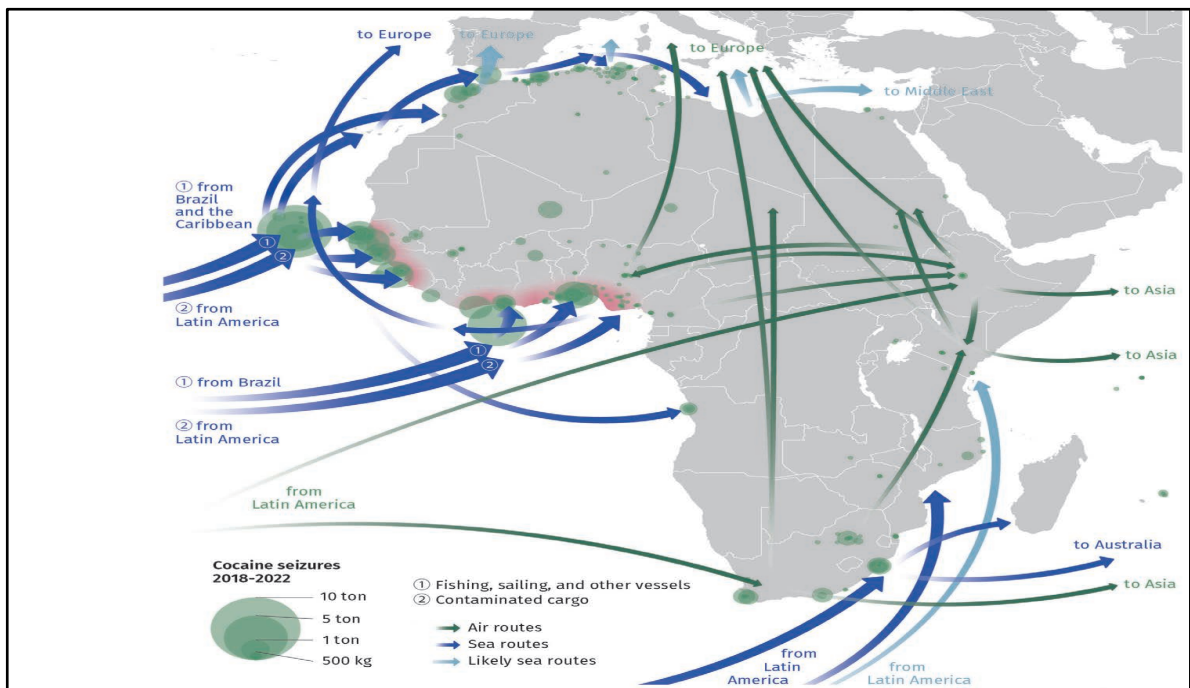


Figura 11 – Rotas das drogas

Fonte: FRENCH 2023, p. 94.

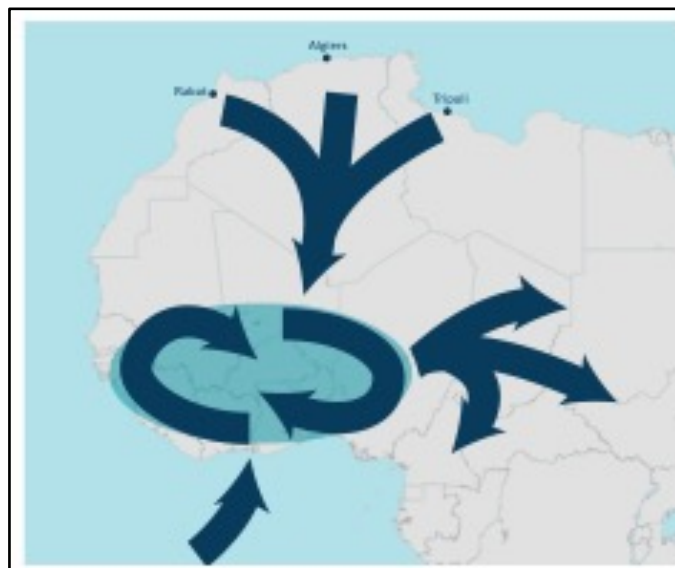


Figura 12 – Rotas do tráfico de armas

Fonte: Okafor-Yarwood, 2023, p. 65

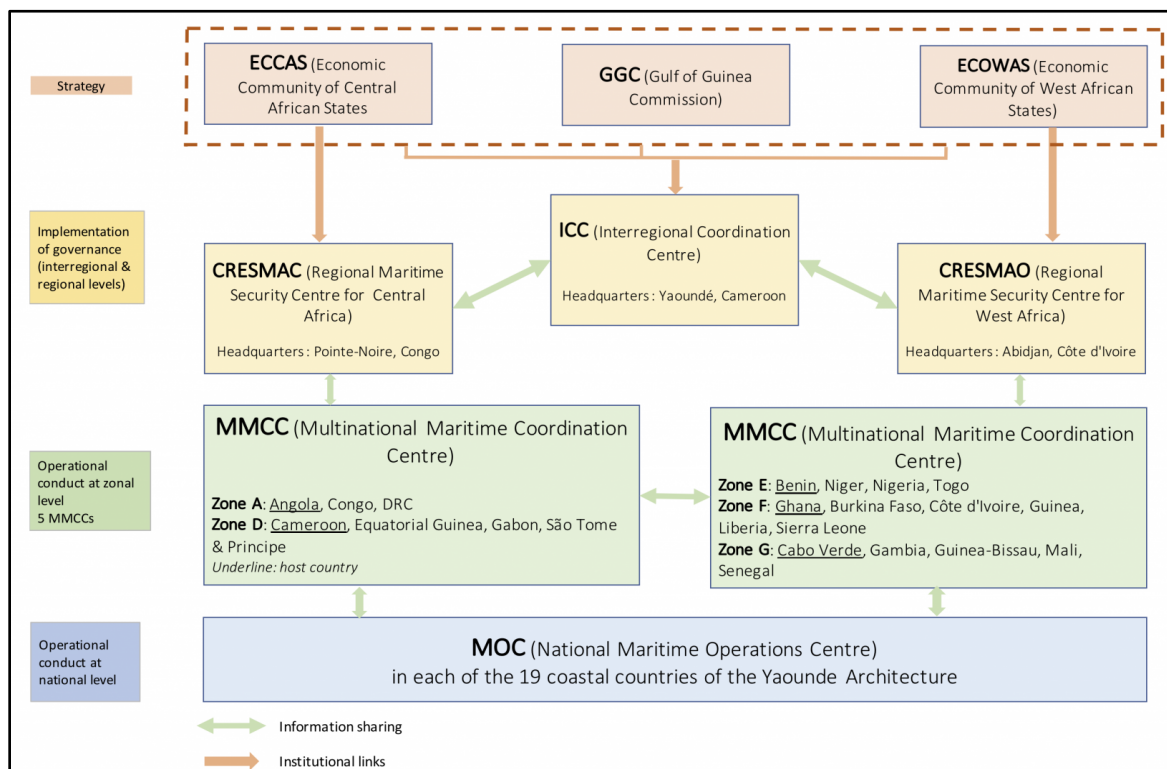


Figura 13 – Arquitetura de Yaoundé

Fonte: ICC,2024

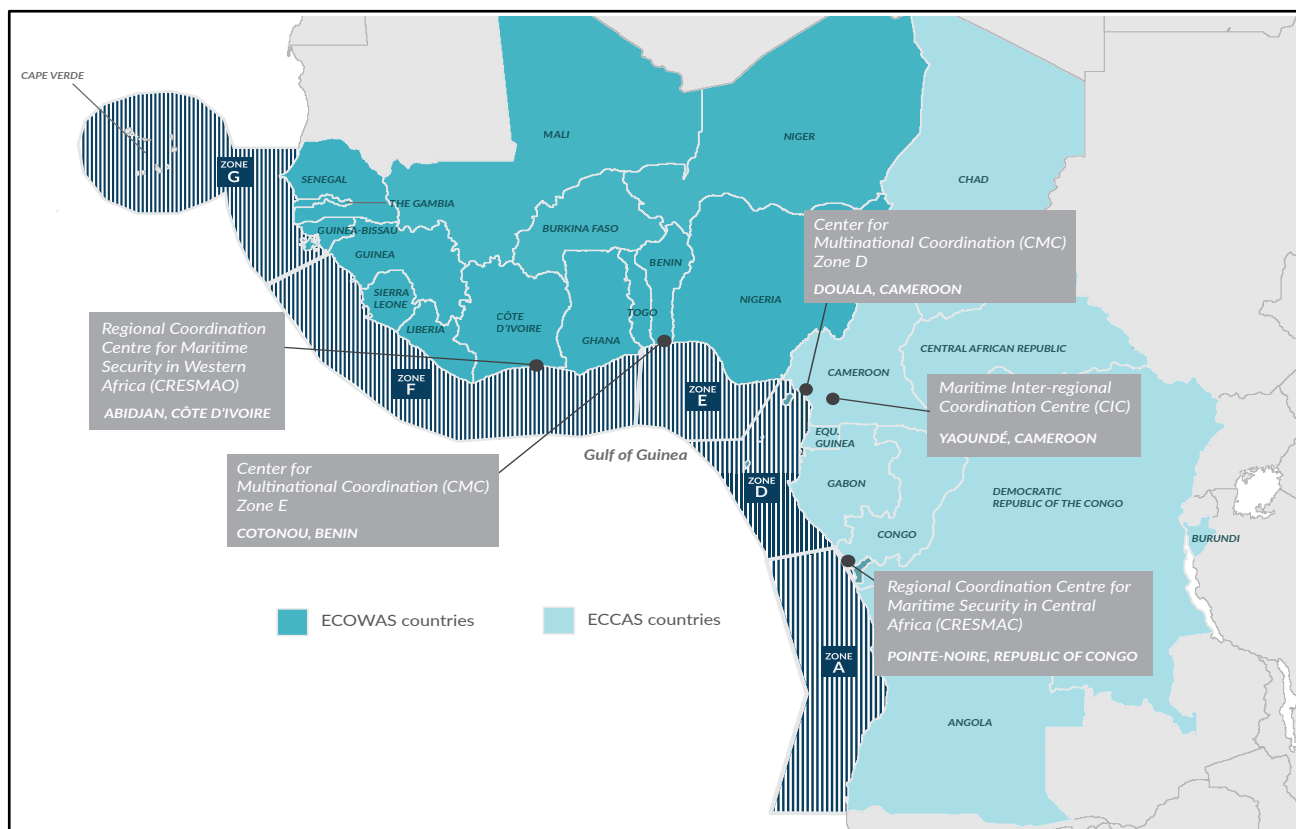


Figura 14 – Regiões marítimas da Arquitetura de Yaoundé

Fonte: ICC,2024